

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ESCOLAS SUSTENTÁVEIS:  
TRÊS EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - RS**

SANDRA LILIAN SILVEIRA GROHE

Orientadora: Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho

Porto Alegre  
2015

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ESCOLAS SUSTENTÁVEIS:**  
**TRÊS EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - RS**

SANDRA LILIAN SILVEIRA GROHE  
Orientadora: Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Educação da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre  
2015

## AGRADECIMENTO

Entre idas e vindas. Entre casa, escolas e universidade. Entre encontros e desencontros, percursos e percalços... A trajetória não foi sozinha.

Gostaria de agradecer ao Ricardo, que antes mesmo de dar meu primeiro passo nessa caminhada, estava ao meu lado, incentivando-me a iniciar esse caminho e, mesmo depois de iniciado, acompanhou-me durante todo o percurso com muito amor. Também agradeço pelo companheirismo durante horas de silêncio, leitura e escritas do Guri & Cia.

À professora Isabel Cristina de Moura Carvalho, por me orientar durante todo o processo com sensibilidade, estímulo e atenção.

Às colegas de sala de aula, cafés, seminários, leituras, estudos, viagens, confraternizações, discussões, trocas..., que ultrapassaram a fronteira do espaço universitário: Amanda Nascimento da Silva, Aurici Azevedo da Rosa Lilian Alves Schmitt, Chalissa Wachhoolz, Luciele Comunello, Rita Paradedda Muhle, Valesca Gomes, Virginia Boff, entre outras.

Ao grupo SobreNaturezas pelos momentos de profundas discussões sobre outros modos de ver o mundo.

Ao CNPq pela bolsa de estudos e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS pela atenção durante esses dois anos.

Aos professores do programa da linha de pesquisa Teorias e Culturas em Educação, em especial Mônica de la Fare.

Às “Flores”, doze mulheres, por terem dedicado seus tempos para conversar comigo. Através delas pude acessar conhecimentos não revelados nos documentos.

Às escolas por abrirem suas portas para a pesquisa, principalmente a EMEF Henrique Bier.

À Secretaria de Educação de São Leopoldo, através do NGPEA, por ter acompanhado e contribuído com a pesquisa.

À minha família (Pai Ilcon, Mãe Natalina, Irmãos: Ilca, Rafael e Sibebe, e Vó Rosa - In Memoriam) e amigos (as) mais próximos, por torcerem, preocuparem-se e entenderem minhas ausências.

Enfim, agradeço a todos por terem participado dessa caminhada!



*Vamos em frente,  
plantando novas sementes,  
portais permanentes  
de uma nova dimensão,  
em que a convivência  
entre os seres humanos  
e com as demais espécies  
se torne realidade cotidiana.  
Algo que podemos  
e devemos fazer já,  
agora, aonde estivermos.*

*Tereza Moreira (2014)*

*Figura 1- Um olhar. Foto: Thalís Miorando .*

## RESUMO

Nos últimos anos a proposta de política pública para Escolas Sustentáveis vem se firmando no Brasil, com o intuito de transformar as escolas de educação básica em espaços educadores sustentáveis, através do incentivo à educação para a sustentabilidade. O objetivo primordial desta pesquisa consiste em ver como a proposta de Escola Sustentável está se constituindo como política pública no Brasil. Também busca compreender como as escolas poderão se transformar em espaços educadores sustentáveis efetivamente, assim como procura investigar se essa proposta é capaz de proporcionar movimentos locais de ambientalização e atitudes ecologicamente corretas. Para isso, durante os anos de 2013 e 2014, passei, como professora e, então, pesquisadora, a percorrer documentos, conversar com pessoas e observar três escolas do município de São Leopoldo/RS, na tentativa de compreender e descrever como a proposta de política para Escolas Sustentáveis acontece. Foi possível perceber que o processo de ambientalização é um dos fins intrínsecos da política para Escolas Sustentáveis, contribuindo para a construção de espaços educadores sustentáveis, assim como, é uma proposta que privilegia o diálogo horizontal e incentiva processos educativos sensibilizadores. A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e a Comissão pelo Meio Ambiente e Qualidade de Vida foram assinaladas como os elos entre a proposta e a escola, sendo provocadores de novos engajamentos. A proposta para Escola Sustentável traz como eixos articuladores o currículo, a gestão e o espaço físico, porém foi verificado que, sem a presença de pessoas engajadas e disponíveis esses eixos não se articularão. O processo formativo foi identificado como essencial para o fortalecimento da política, porém ele precisa estar presente em todos os estados do Brasil. A proposta de política para Escolas Sustentáveis pode se efetivar se, seguindo os apontamentos da pesquisa, for sistêmica, fortalecida pelos processos formativos, legislação, conferências, comissões, pessoas engajadas e disponíveis e, com isso, provocadora de mudanças locais e, conseqüentemente, globais.

Palavras-chave: Escolas Sustentáveis; Sustentabilidade; Ambientalização; Política Pública.

## **ABSTRACT**

Over recent years, the public policy proposition for sustainable schools has been establishing itself in Brazil, in order to transform elementary school institutions into sustainable education places, through encouraging sustainability education. The main purpose of this research consists in observe how the proposition for the sustainable school is constituting itself as a public policy in Brazil. This research also aims at understanding how the schools will be able to transform themselves into sustainable education places indeed and investigate if this proposition is capable of providing local movements of environmentalization and ecologically correct attitudes. For this purpose, I spent those last two years as a teacher and researcher searching for documents, I interviewed some people and I observed three schools from Sao Leopoldo, a metropolitan city near to Porto Alegre in Rio Grande do Sul, southern Brazil, in an attempt to understand and describe how the policy proposition for sustainable schools happens. I noticed that the environmentalization process is one of the inherent purposes of the policy for sustainable school, that helps to create sustainable educator places. as well as, it is a proposition that gives priority to the horizontal dialogue and encourages educational processes sensitizers. The children and Youth national conference on the Environment and the Committee for the Environment and Quality of life were identified as link between the proposition and the school and also bringing news partners. The proposition for the Sustainable School brings the Curriculum, the management and the physical space as shafts articulators, however was identified that without committed and available peoples these axes do not articulate. The training process was verified as essential to the strengthening of the policy, however this process needs to be present in all states of Brazil. The policy proposition for Sustainable Schools needs to be systemic to get succeed, strengthened by training process, legislation, conferences, committees, committed and available teachers and, thereby provoker of local changes and, therefore, global.

**Keywords:** Sustainable Schools; Sustainability; Environmentalization; Public Policy

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1- Um olhar. Foto: Thalís Miorando .....	4
Figura 2-Um lugar. Foto: Thalís Miorando.....	12
Figura 3- Uma paisagem- Foto: Thalís Miorando.....	18
Figura 4- Um espaço. Foto: Thalís Miorando.....	30
Figura 5- Mapa localização do Município de São Leopoldo.....	57
Figura 6- Coletivo educador- São Leopoldo. Foto: NGPEA.....	59
Figura 7- Articuladores ambientais. São Leopoldo. Foto: NGPEA.....	59
Figura 8- Capacitação para a IV CNIJMA- São Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.....	60
Figura 9- Etapa municipal IV CNIJMA- São Leopoldo 2013. Foto:NGPEA.....	60
Figura 10- MOTIC - São Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.....	60
Figura 11- Exposição de projetos. MOTIC- São Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.....	60
Figura 12- Projeto EA- Motic- São Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.....	61
Figura 13- Projeto EA Motic- Sao Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.....	61
Figura 14- Primeiro encontro dos articuladores de educação ambiental de São Leopoldo - 2014. Foto: NGPEA.....	62
Figura 15- Barco Martim Pescador. Foto: Blog Martim Pescador.....	63
Figura 16 - Aula de EA. Foto: Blog Martim Pescador.....	63
Figura 17- Mistura das Águas. Foto: Castor Becker Junior.....	64
Figura 18 - Projeto Peixe Dourado São Leopoldo. Foto: NGPEA.....	64
Figura 19- Contraste. Foto: Thalís Miorando.....	65
Figura 20- Rampa de acesso. Foto: Orene Maria Piovesan.....	70
Figura 21 - Iluminação natural. Foto: Orene Maria Piovesan.....	70
Figura 22- Canteiro. Foto: Orene Maria Piovesan.....	
Figura 23- Hortaliças, leguminosas, ervas. Foto: Orene Maria Piovesan..	71
Figura 24- Horta e parceiros. Foto: Orene Maria Piovesan.....	73

Figura 25- Utilização da água da chuva. Foto: Orene Maria Piovesan. ....	73
Figura 26- Regando o jardim. Foto: Orene Maria Piovesan.....	73
Figura 27- Jardim em frente a escola. Foto: Orene Maria Piovesan. ....	74
Figura 28 - Cultivo de hortaliças. Foto: Orene Maria Piovesan.....	74
Figura 29- Canteiro em espiral. Foto: Orene Maria Piovesan.....	74
Figura 30- Jardim suspenso. Foto: Orene Maria Piovesan.....	74
Figura 31- Cultivo em casca de ovos. Foto: Orene Maria Piovesan. ....	75
Figura 32- Consumo de legumes, verduras e sementes. Foto Orene Maria Piovesan.....	75
Figura 33- Sistema PDDE Interativo. Fonte: MEC.....	84
Figura 34- Plano de Ação EMEF Imperatriz Leopoldina. ....	84
Figura 35- PDDE Interativo. Plano de ação dos anos anteriores. Fonte: MEC.....	85
Figura 36 - Plano de Ação PDDE-ES. Fonte: MEC.....	85
Figura 37- Plano de Ação PDDE ES - EMEF Imperatriz Leopoldina. Fonte: MEC .....	86
Figura 38- CNIJMA EMEF Henrique Bier. Foto: Sandra Grohe. ....	92
Figura 39- Ata CNIJMA – EMEF Henrique Bier. Foto: Sandra Grohe.....	92
Figura 40- Descarte indevido de resíduos. Foto: Cristina Santos.....	93
Figura 41- Coleta para análise. Foto: Cristina Santos. ....	93
Figura 42- Apresentação do Projeto Água Viva para escola. Foto: Com-Vida. ....	95
Figura 43- Divulgação do projeto na comunidade. Foto: Com-Vida.....	95
Figura 44- Analisando respostas. Foto: Sandra Grohe.....	95
Figura 45- Tabulando respostas. Foto: Sandra Grohe. ....	95
Figura 46- Gráficos construídos pela Com-Vida.....	96
Figura 47- Apresentação da Com-Vida para gestores municipais. Foto: Cristina Santos.....	97
Figura 48- Com-Vida e Gestores Municipais. Foto: Crisitna Santos.....	97
Figura 49- Reunião do MBM na SMED. Foto: Cristina Santos.....	
Figura 50- Mutirão por um bairro melhor.Foto: Cristina Santos. ....	99
Figura 51- Limpeza ao redor da escola.Foto: Cristina Santos.....	99

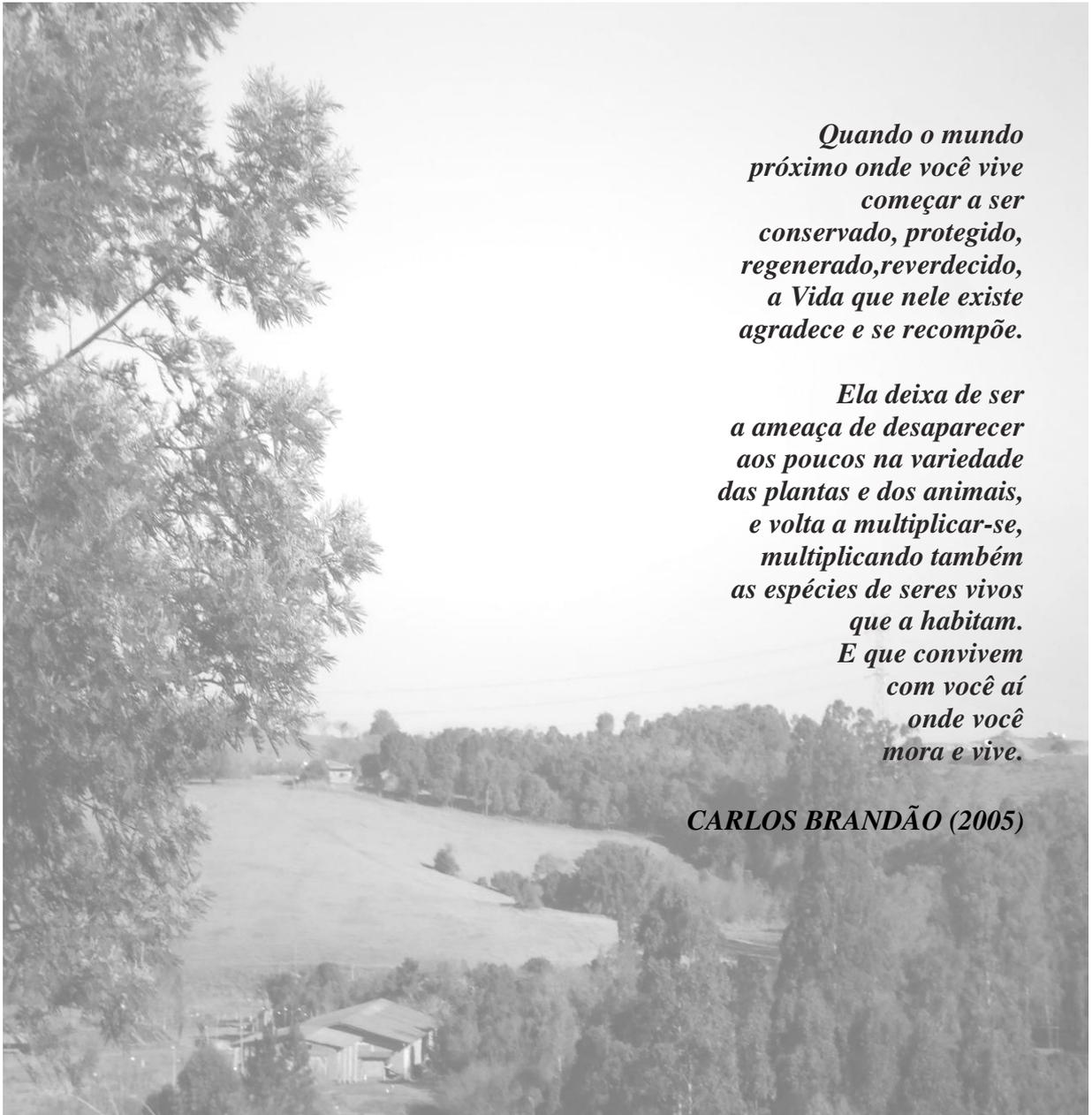
Figura 52- Com-Vida apresentando projeto para a Comunidade. Foto: Dilce Rosa.....	99
Figura 53- Ouvidoria na comunidade. Foto: Dilce Rosa.....	99
Figura 54- Encontro MBM na Associação de Moradores. Foto: SANTOS, Cristina.....	100
Figura 55- Acúmulo de resíduo. Foto: Com-Vida.....	103
Figura 56 – Mapa do bairro. Locais limpos e não limpos. Foto: Cristina Santos.....	103
Figura 57- Revitalização de pracinha. Foto: Associação de Moradores.....	105
Figura 58- Pracinha na Associação de Moradores. Foto: Associação de moradores.....	105
Figura 59- Apresentação do projeto Água Viva aos professores. Foto: Com-Vida.....	106
Figura 60- Construção de cartazes. Foto: Leocádia Schoffen.....	107
Figura 61- Apresentação de cartazes. Foto: Leocádia Schoffen.....	107
Figura 62- Funcionárias da limpeza. Foto: Leocádia Schoffen.....	107
Figura 63- Comunicação interna na escola. Foto: Com-Vida.....	110
Figura 64- Coletor de papel. Foto: Com-Vida.....	110
Figura 65- Operação Lixo no Lugar certo. Foto: Com-Vida.....	111
Figura 66 - Fiscalização no pátio da escola. Foto: Com-Vida.....	111
Figura 67- Entrevista para uma revista. Foto: Com-Vida.....	112
Figura 68 - Com-Vida de Porto Velho - Rondônia. Foto: Carmem Andrade.....	115
Figura 69- Oficina de compostagem. Foto: Com-Vida.....	117
Figura 70- Teatro sobre reciclagem. Foto: Com-Vida.....	117
Figura 71- Divulgação do seminário em jornal local. Foto: Márcia Scherer.....	119
Figura 72-Pensando a filosofia da escola. Foto: Márcia Kehl.....	120

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Teses e dissertações Escolas Sustentáveis. Fonte: GROHE, Sandra .....	47
Tabela 2- Pesquisas sobre Escolas Sustentáveis. Fonte: GROHE, Sandra .....	49
Tabela 3- Valores de Repasse PDDE- ES. Fonte: Resolução nº18 de 2014. ....	76
Tabela 4- Relação de Escolas PDDE-ES – São Leopoldo. Fonte: NGPEA.....	82
Tabela 5- Cronograma ilustrativo de algumas ações. Projeto Água Viva.....	94

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	19
1.1 Percorrendo os documentos.....	19
1.2 Aprendendo a ver.....	20
1.3 Cuidados éticos.....	23
1.4 Conversando com flores .....	24
<b>2 CONTEXTO DA POLÍTICA PARA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS</b> .....	31
2.1 BRASIL.....	37
2.1.1 Manifestações da política para Escolas Sustentáveis .....	42
2.1.2 Escolas e Sustentabilidade.....	47
2.2 RIO GRANDE DO SUL .....	54
2.3 SÃO LEOPOLDO .....	57
<b>3 TRÊS EXPERIÊNCIAS</b> .....	66
3.1 Escola e o Espaço Escolar .....	68
3.2 Escola e as Verbas .....	76
3.3 Escolas e a Política Pública .....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	121
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	125
<b>ANEXO A</b> – Carta de Apresentação.....	131
<b>APÊNDICE B</b> - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	132
<b>APÊNDICE C</b> – Entrevista Semiestruturada – Questões/Guias .....	133
<b>ANEXO D</b> – Carta de Aceite .....	135



*Quando o mundo  
próximo onde você vive  
começar a ser  
conservado, protegido,  
regenerado, reverdecido,  
a Vida que nele existe  
agradece e se recompõe.*

*Ela deixa de ser  
a ameaça de desaparecer  
aos poucos na variedade  
das plantas e dos animais,  
e volta a multiplicar-se,  
multiplicando também  
as espécies de seres vivos  
que a habitam.  
E que convivem  
com você aí  
onde você  
mora e vive.*

**CARLOS BRANDÃO (2005)**

*Figura 2-Um lugar. Foto: Thalys Miorando.*

## INTRODUÇÃO

O objetivo primordial desta pesquisa consiste em *ver* como a proposta de Escola Sustentável (ES) está se constituindo como política pública no Brasil a partir de uma análise de três experiências locais, isto é, três escolas no município de São Leopoldo, RS, assim como objetiva compreender como as escolas poderão se transformar em espaços educadores sustentáveis efetivamente e se essa proposta é capaz de proporcionar movimentos locais de ambientalização, assim como atitudes ecologicamente corretas.

As primeiras inquietações, antes de definir esses objetivos, deram-se em meados de junho de 2013, durante minha prática enquanto professora da rede municipal de ensino em São Leopoldo/RS e, concomitante a isso, pelo incentivo, provocações e trocas sobre o tema com minha orientadora do curso de mestrado em educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Isabel Cristina de Moura Carvalho.

O primeiro contato com a proposta para ES foi através de documentos da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - CNIJMA (BRASIL, 2012), enviados pela Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo (SMED/SL) para a escola em que lecionava. Um dos documentos orientava para a realização de conferências e a criação de um projeto de ação sobre os problemas socioambientais encontrados na escola e/ou comunidade.

O material que mais me deixou instigada foi o livreto *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis* (BRASIL, 2012), pelo fato de fazer um convite para que cuidássemos do Brasil com ES. Minhas primeiras perguntas de pesquisa foram: Como poderíamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis? O Brasil seria cuidado se as escolas se tornassem sustentáveis? O que seriam as escolas sustentáveis?

A partir dessas inquietações, parti em busca de uma definição para o conceito de ES. No livreto *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis*, ES é definida como

um local onde se desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a construção de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável. Uma escola sustentável é também uma escola inclusiva, que respeita os direitos humanos e a qualidade de vida e que valoriza a diversidade. (BRASIL, 2012, p.10)

As Escolas Sustentáveis (ESs) pretendem através de *processos educativos sensibilizadores*, construir competências individuais e coletivas, para a edificação de uma sociedade ambientalmente sustentável.

Nos sites de busca na internet a definição encontrada foi a trazida pelo artigo *Escolas Sustentáveis: Incubadoras de Transformações nas Comunidades* de Michèle Sato e Rachel Trajber (2010), na qual ES é entendida como uma proposta que incentiva as instituições de educação básica brasileira a se transformem em *espaços educadores sustentáveis*; a buscarem possíveis alternativas para os problemas que envolvem a escola e seu entorno, através do diálogo aberto com a comunidade e a se transformarem em *incubadoras de mudanças*.

Michèle Sato e Rachel Trajber basearam-se no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)<sup>1</sup> para definir *espaços educadores sustentáveis* como:

aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Isto é, são espaços que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente; compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim, qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. (SATO e TRAJBER, 2010,p.71)

O termo *incubadoras de mudanças* foi inspirado no relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES<sup>2</sup>, de 2009. Nesse relatório, o CDES incentiva as instituições de ensino a serem incubadoras de mudanças concretas na realidade social.

Também encontrei o *Manual Escolas Sustentáveis*, definido pela Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013. Neste documento o conceito de ES é o mesmo trazido por Michèle Sato e Rachel Trajber (2010), na qual ESs “são definidas como aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 2013, p.2)

Nesse sentido, as ESs são aquelas que promovem o relacionamento harmonioso com o meio ambiente e compensam os impactos por elas provocados como garantia de qualidade de vida. Aqui nesse ponto pensei na possibilidade de também haver uma reflexão em relação a prevenção e mitigação dos impactos ambientais. Através de *processos educativos*

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-nacional-sobre-mudanca-do-clima>>. Acesso em: 4 jan 2014.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/noticia/10369/coloquio-reune-especialistas-para-debater-educacao-e-eficiencia-energetica.html>>. Acesso em: 11 mar 2014.

*sensibilizadores* a comunidade escolar poderia refletir em como prevenir e intervir para reduzir os impactos por ela gerados e se fosse o caso compensar. A partir do momento em que uma escola opta por seguir o caminho da sustentabilidade ela deve sim pensar na compensação dos impactos ambientais por ela gerado, mas também precisará refletir sobre como evitar futuros danos. A definição de ES poderia ser ampliada para “aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e *previnem, mitigam* e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 2013, p.2)

A definição elaborada por Michèle Sato e Rachel Trajber, une-se a de Carla Borges (2011, p.6) que define uma escola sustentável como “aquela que transforma seus hábitos e sua lógica de funcionamento, reduz seu impacto ambiental e se torna referência de vida sustentável para sua comunidade, ampliando seu escopo de ação para além das salas de aulas.”.

Ao se propor a ser sustentável, uma instituição de ensino, precisa ter bem definido o que significa “espaço educador sustentável”. Para Carla Borges “um espaço pode ser educador sem ser sustentável e ser sustentável sem, necessariamente, ser educador.” (2011, p.7). É nesse ser ou não ser que uma escola precisa trilhar seus caminhos e nortear suas propostas de educação para a sustentabilidade.

Segundo Carlos Brandão (2005, p.34) “nascemos, vivemos e moramos em um espaço do planeta Terra”. Segundo ele, “com sentimentos e sentidos ora muito próximos e ora mais diversos e distantes, moramos, vivemos e pertencemos a uma casa, a uma cidade, a uma nação ou ao universo” (Ibidem, p.44). Podemos pensar na escola como um espaço que é dedicado a educação. Um espaço educador, mas, ainda segundo Carlos Brandão,

[...]não é o único lugar educativo. Esta dimensão educadora existe e é essencial em um movimento de ação social, ela existe também e se multiplica nas redes de trocas de saberes e de experiências que os vários grupos e as várias comunidades de ação social geram e fortalecem dentro de um bairro, de uma cidade, de um município. (Ibidem, p.44)

A escola como um espaço educador não pode ser pensada como uma ilha, ela existe, mas não existe sozinha, isolada, fechada. É nesse sentido que a escola, como espaço educador, precisa ser repensada. E ela como espaço educador sustentável precisará estar voltada e sensível a relações harmoniosas com o todo.

Nesse sentido, partindo das definições encontradas para o conceito de ES, determinei como marco de orientação para a investigação, a tentativa de compreender como as escolas

poderão se transformar em espaços educadores sustentáveis efetivamente e, se essa política é capaz de proporcionar movimentos locais de ambientalização, assim como atitudes ecologicamente orientadas.

Elegi o conceito de ambientalização por acreditar que a escola que se propõe a ser sustentável seja capaz de proporcionar a internalização de “valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente. Estes valores se expressam na sociedade contemporânea em preocupações tais como aquelas com a integridade, a preservação e o uso sustentável dos bens ambientais”. (CARVALHO e TONIOL, 2011, p.2)

Esse processo de internalização pode se manifestar em espaços educadores sustentáveis, coligando aspectos socioambientais às ações educativas e cooperando para "vivências não só de práticas, mas também de princípios, atitudes e valores ambientais" (GUERRA; FIGUEIREDO, 2014, p. 146).

Dione Kitzmann discorre sobre as possibilidades de “ambientalizar o ensino” e “ambientalizar o currículo”. Para ela ambientalizar o ensino se refere a inserção da dimensão socioambiental em espaços onde não existem ou não é reconhecida adequadamente a Educação Ambiental (EA). Ela pode derivar da necessidade de “implementar uma política pública” (aqui poderíamos relacionar a política para ESs, assim como todo o acúmulo de políticas públicas de EA já criadas), ou pelo “interesse de educadores e escolas que veem os currículos deslocados da realidade socioambiental de seus educandos”. Baseia-se em um compromisso institucional, de acordo com a realidade educacional. Em relação à ambientalização do currículo, ela significa uma adaptação de iniciativas já existentes a partir de “processos, conteúdos e práticas aos objetivos e princípios da EA”. (2007, p, 553).

Segundo Dione Kitzmann (2007, p.562), para que a EA esteja presente de modo efetivo nas instituições de ensino a mudança pode começar pelo currículo que, por tradição, não contempla a dimensão ambiental e quando ocorre é de maneira pontual, fragmentada ou dissociada do ambiente educacional. Para isso seria necessária uma “reforma curricular e institucional”, apoiada por infraestrutura adequada e professores capacitados. Dione Kitzmann propõe um enfoque, ou abordagem “sistêmica”, baseada nas teorias de Bertalanffy (1977), e Odum (2008), “que vem a ser a ressignificação tanto de conteúdos e metodologias quanto de estruturas educativas, num processo abrangente de integração da dimensão socioambiental”. (KITZMANN, 2012, p.270)

Para Dione Kitzmann a ambientalização se efetiva quando “interliga conteúdos, metodologias e estrutura” (2012, p.280). Essa posição poderia ser ampliada para o que

propõem a política para ES, segundo Michèle Sato, Rachel Trajber e os documentos da política para EA, articulando o currículo ao espaço físico e gestão.

Segundo o livreto *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis*,

as escolas sustentáveis estabelecem elos entre o currículo (o que se ensina e se aprende na escola), a sua gestão (isto é, a forma como a escola se organiza internamente para funcionar), e o seu espaço físico (considerando o tipo e a qualidade das edificações e o seu entorno imediato). (BRASIL 2012, p.11)

Ambos cuidam e educam. O currículo valoriza saberes científicos, locais e tradicionais, e, primordialmente, promove a cidadania ambiental estimulando “a responsabilidade e o engajamento individual e coletivo na transformação local e global”. A gestão encoraja atitudes de respeito “à diversidade, a mediação pelo diálogo, a democracia e a participação” e o espaço físico proporciona “melhores condições de aprendizagem e de convívio social”, conforme planejamento. (BRASIL, 2012, p. 11-12)

No momento em que uma escola se propõe a seguir o caminho da educação para sustentabilidade as bases curriculares precisarão ser repensadas e, como Dione Kitzmann argumenta, para ambientalizar o currículo é preciso uma adaptação do que já existe em concordância com os objetivos e princípios da EA.

Acredito que a escola, guiada pelos princípios da ambientalização, estará proporcionando a internalização das questões ambientais, tanto dentro do espaço escolar, quanto fora dele.

A partir dos primeiros entendimentos do que seria uma ES, tracei uma metodologia para tentar responder as inquietações aqui levantadas. Nos capítulos que se seguem apresentarei a metodologia de pesquisa elencada; o estado do conhecimento sobre a proposta para a política para ES, realizado a partir de algumas teses e dissertações desenvolvidas no Brasil; o contexto em que a política para ES se encontra e, por enfim, três experiências no município de São Leopoldo/RS em escolas que estão caminhando em direção à proposta de política pública no Brasil.

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas ...  
Que já têm a forma do nosso corpo ...  
E esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos  
mesmos lugares ...*

*É o tempo da travessia ...  
E se não ousarmos fazê-la ...  
Teremos ficado ... para sempre ...  
À margem de nós mesmos...*

*Fernando Pessoa (Tempo de Travessia)*



*Figura 3- Uma paisagem- Foto: Thalys Miorando.*

# 1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O que é uma Escola Sustentável? Quais são os fundamentos desta proposta? Como o conceito de Escolas Sustentáveis vem se constituindo como política pública no Brasil? Como esta política está se efetivando em nível nacional, regional e local? Será que escolas sustentáveis possibilitam movimentos de ambientalização e atitudes ecologicamente orientadas? Para responder a estas e outras questões foi necessário pensar em uma metodologia que possibilitasse o encontro de algumas respostas, dividida em quatro etapas: Percorrendo os documentos, Aprendendo a ver, Conversando com flores e Cuidados Éticos.

## 1.1 Percorrendo os documentos

Como relatei na introdução, o meu primeiro contato com a política para ES foi através de documentos enviados à escola onde leciono em São Leopoldo. Na época trabalhava com uma turma de 5º ano do ensino fundamental, na qual estava engajada em um projeto denominado *Fazendo um Mundo Melhor*. Este projeto tinha como objetivo sensibilizar de alguma maneira a escola e, conseqüentemente, o bairro onde a escola está localizada, para o cuidado com o meio ambiente. Como já tínhamos esse projeto em andamento e relacionado à EA a turma foi convidada a participar da IV CNIJMA.

No momento não sabíamos bem qual era a proposta do Ministério da Educação - MEC, então, além de explorarmos o livreto *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis*, também exploramos a *Portaria Interministerial Nº 883, de 5 de julho de 2012*, que orientava para a adesão à Conferência. Esse documento assegurava o recebimento de material didático para subsidiar as conferências às

Escolas com pelo menos uma turma do 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série) do Ensino Fundamental, cadastradas no Censo Escolar de 2011 - INEP<sup>3</sup>, públicas e privadas, urbanas e rurais, da rede estadual ou municipal, assim como escolas de comunidades indígenas, quilombolas e de assentamento rural. (BRASIL, 2012)

Como os materiais impressos não haviam sido enviados ao município, a orientação da SMED/SL foi que os buscássemos no site da IV CNIJMA<sup>4</sup>. Ao acessá-lo, encontramos diversos materiais digitalizados como cadernos temáticos sobre a Agenda 21, o consumismo infantil, a água, o ar, o fogo e a terra, inclusive gibis, cartazes, leis, decretos, acordos, assim

<sup>3</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://conferenciainfante.mec.gov.br>>. Acesso em 10 jun 2013.

como o passo a passo para a conferência, entre outras informações.

A partir desse primeiro contato com os documentos da IV CNIJMA dei início à pesquisa documental sobre a proposta do MEC para ES. Segundo João José Saraiva da Fonseca (2002), se eu optasse por realizar pesquisa bibliográfica teria que me valer somente de referenciais formados por materiais “constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas” (FONSECA, 2002, p.32). A pesquisa estaria restrita, não explorando os diversos materiais disponibilizados sobre a política para ES.

Optei por realizar pesquisa documental, pois me possibilitaria a exploração de “fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (FONSECA, 2002, p.32). Desse modo foi objeto central de pesquisa os documentos disponibilizados pelo site da CNIJMA e pelo MEC, assim como livros, artigos, folders, anais de eventos, vídeos, dissertações, teses e etc.

## 1.2 Aprendendo a ver

A maioria das observações ocorreu durante minha prática como professora na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Henrique Bier, em São Leopoldo, onde foi preciso ficar atenta, *aprender a ver*. Em estudos realizados durante minha participação no grupo SobreNaturezas<sup>5</sup>, muitas discussões giraram em torno de um novo modo de *ver* o mundo. Conforme reflexões de Isabel Cristina de Moura Carvalho, baseada no pensamento de Tim Ingold,

Aprender a ver [...] não é uma questão de adquirir um esquema mental para *construir* o ambiente, mas a aquisição de habilidades para um engajamento perceptivo direto com os elementos constituintes do mundo, humano e não humano. (CARVALHO, 2009, p. 97)

As observações não se deram pelo distanciamento e sim no engajamento e imersão em um mundo real de documentos, prédios, pessoas, relações. Nesse sentido o que tentei foi observar como a proposta da política para ES foi acontecendo. Fui desafiada a observar o mundo a minha volta de outra maneira. Como destacam Carvalho e Steil (2013, p. 76),

---

<sup>5</sup> “SobreNaturezas é um grupo interdisciplinar que reúne professores e estudantes de pós-graduação e graduação vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação PUCRS e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Na PUCRS o Grupo é apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o IPEA/CAPES por meio do Projeto Cátedras de Desenvolvimento. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS conta com apoio da CAPES e do CNPq.” Ver em: <<http://www.sobrenaturezas.blog.br/quem-somos/>>. Acesso em 10 jun2014

Ao observador não está dado perceber coisas diferentes, mas perceber as mesmas coisas diferentemente. O mundo que nos é dado observar é um mundo em movimento, num contínuo devir. O observador não olha desde um corpo que se situa como uma totalidade independente em relação aos fluxos de luz, sons e texturas do ambiente, mas, ao contrário, ele é atravessado por estes fluxos, nos quais lhe é dada a possibilidade de descrever e compreender o mundo.

A partir de então tentei observar “as mesmas coisas diferentemente”. Mais do que observadora em uma escola concreta e real também precisei *ver* como participante imersa na totalidade, humana e não-humana, as transformações que ali iam sendo produzidas. Nesse sentido, foi necessário estar atenta aos movimentos da vida, produzidos a partir da implementação da política para ES. Segundo Isabel Cristina de Moura Carvalho e Carlos Alberto Steil (2013, p.65), “o acesso e a compreensão deste movimento da vida exigem do pesquisador o engajamento pessoal e comprometido com o ambiente e a *educação da atenção* como a via privilegiada para o conhecimento e a produção científica”.

A “educação da atenção” aqui referida é aquela afastada do “suprimento acumulado de representações” (INGOLD, 2010, p.7). Foi preciso tomar parte na experiência, no processo da vida no mundo. Mas como faria isso?

Um grande desafio para mim. Até então, ser professora me remetia a dar aula, a pesquisar *para* e não *com*. Como professora-pesquisadora teria que acessar lugares ainda não percorridos. Além de *ver*, teria que ler, escrever, questionar e, sobretudo, refletir. Um processo que já havia iniciado discretamente na especialização em Educação Ambiental, voltando-me à escola e ao espaço escolar, onde acompanhei a implementação de um projeto de Educação Ambiental em uma turma de 1º ano do ensino fundamental denominado “Ressignificando o Espaço Escolar” em uma escola municipal de Canoas/RS, na qual as reflexões se voltaram para a construção de “uma concepção mais adequada de ambiente, através da educação ambiental, ressignificando o espaço escolar, hábitos alimentares e, ao mesmo tempo, potencializar o sentimento de pertencimento na comunidade escolar” (GROHE e CORRÊA, 2012,p.411).

Além das observações realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Henrique Bier em que estava inserida, precisei sair para *ver* outras escolas. Ao realizar levantamentos sobre a proposta para ES em São Leopoldo encontrei a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Arco-Íris, inaugurada em 2010, que teve seu prédio pensado e projetado para ser sustentável.

Ao ler algumas reportagens em periódicos locais sobre essa escola, algumas questões surgiram: Será que essa escola poderia ser definida como escola sustentável no formato previsto pelo MEC permeando currículo, gestão e espaço físico? Como o espaço físico preparado para ser sustentável contribuiria para a constituição de uma ES? O que essa escola teria de diferente em relação às outras? Para responder a essas questões realizei seis visitas ao estabelecimento, duas visitas no final do ano de 2013 e quatro nos meses de outubro e novembro de 2014.

Também encontrei a EMEF Imperatriz Leopoldina, que participou da III CNIJMA no ano de 2009 e, no ano de 2013 recebeu os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)<sup>6</sup> – Escola Sustentável (ES), sendo a primeira escola no município a ser contemplada. O PDDE – ES passou a fazer parte do PDDE Interativo que

consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. (FNDE, 2013)

Visitei esta escola também no final de 2013 e no primeiro semestre de 2014, totalizando cinco visitas. O que procurei conhecer nessa escola foram os processos para o recebimento da verba do PDDE – ES, o projeto que foi encaminhado para a III CNIJMA em 2009 e a maneira como a verba seria utilizada.

Outro motivo relevante que me fez escolher as três escolas do município de São Leopoldo foi por suas Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Ambiental, criadas em 2013, estarem de acordo com a política para ESs<sup>7</sup>.

Art. 7º - O SME/SL por meio das entidades mantenedoras deve assegurar a Educação Ambiental e garantir às instituições educativas:

[...]

IV - condições para que as instituições educacionais constituam-se em espaços educacionais sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículo,

<sup>6</sup> Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>>. Acesso em: 06 nov 2013.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://conselhomunicipaleducacaosl.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 dez 2013.

gestão e edificações em relação equilibrada com o meio ambiente. (SÃO LEOPOLDO, 2013)

O município foi um dos pioneiros no Estado do Rio Grande do Sul na implementação de diretrizes curriculares para a EA.

### 1.3 Cuidados éticos

Esta pesquisa seguiu as normas de regulação da ética de pesquisa vigente no Brasil através da resolução 466/96 do Conselho Nacional de Saúde<sup>8</sup>, que considera “o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos”, assim como foi encaminhada a Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação (FACED) da PUCRS, sendo considerada não ter perfil invasivo.

Para a realização da pesquisa foi entregue uma carta de apresentação ao secretário de educação vigente (Vide Anexo A), na qual sou apresentada como pesquisadora e são apresentados os objetivos da pesquisa: realizar atividades de pesquisa de campo e documental para coleta de dados em três escolas do município; acompanhar as atividades escolares, analisar documentos de políticas públicas e projeto político pedagógico das escolas, entrevistar educadores e gestores, e fotografar cenas com os alunos e alunas realizando atividades escolares. Do mesmo modo ocorreu com as escolas pesquisadas, sendo que cada uma recebeu a mesma carta apresentada ao secretário de educação.

Este estudo somente foi possível com a autorização das pessoas envolvidas, formalizada através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (Vide Apêndice B). Ao ser entregue o TCLE, cada entrevistada poderia autorizar ou não autorizar o uso de informações fornecidas por ela, ficando ciente da utilização das mesmas. Conforme a Resolução 466/96, o “respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”.

As fotos utilizadas receberam a devida autorização. Algumas foram retiradas de sites, outras foram cedidas por alunos<sup>9</sup> e professores, e outras foram tiradas por mim. Na EMEF Henrique Bier, os pais dos alunos assinam no ato da matrícula o termo de consentimento para

<sup>8</sup> Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso 20 ago 2013.

<sup>9</sup> As fotos apresentadas antes de cada capítulo foram cedidas por um aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da EMEF Henrique Bier. A partir de um olhar sensível ele fotografou o entorno da escola, o lugar onde vive.

o uso de imagem e na EMEF Imperatriz Leopoldina o mesmo ocorre, porém são atualizados a cada seis meses. Ainda em conformidade com a Resolução 466/96, tentou-se assegurar a “confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros”.

Na tentativa de preservar a identidade das entrevistadas cada uma recebeu o codinome de uma flor. O mesmo ocorreu com os nomes das escolas que receberam codinomes de ruas do município de São Leopoldo. O objetivo foi evitar ao máximo a exposição dos envolvidos na pesquisa.

#### **1.4 Conversando com flores**

As entrevistas semiestruturadas (Vide Apêndice C) foram realizadas com pessoas diretamente relacionadas à política para ES, tanto em nível local, regional e nacional.<sup>10</sup> Optou-se por realizar entrevistas com alunas, professoras e gestoras das escolas observadas, gestoras da Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo, do Estado do Rio Grande do Sul e MEC engajadas e/ou ligadas à política para ES, assim como pesquisadoras da temática na universidade.

Parti da seguinte questão para eleger pessoas a serem entrevistadas: Quem são as pessoas envolvidas com a proposta das ESs no MEC, no Estado do RS, na SMED/SL, nas universidades e nas escolas observadas? Até esse momento não sabia quem seriam essas pessoas.

Após pesquisas, conversas e contatos, realizei entrevistas com doze mulheres envolvidas com a proposta da política para ESs<sup>11</sup>, assim como, também conversei com elas informalmente. Abaixo trago o perfil profissional e também alguns depoimentos pessoais sobre a trajetória ambiental de algumas das entrevistadas com o intuito de mostrar de onde vêm e de onde falam:

#### **Entrevistadas em escala Nacional**

---

<sup>10</sup> Sem intencionalidade, as pessoas entrevistadas foram todas do sexo feminino.

<sup>11</sup> Optou-se por utilizar nomes de plantas e flores, por ser mais adequado as entrevistadas.

1. **Acácia** - Jornalista profissional, formada pela Universidade de São Paulo desde 1984, milita na educação ambiental desde 1992 e firmou contrato com o MEC - alternando consultorias para a Organização dos Estados IberoAmericanos (OEI) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) - desde março de 2009. Atualmente não está oficialmente no MEC, mas em vias de assinar novo contrato com a Unesco para dar continuidade à proposta do Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES). Após colocar o texto do Programa em consulta pública, está empenhada em consolidar as contribuições colhidas ao Programa.

*Minha inserção na temática ambiental se deu na década de 1970. Em 1978, junto com um grupo de amigos, iniciei um trabalho nas favelas ao redor da USP, em São Paulo. [...] a vivência com as famílias faveladas e seus dramas para terem acesso a recursos básicos (como água) começou a mudar a minha forma de ver a problemática social, vinculando-a a questão ambiental. Em especial, porque no local onde se instalava a favela de São Domingos, na qual eu trabalhava mais intensamente, havia um córrego. E esse córrego estava completamente contaminado. Parecia uma enorme contradição ter gente sofrendo de falta d'água ao lado de água corrente. Posteriormente tive contato com pessoas que me sensibilizaram para outras dimensões da questão ambiental: pelo viés da busca de autossuficiência (comunidades alternativas); o movimento pela não violência ativa, de inspiração gandhiana; as questões relativas ao feminismo (as mulheres como principais afetadas pelo desequilíbrio ambiental, na condição de reprodutoras da vida e das condições de trabalho) e a busca de valores espirituais (comunidades hoasqueiras defensoras das florestas). A visão política dos anos iniciais começava a ser temperada por ligações entre ecologia, política, feminismo e espiritualidade. Daí a aderir à visão socioambiental propalada após a Rio'92 foi apenas um passo.*

2. **Camélia** - Formada em Geografia pela UFPA (Universidade Federal do Pará) e pós-graduada em EA pela UNB (Universidade de Brasília). Leciona Geografia há 18 anos. No momento trabalha na Escola Estadual de Ensino Fundamental Qualidade de Vida, na cidade de Porto Velho no estado de Rondônia, como coordenadora do Programa Mais Educação e da Com-Vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida).

*A partir de 1997 em Rondônia[...] segui a mesma ideia, de trabalhar a EA nas minhas aulas de geografia. No ano seguinte, observando a situação da escola, senti a necessidade de desenvolver ações ambientais, não mais somente em minhas aulas, e sim expandir para toda a escola. [...] Comecei então, a procurar uma forma de envolver todos nessa luta. Foi quando veio a III CNIJMA e junto com ela a*

*Com-Vida. Durante a III CNIJMA, desenvolvi com apoio de alguns colegas de Ciências, Língua Portuguesa, Artes e História, a 1ª etapa da conferência, a Conferência na escola. [...] Não deu outra, nossa conferência foi um sucesso, atraindo a mídia local e representantes da Seduc. Terminada essa conferência, alunos e professores que tinham participado, empolgados pelo sucesso do evento, decidiram entender mais sobre a Com-Vida, que era uma proposta do MEC, e então criamos a nossa Com-Vida (em 16 de outubro de 2009). Comecei a perceber que esta era a proposta que eu tanto procurava para desenvolver as ações ambientais, com o envolvimento de todos.*

3. **Magnólia** – Formada em Ecologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, fez mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo e doutorado em Educação na Universidade Federal de São Carlos.

*Eu sempre morei no mato, na roça. Minha família é do campo. Então, assim, eu sempre tive muita proximidade com o ambiente do campo, mais com ambiente do campo do que ambiente urbano. Então... os complementos naturais sempre tiveram presentes desde a minha infância, tanto que nunca morei em apartamento. [...] Só vim para o Brasil quando tinha 16 anos. [...] meu pai era veterinário, então quando a gente chegou logo fomos morar em uma fazenda. [...] Sempre gostei muito de animais e eu me inscrevi, fui prestar vestibular e me inscrevi em Biologia e Ecologia. E ecologia sem dúvida alguma foi uma escolha que tem tudo a ver com essa minha apropriação.*

### **Entrevistadas em escala Estadual**

4. **Dália** - professora doutoranda em Qualidade Ambiental, coordenadora do Coletivo Jovem do Estado do Rio Grande do - CJRS, integrante do Comitê Assessor do Órgão Gestor Nacional de Educação Ambiental e integrante da Comissão Organizadora Estadual – COE da I, II, III e IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente na escola (2003, 2005-2006, 2008-2009 e 2011-2012) e Doutoranda em Qualidade Ambiental - FEEVALE.

5. **Marcela**- assessora em Educação Ambiental da Secretaria de Estado da Educação, que acompanhou todo o processo no Rio Grande do Sul e Brasília para a IV CNIJMA, assim como contribui com formações para as conferências no Estado;

*Sempre gostei muito do cuidado para com a natureza e animais, mas senti uma preocupação maior quando iniciei minha prática como docente, em 1999. Observei, a partir das vivências na comunidade escolar, a necessidade de fortalecer esses cuidados. Procurei, então,*

*nas escolas que atuei, fomentar as questões ambientais, primeiro sensibilizando os (as) educandos(as) e colegas, oportunizando o diálogo e buscando a integração de novos(as) protagonistas no processo, a dificuldade maior sempre está na prática, pois muitos não querem este comprometimento. [...]Em todas as escolas que trabalhei, contemplei a temática ambiental como tema transversal. Em 2011, iniciei minhas atividades na assessoria pedagógica da Secretaria Estadual da Educação, assessorando a educação ambiental e coordenando o Núcleo de Políticas e Ações Pedagógicas da Diversidade e Transversalidade da Educação Básica/NUPAPEDTEB; este núcleo contempla as temáticas de gênero e sexualidade, projetos culturais, esporte educacional, educação ambiental e a diversidade afro e quilombolas.*

### **Entrevista em escala Municipal**

6. **Angélica** - coordenadora do Núcleo Gestor de Políticas da Educação Ambiental de São Leopoldo (NGPEA), acompanhou e auxiliou nas conferências e implementação das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Ambiental de São Leopoldo;

*Tenho 34 anos de vida profissional dedicado a educação. Fiquei, deste tempo, 11 anos em sala de aula e como supervisora escolar. O restante, em coordenação de Educação Ambiental no município de São Leopoldo. Nesta trajetória fui envolvida pelas questões ambientais, desde quando tinha minhas turmas, quando não conseguia dar minhas aulas em quatro paredes. Saía para baixo de uma árvore para falar das sementes de uma planta. Saía para áreas de banhados próximas a escola. Quando na supervisão da escola instigava os professores a observarem o contexto, o bairro onde se inseria a escola. Isso estava em mim. Não sei explicar. Para ela: “Educação que não seja ambiental, não é educação”.*

### **Entrevistadas em escala local**

7. **Érica** - diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Bier – São Leopoldo/RS;
8. **Violeta** - professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Arco-Íris– São Leopoldo/RS. Formada em Pedagogia, Pós em Psicomotricidade e Ludopedagogia na

Educação Infantil e Séries Iniciais. Desde 2011 atua na EMEI Jardim Verde como R2<sup>12</sup>, neste ano com indicação para Articuladora Ambiental, lecionando EA em todas as turmas da escola.

*Ainda criança, em família, tínhamos hábitos de preservação e de cuidado com o meio ambiente. Vivíamos no interior e do cultivo na roça. Meus pais tinham hábito de não desperdiçar nada e socializar sempre que possível. Em 2008 iniciei minha trajetória pedagógica na EMEI Vitória, observei que a escola não cultivava flores em seus espaços e as crianças desperdiçavam diariamente água em suas canequinhas, então comecei cultivando um jardim com crianças do BII.*

9. **Íris** – ex-diretora e professora de séries iniciais na Escola Municipal Imperatriz Leopoldina - São Leopoldo/RS. Fez magistério na Instituição Evangélica em Novo Hamburgo, graduada em Matemática pela UNISINOS, pós-graduada em Educação Ambiental pelo Centro Universitário Barão de Mauá.

*Nas minhas férias sempre ia para casa do meu tio. [...] meus primos eram pequenos e eu os ajudava lá e pelo fato do lugar que era muito bonito. Era na Vila Piratini, em Charqueadas. [...] Ele era chefe dos escoteiros, eu participava dos escoteiros, enfim lá foi a primeira vez que eu aprendi que... (tem um lago na sociedade deles lá, é onde fica a sede dos escoteiros) que se pescava e botava o peixe de volta. Eu não entendia. O meu avô, pai dele, pescava e a gente comia o peixe. E lá não, a gente botava de volta para se procriarem... Aquelas mil explicações. E foi assim que eu comecei a pegar gosto, ter esse cuidado. Faziam a parte da reciclagem, da composteira... Eu tinha mais ou menos 10 anos de idade.*

10. **Perpétua** - professora R2, lecionando Educação Ambiental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Bier – São Leopoldo;

11. **Hortência** - Professora formada em Educação Física, ex- supervisora da EMEF Henrique Bier em São Leopoldo-RS e no momento atua como professora articuladora dos projetos da escola.

*Em 2008, comecei a trabalhar na escola como professora de educação física dos anos finais do ensino fundamental. Em 2011 passei a fazer parte da equipe diretiva da escola, exercendo a função*

---

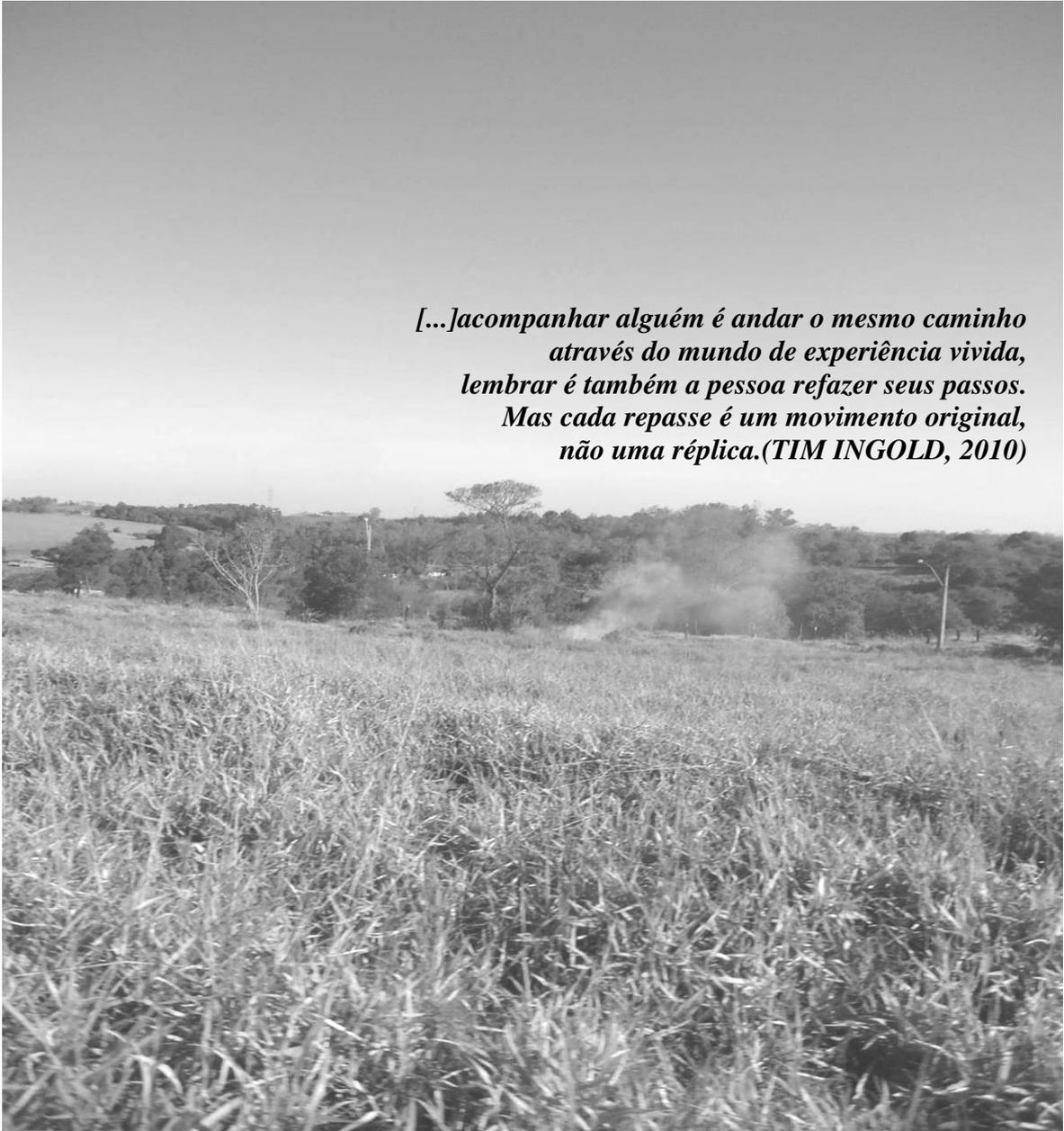
<sup>12</sup> Professora Regente 2 é aquela que assume a regência de uma turma nos dias em que a professora titular da turma também chamada de Regente 1, está cumprindo hora atividade. Segundo o Art. 89 da Lei municipal de São Leopoldo nº 6.573 “A jornada básica do Professor, do Ensino Fundamental, de Educação Infantil e da modalidade de EJA obedecerá a carga horária semanal do seu concurso, sendo que 80% (oitenta por cento) será de horas de aula e 20% (vinte por cento) de horas de atividades.

*de supervisora durante 20 horas semanais e continuei sendo professora de educação física nas outras 20 horas. Em 2013, saí da sala de aula e passei a desenvolver o Projeto CONDADE – Fazendo de uma situação de conflito, uma oportunidade de crescimento e aprendizagem- durante 20 horas. Esse projeto tinha como principal objetivo a redução da violência dentro e fora da escola através da promoção de uma cultura de paz e fortalecimento a rede de apoio. O projeto foi crescendo e ampliando os horizontes e, hoje a educação ambiental faz parte dele. Passei a me interessar por questões ambientais, quando consegui compreender, após a IV CNIJMA, que estas questões estavam diretamente relacionadas aos conflitos que ocorriam em nossa escola e comunidade.*

12. **Verônica** - delegada da Com-Vida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Bier- São Leopoldo/RS;

Algumas entrevistas não foram realizadas pessoalmente, devido alguns desencontros e distância entre entrevistadora e entrevistadas. Algumas se encontravam em outros estados e municípios, necessitando serem enviadas por email, mesmo assim não perderam o caráter dialógico e semiestruturado. Após a devolução das questões respondidas, se houvesse alguma dúvida, incompreensão ou necessidade de um complemento, um novo email era encaminhado.

*[...]acompanhar alguém é andar o mesmo caminho  
através do mundo de experiência vivida,  
lembrar é também a pessoa refazer seus passos.  
Mas cada repasse é um movimento original,  
não uma réplica.(TIM INGOLD, 2010)*



*Figura 4- Um espaço. Foto: Thalís Miorando.*

## 2 CONTEXTO DA POLÍTICA PARA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

No segundo semestre de 2013, em processo inicial de pesquisa, fomos (minha colega, que também realizava pesquisa sobre um tema semelhante ao meu, e eu) incentivadas por nossa orientadora a buscarmos um entendimento e definição para o conceito de sustentabilidade. Afinal, meu objeto de estudos, assim como o dela, estava diretamente relacionado a esse conceito.

Passamos o inverno de 2013 nos encontrando periodicamente na biblioteca da PUCRS para leituras, trocas e escritas. A sustentabilidade, um conceito tão usado por nós e por todos hoje em dia, passou a ser construído e desconstruído a cada encontro.

Partimos de um recorte temporal histórico, situado no período em que o modelo de desenvolvimento econômico capitalista foi apresentado como um sistema eficaz e encantador. A grande preocupação girava em torno da ampliação do lucro e do capital, sem que se medisse o efeito disso, principalmente no que se refere a exploração da natureza. Prova disso foram as consequências, no início dos anos 60, do uso excessivo de agrotóxicos, com a justificativa de aumentar a produção de alimentos em larga escala, passando a ser disseminado pelas multinacionais, principalmente em países menos desenvolvidos.

Instaurou-se o que foi denominado Revolução Verde, tendo como marco a descoberta, pelo suíço Paul Muller, do primeiro pesticida denominado Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT). Segundo o artigo sobre o DDT de D'Amato, Torres e Malm (2002), o pesticida foi usado primeiramente pelos soldados durante a Segunda Guerra Mundial, contra o piolho e, posteriormente, seu objetivo foi o de expandir o novo modelo químico e mecânico da produção agrícola. Seu uso descontrolado nas lavouras, em todo o mundo, inclusive no Brasil, devido ao seu baixo custo, acarretou consequências negativas para o ambiente.

Após quatro anos de rigorosa investigação sobre os componentes do DDT, em meados de 1962, é lançado o livro “Primavera Silenciosa” escrito por Rachel Carson. Este livro denunciou os perigos causados pelo pesticida, sendo um deles a contribuição para a redução das populações de diversas aves, assim como a exposição humana ao DDT. No capítulo denominado “*Um Em Cada Quatro*” Carson, baseada em testes realizados em laboratórios, comprova os danos causados pelo DDT, sendo um deles o câncer.

A partir das preocupações referentes aos problemas relacionados, principalmente, à produção agrícola, estendidos aos problemas econômicos, ambientais e sociais no mundo, é criado em 1968, o Clube de Roma. Segundo o site oficial do clube, esse grupo foi composto por diversos empresários e especialistas preocupados com o “crescimento econômico e o

consumo dos recursos ilimitados num mundo a cada vez mais interdependente”.<sup>13</sup> Este grupo reuniu vários especialistas para estudar as consequências da interação do homem com a natureza. Os estudos realizados culminaram na publicação de um relatório em 1972, elaborado pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), coordenado pelos cientistas americanos, Dennis e Donella Meadows, com o auxílio de um programa de computador que simulava a evolução da economia mundial, denominado *Limites do Crescimento*, que analisa os riscos que corre a humanidade, principalmente, com a utilização descontrolada dos recursos naturais.

No mesmo ano, acontece a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, um grande encontro organizado para discutir os problemas ambientais, realizado em Estocolmo, na Suécia. O Brasil foi um dos 113 países que participaram deste encontro, contribuindo com a criação de dois documentos importantes: Declaração Política e o Plano de Implementação.<sup>14</sup>

A partir desta conferência o termo ecodesenvolvimento é apresentado pela primeira vez por Maurice Strong<sup>15</sup>, em 1973, e posteriormente, na década de 80 desenvolvido por Ignacy Sachs<sup>16</sup>. Segundo Philippe Pomier Layrargues (1997, p.3) o conceito de ecodesenvolvimento lançado por Maurice Strong

consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético.

---

<sup>13</sup> THE CLUB OF ROME. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=4764>>. Acesso em 13 out 2013.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>>. Acesso em 15 out 2013.

<sup>15</sup> “Foi o primeiro diretor executivo do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP)”. Sua biografia está disponível em: <<http://www.mauricestrong.net/index.php/short-biography-mainmenu-6>>. Acesso em: 09 nov 2013.

<sup>16</sup> Brüseke (1998) apud Camargo (2003, p.66) aponta: “[...] foi Maurice Strong quem usou pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento, mas foi Ignacy Sachs quem formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento. Essa nova visão integrou basicamente seis aspectos que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; f) programas de educação”.

Outros documentos foram elaborados a partir desta Conferência. Um deles foi o relatório *Nosso Futuro Comum*, também denominado *Relatório Brundtland*<sup>17</sup>. De acordo com Gabriela Scotto, Isabel Cristina de Moura Carvalho e Leandro Guimarães (2009, p.34), no livro *Desenvolvimento Sustentável*, “o documento aposta no apelo ao meio ambiente como uma preocupação comum que poderá reorientar as relações internacionais, no sentido de uma mudança global rumo a uma economia sustentável.”

A partir do relatório *Nosso Futuro Comum* foi recomendado pela ONU a composição de uma comissão para a Conferência de 1992 no Rio de Janeiro (ECO92). Em 1989 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, presidida por Maurice Strong, reuniu-se para a produção de diversos documentos que posteriormente foram aprovados na Cúpula da Terra - Eco 92. Entre os documentos oficiais aprovados estão (CAMARGO, 2012, p.55): A Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, A Convenção sobre mudanças climáticas, a Declaração de princípios sobre florestas e a Agenda 21.

No Brasil, o relatório denominado “Meio Ambiente e desenvolvimento uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros” faz uma análise sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. No Relatório Brundtland (CMMAD, 1991, p. 49) o conceito é apresentado como

um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas

No Relatório do Fórum das ONGs Brasileiras (1992) o conceito de desenvolvimento sustentável é substituído por “sociedade democrática, mais justa e ecologicamente equilibrada”. Do mesmo modo, na década de 90 observaram-se deslocamentos da noção de *desenvolvimento sustentável* para a noção de *sociedade sustentável* no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS).

Os debates da sociedade civil, após criticarem o acento ainda desenvolvimentista do conceito, buscaram diferenciar sua posição, **demarcando uma nova preocupação que é com a sustentabilidade da sociedade**, mais do que com o desenvolvimento. Desta forma, buscam apontar para o sujeito social da sustentabilidade e não apenas para o desejo de duração de um modelo de desenvolvimento. (SCOTTO, et al, 2009, p.48. *(Grifo meu)*)

---

<sup>17</sup> Em homenagem a então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, indicada pela ONU, para criar e liderar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que resultou no relatório *Nosso Futuro Comum*. Disponível em: <<http://www.who.int/dg/brundtland/en/>>. Acesso em 10 nov 2013.

A intenção foi a de incluir outra lógica aos documentos de EA, mas o conceito de sustentabilidade não resistiu ao modelo capitalista, que passou a se valer e/ou incorporar o conceito para autenticar suas ações. A sustentabilidade passou a transitar “entre diferentes matrizes discursivas sendo disputado ideológica e semanticamente.” (CARVALHO, 2008.p.51).

Henri Acselrad, um dos pesquisadores da temática, observa que o significado do conceito sustentabilidade foi “deslizando, tornando-se cada vez menos explícito e mais ambíguo.” (ACSELRAD, 2013, p. 6) Ele adverte para a definição retórica do conceito, aludindo ao Relatório Brundtland, que põe em jogo “a concentração do poder sobre os recursos por um pequeno número de grandes corporações” (Ibidem. p.7). O que, infelizmente observamos, é a preponderância do discurso sem sentido com a finalidade de favorecer apenas poucas pessoas.

No artigo *Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas*, de Isabel Carvalho (2008, p.3) é ressaltado que o conceito de sustentabilidade “apresenta uma alta polissemia, englobando uma grande diversidade de sentidos, podendo ser pensado mais como um conceito em disputa do que uma categoria descritiva e estável no campo de interlocução ambiental”. Isabel Carvalho destaca três níveis diferentes de aplicação do conceito de sustentabilidade: *Sustentabilidade como fenômeno empírico*, compreendendo “principalmente o uso do conceito de sustentabilidade nas esferas econômica e política”; *Sustentabilidade como ideologia*, promovendo “uma renovação da matriz desenvolvimentista, [...] sem mudar substancialmente as relações de poder entre sociedade, natureza e meio ambiente”; e *Sustentabilidade como categoria compreensiva para (re) pensar o mundo* de acordo com a “perspectiva compreensiva/ interpretativa (ou ainda hermenêutica)”. A sustentabilidade também foi dividida em dois grandes paradigmas: *Sustentabilidade fraca e forte*. A sustentabilidade fraca é caracterizada “por um cenário desenvolvimentista pensado sob a ótica do mercado”. E a sustentabilidade forte é aquela que reconhece “a finitude dos recursos naturais e a desigualdade no acesso e no uso destes bens ambientais finitos, assume o projeto político de uma redistribuição equitativa dos recursos em termos globais e intergeracionais”. (2008, p.5).

Carlos Brandão (2005, p.90) diz que a sustentabilidade “é uma palavra chave em nossos dias. E a *sociedade sustentável* é o seu lugar de realização.” Para ele quem deve se tornar sustentável “são as próprias comunidades humanas (da sua casa ao nosso município) e

as sociedades humanas (da nossa cidade a toda a humanidade).” (Ibiden, p.87). E complementa dizendo que:

Como um princípio de Vida oposto à ideia de um crescimento econômico ilimitado, uma sociedade sustentável é a que busca mudanças e transformações que satisfaçam as verdadeiras vocações e necessidades dos seres humanos. Pois uma das inovações da sociedade sustentável é a sua abertura ao futuro. É a consciência de que somos co-responsáveis por nós em nosso tempo e, também, pela qualidade de Vida e pela integridade da Natureza do Mundo das gerações futuras. (Ibiden, p.87)

O que podemos perceber é o caráter multifacetado, ambíguo e polissêmico sobre o conceito de sustentabilidade. Isso pode ser analisado durante as entrevistas realizadas no decorrer desta pesquisa, na qual as participantes deram depoimentos sobre esse conceito.

De acordo com Acácia, envolvida na construção do Programa Nacional Escolas Sustentáveis,

*[...] a sustentabilidade é um conceito e é também uma prática de caráter polissêmico, que traduz diferentes visões e disputas políticas entre os diversos segmentos da população. [...] por ser polissêmico, deve ser explorado em cada território de acordo com a noção de presente e futuro que a população daquele “pedaço” considera ser o seu sonho de felicidade. É a nova utopia, que não precisa ter “donos”, mas que aponta para “sociedades sustentáveis”, o que implica respeito a todas as formas de vida e democracia plena.*

Já para Marcela, assessora em Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado do RS, “depende muito do olhar de cada um(a) e daquilo que se almeja para a vida”. Para ela

*para ser sustentável o empreendimento deve ser ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável. [...] o desenvolvimento quando não apresenta preocupação ambiental pode causar sérios impactos, logo, é preciso adotar práticas sustentáveis que assegurem o desenvolvimento, mas que mantenham a sustentação do seu ambiente.*

Angélica, coordenadora do NGPEA, destaca a sustentabilidade como “uma visão de sociedade, um paradigma pessoal”. Segundo ela “vivemos numa sociedade em crise de valores, uma perturbação geral”. E continua: “O mundo não vai acabar. Precisamos mudar o sentido de progresso. Sustentabilidade tem haver com etnocultura + tecnologia, cidade e comunidade (suas atividades) e o meio (ecossistema). A apropriação que as pessoas fazem da tecnologia de sua cultura, se apropria de sua forma”.

Camélia, coordenadora do Programa Mais Educação e da Com-Vida da EEEF Qualidade de Vida – Rondônia vai por outro caminho, traz o conceito de Polesel (2008), na

qual “sustentabilidade é uma responsabilidade social caracterizada pelas atitudes e atividades baseadas em valores étnicos e morais para minimizar os impactos negativos que as pessoas causam ao ambiente”.

Para a professora articuladora, Hortência, da EMEF Henrique Bier, São Leopoldo/RS

*Às vezes se discute muito coisas que na prática mudam pouco. Acredito que ações são mais importantes. Para mim, o conceito de sustentabilidade é bem simples. Defino como a única forma de garantir um futuro melhor. Usufruir do meio ambiente de uma maneira mais equilibrada sem gerar tanto ou nenhum impacto negativo.*

Também buscamos saber o que os pesquisadores desta temática pensam sobre esse conceito dentro da universidade. Segundo Magnólia (doutora em Educação na Universidade Federal de São Carlos)

*por um lado, eu acho que se criou, aquilo que o pessoal costuma chamar de falso consenso em torno desse termo de sustentabilidade, mas é um falso consenso, que é muito fácil de desmontar, cuja falsidade é muito fácil de rebelar. [...] Se a gente considerar, assim, toda a sustentabilidade como uma espécie de um leque de possibilidades, uma linha, [...] você vai ter assim dois polos. De um lado, eu acho que tem um discurso, [...] digamos, desenvolvimentista, que é o discurso do Relatório Brundtland, que admite que seja possível reconciliar os interesses do capital com a necessidade de preservar a base de recursos, mesmo porque, a deteriorização da base de recursos pode minar inclusive o sistema econômico. [...]E na outra ponta tem a ideia de sustentabilidade que está muito mais associada a autonomia, de certas comunidades na busca de um desenvolvimento que é percorrido dentro das possibilidades locais, dentro de opções que são determinadas de maneira democrática, e não só em função, por exemplo, das demandas de mercado, mas em função de outros fatores, de uma preocupação mais genuína com outras espécies, com as futuras gerações, algo que é mais, digamos humano.*

Ainda, Acácia apresenta reflexões pertinentes sobre o conceito

*Houve apropriações indevidas? Na minha opinião houve e há. Quando isso ocorre? Quando por trás de um conceito se escondem estratégias marqueteiras, que utilizam o discurso apenas para obter vantagens pessoais e/ou corporativas ou para empurrar goelas abaixo iniciativas que contradizem a própria noção básica de sustentabilidade. Mas houve e há também muita coisa interessante, que muitas vezes não comunga de determinados ideários, como a de que a sustentabilidade só é plenamente viável fora do capitalismo. Embora eu concorde com isso por princípio, eu não acho interessante*

*ignorar ou escarnecer de iniciativas como as desenvolvidas por empresas.*

Como vimos, muitas são as opiniões, críticas e definições relativas ao conceito de sustentabilidade. O que foi possível perceber foram as convergências no que se refere ao pensamento desfavorável ao modelo desenvolvimentista e adepta a preocupações relativas à minimização dos impactos ambientais e o cuidado com recursos naturais como garantia de futuro. Retomando o livreto *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis*, o conceito de sustentabilidade é ampliado para além das questões ambientais, abrangendo “também as dimensões social, econômica, cultural e espiritual e tem no cuidado<sup>18</sup> uma premissa essencial”. (BRASIL,2012, p.10).

## 2.1 BRASIL

Na esfera das disputas pelo conceito de sustentabilidade foi identificado o contexto particular onde a política para Escolas Sustentáveis se localiza: a política para a sustentabilidade. Essa percepção foi possível ao pesquisar quem foram e são os sujeitos engajados nesse processo, principalmente os envolvidos na construção do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, sendo um marco no que se refere a EA.

Em conversa virtual com Acácia, uma das pessoas que vem acompanhando ativamente a política de EA brasileira e nos últimos tempos a proposta da política para ES, ela relata que “1992 foi um momento de grande sonho para todos. Havia esperança no ar. As pessoas estavam se mobilizando em um ambiente de ‘pureza’ ideológica”. E complementa dizendo que “o Tratado foi (e tem sido) um dos referenciais mais importantes para as políticas de Educação Ambiental desde então”.

Ao procurar mais sobre o Tratado<sup>19</sup> encontrei um texto produzido no ano de 2004, pela escritora, socióloga e militante feminista brasileira Moema Libera Viezzer<sup>20</sup>, que traz

---

<sup>18</sup> Fundamentada nas Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais para a Educação Básica. Disponível em: Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14906&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906&Itemid=866)>. Acesso em 20 dez 2014.

<sup>19</sup> O Tratado é uma referência para as políticas públicas de EA atuais, principalmente durante a gestão da então ministra Marina Silva.

<sup>20</sup> Ver texto “SOMOS TODOS APRENDIZES - Lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental”. Disponível em < <http://www.ecomarapendi.org.br/REBEA/Arquivos/aprendizes.htm> >. Acesso em: 20 abr 2014.

depoimentos de alguns sujeitos que integraram a comissão facilitadora do Tratado, entre eles estavam Rachel Trajber, Marcos Sorrentino e Nilo Sérgio de Melo Diniz, e que hoje estão envolvidos na proposta de política para ES. No artigo, Rachel Trajber relatou a complexidade que foi a construção coletiva do Tratado feita “com mãos e mentes de mais de 600 educadores e educadoras da sociedade civil de todo o mundo”, assim como para ela também foi complexo “construir um texto que trouxesse o consenso e a essência da utopia dos povos do norte e do sul, do oriente e do ocidente”. Nilo Diniz destacou o Tratado “como a construção social de um conceito de educação orientada para sociedades sustentáveis”. E Marcos Sorrentino ressaltou que o Tratado teve a função de

[...] ser provocador, instigante, para que se produzam outros tratados, que cada escola tenha seu tratado, cada município produza o seu tratado, cada pedaço deste Planeta tenha seu próprio tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis de Responsabilidade Global.

O que percebi foi que esses sujeitos, pelas suas trajetórias, assim como os outros envolvidos na construção do Tratado, mantiveram o posicionamento firme em relação a educação voltada para a sustentabilidade.

Ao pesquisar mais sobre esse período encontrei o vídeo denominado *Tratado de Educação Ambiental*<sup>21</sup>, que também teve a coordenação de Moema Viezzer e contou com a criação e supervisão de Rachel Trajber e consultoria de Marcos Sorrentino, Nilo Sérgio Diniz e Tereza Moreira, confirmando através da imagem o engajamento desses sujeitos desde a década de 1990 com a EA.

Esses sujeitos, assim como tantos outros, além de contribuírem para a construção do Tratado, também contribuíram na elaboração da Carta da Terra<sup>22</sup>. A construção da Carta da Terra surge como proposta durante a Rio-92 por Organizações Não Governamentais e Governamentais. Por acreditar na importância da Carta da Terra, a Cruz Verde Internacional e Conselho da Terra, apoiadas pelo governo holandês, assumiram o desafio de elaborar o documento. A partir de então foi criada uma comissão com mais de 60 representantes que passaram a realizar consulta em nível mundial pelo período de dois anos até chegar a um esboço. A Carta passou por diversas consultas, debates e discussões com representantes de

---

<sup>21</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=cMROurDoDWE#t=534>>. Acesso em 04 out 2013.

<sup>22</sup> Propõe uma série de princípios para a construção de uma vida mais sustentável. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>>. Acesso em 19 nov 2013.

todos continentes e com todos os níveis, de escolas primárias a ministérios, totalizando 46 países e mais de 100.000 pessoas envolvidas, até que em 2000 a Carta foi aprovada.<sup>23</sup>

O artigo denominado *A Carta da Terra no Brasil – Um Breve Balanço*<sup>24</sup>, de Moacir Gadotti, traz nomes de pessoas brasileiras engajadas nesse processo, entre eles novamente encontro Nilo Diniz, Marcos Sorrentino, Rachel Trajber e também Michèle Sato.

Ao seguir os rastros da Carta da Terra, descobri que a partir dela foi criada uma Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS)<sup>25</sup> que elaborou e entregou em 2002 a Agenda 21 brasileira, “um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira.” (MMA, 2013) Um documento que frequentemente é retomado nos espaços que frequento como um guia para os planejamentos e ações em EA.

Ao investigar os percursos que envolveram a construção da Agenda 21, descobri que a partir dela, e em sintonia com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, foi instituído pelo governo federal, em conjunto com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG), que foi composto pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA)<sup>26</sup> e da Educação (MEC), o Programa Nacional de Educação Ambiental –ProNEA, que teve e tem como um de seus objetivos o de “promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.” (BRASIL, 2005). Esse programa foi instituído com a missão de implementar e executar a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei Federal nº 9.795/1999), fortalecendo as ações do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), que já atuava desde 1981 com a responsabilidade de contribuir para a proteção e melhoria da qualidade ambiental.<sup>27</sup>

---

<sup>23</sup>Ver mais em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/CartaDaTerraHistoria2105.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CartaDaTerraHistoria2105.pdf)>. Acesso em 12 out. 2014.

<sup>24</sup>Disponível em: <<http://www.earthcharterinaction.org/invent/images/uploads/A%20Carta%20da%20Terra%20no%20Brasil.doc>> Acesso em 10 out 2013.

<sup>25</sup> “A comissão reúne representantes da sociedade civil organizada e ministérios afetos às questões de desenvolvimento e de meio ambiente. A presidência e a secretaria executiva da Comissão são exercidas pelo MMA.” O Ministério da Educação nessa época foi representado por Rachel Trajber.

<sup>26</sup> Na época Marcos Sorrentino fazia parte da Diretoria de Educação Ambiental (MMA)

<sup>27</sup> Ver em :<<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm>>. Acesso em 20 nov 2013.

A PNEA, na maioria dos documentos vasculhados, é apontada como uma das principais ferramentas legais para os avanços da EA brasileira. Com o intuito de legitimá-la e reforçá-la ela é incluída em diversos documentos como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), na Lei de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação (PNE) e em diversas Diretrizes Curriculares da Educação Básica e Superior, porém sem muito destaque. Mesmo com todos os esforços e iniciativas, ainda se percebe nesse processo a ausência de compreensão quanto à aplicação da EA na prática.

Nesse sentido, em julho de 2004, com a responsabilidade de tomar conta da EA brasileira, o MEC cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que sete anos após sua implementação, através do Decreto 7.480, de 16 de maio de 2011, a SECAD passa por reestruturação, recebendo uma nova nomenclatura, passando a se chamar Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), tendo como um de seus objetivos “contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino” no que se refere “à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental”<sup>28</sup>. Atualmente a SECADI tem a função de implementar a PNEA, apoiando os educadores ambientais no que se refere ao conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional, fortalecendo os “valores voltados para a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões”<sup>29</sup>.

Mais recentemente, em 2012, a SECADI apresentou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), a proposta para a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA). Esse documento é fruto de contribuições, desde 2005, dos sistemas de ensino, da sociedade civil, de diferentes instâncias do MEC e de vários eventos<sup>30</sup>, como mais uma tentativa de reforçar e legitimar a EA em todos os níveis de ensino.

Nesse momento da pesquisa lembrei-me de um artigo denominado *Sustentabilidade para Além da Fachada*, de Silvia Franz Marcuzzo (2013), na qual discute a complexidade de se estabelecer a EA em todos os níveis de ensino através das DCNEA. “O documento prevê que a EA seja trabalhada da educação infantil até a pós-graduação de forma integrada e

<sup>28</sup> Ver em: <<http://portal.mte.gov.br/obmigra/ministerio-da-educacao.htm>>. Acesso em: 24 set 2014.

<sup>29</sup> Ver em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>> . Acesso em: 25 set 2014.

<sup>30</sup> “Dentre estes se destacam o Encontro Nacional de Gestores das Políticas Estaduais de Educação Ambiental, ocorrido em 2007, e o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em 30/3/2012, ambos em Salvador/BA.” (BRASIL, 2012).

interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades de ensino” (MARCUIZZO, 2013).

De acordo com Parecer CNE/CP Nº: 14/2012, referente às DCNEA,

[...] o contexto contemporâneo é marcado por grandes desafios educacionais e ambientais. Assim, estas Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental contribuirão para incluir no currículo o estudo e as propostas para enfrentamento dos desafios socioambientais, bem como para pensar e agir na perspectiva de criação de **espaços educadores sustentáveis** e fortalecimento da educação integral, ampliando os tempos, territórios e oportunidades de aprendizagem. *(Grifo meu)*

A maioria dos estados do Brasil já tem ou está formulando suas políticas e programas como tática para a implementação da EA no ensino formal, assim como estão pensando em como contribuir para a formação dos professores e para a institucionalização da EA. Isso é constatado no Caderno da SECAD<sup>31</sup>, denominado *Educação Ambiental: aprendizagens de sustentabilidade (SECAD/MEC, 2007)*, na qual traz resultados de pesquisas realizadas pelo MEC, entre os anos de 2001 a 2004, com o objetivo de “compreender melhor a presença da Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental e nas instituições de ensino superior.” E nos dados e informações apontados nos estudos *O que fazem as Escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?* (MENDONÇA; TRAJBER, 2006) e *Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas* (RUPEA, 2005).

Também é possível identificar esse fato no artigo *Educação ambiental como política pública* (SORRENTINO, M. et al, 2005), que reflete sobre a EA, o papel do Estado, as políticas públicas e atuação do MMA, MEC e articulação de ambos na formação de educadores ambientais.

Outro documento que se refere a adesão da EA nos estados do Brasil é a *Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Este documento apresenta um gráfico com a evolução da adesão das escolas e constata que “a maioria dos estados brasileiros tem a Educação Ambiental presente em mais de 90% de suas escolas, de acordo com o Censo da Educação Básica 2004”.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> Atualmente denominada SECADI.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>> Acesso em 20 dez 2014.

### 2.1.1 Manifestações da política para Escolas Sustentáveis

Ao realizar levantamento sobre as primeiras manifestações para a política para Escolas Sustentáveis encontrei no artigo de Rachel Trajber e Michèle Sato (2010) indicações que esta ocorreu após o colóquio denominado “Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética: um Desafio para as Instituições de Ensino e para a Sociedade”, que foi realizado no dia 26 de junho de 2009, em Brasília. Neste encontro, promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), as discussões giraram em torno dos rumos da educação, especificamente, os rumos da educação ambiental.

Os tópicos apresentados motivaram provocações e reflexões que deu início à constituição de uma nova proposta de Educação Ambiental. Segundo Rachel Trajber e Michèle Sato (2010), os assuntos discutidos no evento foram estimulantes. Estavam entre os conferencistas Moacir Gadotti, representando o Instituto Paulo Freire, na qual abordou os temas sustentabilidade, educação ambiental e construções sustentáveis; Roberto Lamberts da Universidade Federal de Santa Catarina que apresentou modelos de construções de casas solares; e Marco Antonio Saidel da Universidade de São Paulo, que trouxe alternativas para o uso eficiente de energia. (CDES, 2014).

Após o colóquio os representantes da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC), Universidades Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)<sup>33</sup> passaram a refletir sobre uma alternativa de educação que decorresse das políticas voltadas para a educação e sustentabilidade.

A proposta inicial, além de receber o incentivo do evento, necessitou de um árduo estudo e pesquisa. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima<sup>34</sup> foi uma das leituras essenciais dando suporte ao projeto, na qual “propõe a implementação de programas de espaços educadores sustentáveis com readequação de prédios (escolares e universitários) e da

---

<sup>33</sup> Entre eles Rachel Trajber e Tereza Moreira (CGEA); Icléia Albuquerque de Vargas (UFMS), Glauce Viana de Souza e Michèle Sato (UFMT), Dulce Maria Pereira e Jorge Luiz Brescia (UFOP).

<sup>34</sup> O Plano Nacional sobre Mudança do Clima, de 1º de dezembro de 2008, “visa a incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de ações de mitigação no Brasil, colaborando com o esforço mundial de redução das emissões de gases de efeito estufa, bem como objetiva a criação de condições internas para lidar com os impactos das mudanças climáticas globais”. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-nacional-sobre-mudanca-do-clima>>. Acesso em: 4 jan 2014.

gestão, além da formação de professores e da inserção da temática nos currículos e materiais didáticos”. (BRASIL, 2008).

Também contribui para a proposta da política para Escolas Sustentáveis o Decreto nº 7.083/2010. Este decreto propõe a ampliação do tempo de permanência dos alunos (as) na escola, através do Programa Mais Educação e também determina, no inciso V, “o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis” (BRASIL, 2010).

Segundo o blog do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), o programa também buscou inspiração em outras propostas existentes. Seguindo as pistas deixadas no artigo de TRAJBER e SATO (2010), a proposta inglesa a que o blog se refere é a desenvolvida pelo Projeto Escola Sustentável<sup>35</sup>. O projeto tem como filosofia a educação para a sustentabilidade, integrando currículo, comunidade e práticas. Também é citado o trabalho realizado pelo IPEC - Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado e o livro produzido pelo instituto denominado “Criando Habitats na Escola Sustentável”, tendo como autoria Lucy Legan (LEGAN,2009).

Após um período de estudos, pesquisas, construções, desconstruções e acatando as orientações do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Avaliação Ecológica do Milênio<sup>36</sup>, entre outros documentos (TRAJBER e SATO, p.72, 2010), é lançado em agosto de 2010, no Sesc Pantanal, em Poconé (MT), o Projeto Escolas Sustentáveis. Ocorreu através do processo formativo em Educação Ambiental denominado “Escolas Sustentáveis e Com-Vida”, vinculado a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este curso foi oferecido para representantes de 180 escolas, destinado a 2800 cursistas (alunos, professores e gestores) e envolveu dezoito Secretarias de Educação (SEDUC) de dezoito Estados. Contou com o apoio do MEC e de algumas universidades, entre elas Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, assim como contou com o apoio da Coordenação Geral de Educação Ambiental. O objetivo inicial foi o de implementar o projeto em escolas de Ensino Médio, juntamente com o Programa Mais Educação.

---

<sup>35</sup> Encontrado no site < <http://www.sustainableschoolsproject.org/>>. Acesso em: 10 jan 2014.

<sup>36</sup> “O documento teve por objetivo avaliar as consequências que as mudanças nos ecossistemas trazem para o bem-estar humano e as bases científicas das ações necessárias para melhorar a preservação e uso sustentável desses ecossistemas e sua contribuição ao bem-estar humano.” Disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/content/avaliacao-ecossistemica-do-milenio>. Acesso em: 20 fev 2014.

O programa se vinculou a três pressupostos pedagógicos: cuidado, integridade e diálogo. Esses pressupostos articulados a três elos: Espaço, currículo e gestão. Segundo TRAJBER e SATO (2010),

[...] as escolas sustentáveis querem envolver escola e comunidade em pequenos projetos ambientais escolares comunitários, considerando o sujeito [estudante] percebido no mundo, suas relações no mosaico social da escola e seu entorno [comunidade] e no desenvolvimento de atividades, projetos e planos que se entrelacem com o local [bairro, município educador sustentável], promovendo diálogos entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais.

Em 2012, para fortalecer a implementação do programa ES, foi assinada pelos ministros de Estado da Educação e ministra de Estado do Meio Ambiente a PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 883, DE 5 DE JULHO DE 2012. Com os objetivos de:

Propiciar atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase na participação social e nos processos de melhoria da relação ensinoaprendizagem, em uma visão de educação para a sustentabilidade e o respeito à diversidade de modo a:

- Fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino;
- Fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente;
- Apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade, contribuindo para que se constituam em espaços educadores sustentáveis a partir da articulação de três eixos: gestão, currículo e espaço físico;
- Estimular a inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir da gestão, currículo e espaço físico;
- Criar e fortalecer as COM-VIDAS - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, como espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais;
- Contribuir para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para a consecução das Metas do Milênio, ambas iniciativas das Organizações das Nações Unidas, em uma perspectiva da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis;
- Fortalecer a participação da juventude na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e incentivá-la a contribuir com a solução dos problemas socioambientais.

Desde 2003, a juventude brasileira vem recebendo o incentivo, através dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, para a participação nas decisões políticas relacionadas a educação ambiental, através de conferências.

Segundo o site da CNIJMA/MEC<sup>37</sup>

A primeira edição, em 2003, envolveu 15452 escolas e mobilizou 5.658.877 pessoas em 3.461 municípios em todo o país; a II Conferência, em 2005/2006 atingiu 11.475 escolas e comunidades e 3.801.055 pessoas em 2.865 municípios. A III CNIJMA, em 2008/2009, aconteceu em 11.631 escolas, envolvendo mais de 3,7 milhões de participantes em 2.828 municípios, debatendo o tema das Mudanças Ambientais Globais e assumindo responsabilidades.

A última Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, em de 2013, também envolveu muitos jovens de diversos estados e municípios, totalizando 16.945 escolas participantes. O tema desta conferência foi *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis*.

O livreto referente a esta conferência retoma o conceito de Escola Sustentável, referindo-se a ela como “um local onde se desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a construção de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável.” (BRASIL, 2012, p.10)

Também foram disponibilizadas pelo site do MEC, as Webs Conferências, na qual em seu 2ª encontro, José Vicente de Freitas, coordenador Geral de Educação Ambiental, define Escola Sustentável como uma proposta que incentiva a possibilidade de reflexão sobre “*outra forma de sermos no mundo*”. Assim como Neusa Helena Rocha Barbosa, assessora técnica do Ministério da Educação (MEC), no mesmo espaço reforça que uma escola sustentável “*precisa ser sustentável também nas relações com as pessoas.*”<sup>38</sup>. Uma escola sustentável não pode ser reduzida às atividades práticas, ela precisa ter um olhar holístico. As práticas são importantes, podendo muitos projetos partir delas, mas deverão ir além, provocando e proporcionando a transformação do sujeito e seu meio.

A partir de conferências periódicas, os coletivos (alunos, professores, funcionários, pais, representantes da comunidade, enfim todos os envolvidos direta ou indiretamente com a escola) passaram a refletir sobre os problemas encontrados na escola e comunidade, buscaram possíveis soluções e passaram a pensar em como concretizar ações sustentáveis. A tomada de decisão democrática, futuramente, poderá contribuir positivamente para a transformação,

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov 2014.

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=a0npUJ06PQU>>. Acesso em: 12 out 2013.

adaptando e/ou modificando o espaço físico, trazendo para a escola e comunidade novos saberes.

Para fortalecer essa política, no ano de 2013, foi lançado o PDDE – ES, com o propósito de garantir recursos para que as escolas desenvolvam projetos de ações voltados para a sustentabilidade. Este recurso, num total de R\$100 milhões, será disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o objetivo de dar assistência financeira às escolas da rede pública de ensino. A meta para o ano de 2013 era o de atingir 10.000 escolas, podendo ser de educação infantil, ensino fundamental e médio. O Objetivo da Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013<sup>39</sup> consiste:

no repasse financeiro, por meio de transferência de recursos de custeio e de capital, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a torná-las espaços educadores sustentáveis. (BRASIL, 2013, p. 3).

Conforme o Relatório Final, na primeira CNIJMA os recursos foram arrecadados através de convênio com ONGs, na qual foram repassados R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada Comissão Organizadora Estadual (COE),

com o intuito de viabilizar diversas ações inerentes ao processo da Conferência Infanto-Juvenil (deslocamento, materiais de consumo, alimentação, principalmente). Este repasse acarretou diversos problemas de ordem burocrática, e foi resolvido encaminhando os recursos para cada IBAMA nos Estados. Além disso, as COEs buscaram parcerias e apoios locais suplementares. (BRASIL, 2003)

·A partir da CD/FNDE nº 18, algumas escolas passaram a receber a verba do PDDE-ES. Esse repasse já havia sido iniciado na III CNIJMA, na qual o MEC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), seguindo a resolução nº 54/2007<sup>40</sup>, repassou aproximadamente seis milhões de reais, para 25 estados que enviaram seus projetos

<sup>39</sup> “[...]favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares”. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php>>. Acesso em 10 dez 2014.

<sup>40</sup> “Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência técnica e financeira suplementar a projetos de educação ambiental, no âmbito da educação básica, no exercício de 2007”. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php>>. Acesso em 15 dez 2014.

ao FNDE/MEC (Relatório Final. III CNIJMA, 2006). As verbas poderiam contemplar a partir do previsto na resolução nº 54/2007:

- I) A pesquisa escolar, a realização de Conferência de Meio Ambiente na Escola, e a de COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida e a construção da Agenda 21 na Escola;
- II) A realização de Oficinas de Conferência e Pré-Conferências Regionais;
- III) A realização de Conferência Estadual/Distrital de Meio Ambiente e o encontro preparatório da delegação estadual ou distrital para a Conferência Nacional.

Um ganho positivo para a educação ambiental brasileira e fortalecimento da proposta da política para Escolas Sustentáveis. Outro ganho, ainda em versão preliminar, foi o lançamento da proposta do Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES) com o objetivo de “incentivar as escolas brasileiras a realizarem sua transição para a sustentabilidade socioambiental, convertendo-se em espaços educadores sustentáveis”. A pretensão é a de “inserir a educação ambiental de forma permanente nas práticas pedagógicas das escolas de educação básica, tal como preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA)”<sup>41</sup>

### 2.1.2 Escolas e Sustentabilidade

Neste capítulo trago o resultado de levantamento de dados realizado, inicialmente, no Banco de Teses do Portal de Periódicos da CAPES, referente ao tema: Escola sustentável como política pública no Brasil. Optei por eleger teses e dissertações defendidas a partir do ano de 2010 e que, entre suas palavras-chave, apresentassem o termo escola sustentável.

Para o refinamento das buscas utilizei as expressões: “escola sustentável”, “escolas sustentáveis”, “escola e sustentabilidade” e “escola, sustentabilidade e política pública”, que possibilitaram a construção do seguinte quadro:

#### REGISTROS TESES E DISSERTAÇÕES

PALAVRAS-CHAVE	REGISTROS	TESES E DISSERTAÇÕES
Escola Sustentável	202	1
Escolas Sustentáveis	18	0
Escola e sustentabilidade	233	1
Escola, sustentabilidade e política pública	28	0

Tabela 1- Teses e dissertações Escolas Sustentáveis. Fonte: GROHE, Sandra

Localizei duas dissertações de mestrado:

<sup>41</sup> PNES. Disponível para consulta e encaminhamento de sugestões em <<https://drive.google.com/file/d/0B0W7JKEkeDaSYzFHS3JNZzhFZEU/edit>>. Acesso em: 12 out 2014.

- “Sementes da Primavera: Cidadania Planetária desde a Infância”. Palavras-chave: Educação Ambiental; Cidadania; Sustentabilidade; Participação Política; Gestão Ambiental Participativa; Projeto Eco-Político-Pedagógico; Currículo; Escola Sustentável e Sustentabilidade. (TOMCHINSKY, 2011)

- “Educação Ambiental: Processos Culturais em Comunidade.” Palavras-chave: Sustentabilidade; Escola Sustentável. (RODRIGUES, 2012)

Para complementar o levantamento efetuei buscas nos bancos de teses e dissertações das universidades envolvidas na implementação da política para escolas sustentáveis no Brasil, sendo elas: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O mesmo processo realizei nos bancos das Universidades de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pois as dissertações encontradas no banco da CAPES pertenciam a estas universidades. Assim como os bancos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) analisei, por serem as universidades referência no Estado onde este levantamento foi realizado.

Na UFMS, no repositório institucional, ao inserir na busca avançada as palavras-chave, nenhum dos resultados encontrados fez referência ao tema pesquisado. O mesmo ocorreu na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFOP, assim como na UFMT, que tanto no site de busca por teses e dissertações quanto na página do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA, 2013) não foram localizados registros diretamente relacionados ao conceito de escolas sustentáveis.

Já na USP, além dos trabalhos encontrados na CAPES, encontrei três trabalhos relacionados ao tema Escolas Sustentáveis:

- “Iluminação natural em projetos de escolas: uma proposta de metodologia para melhorar a qualidade da iluminação e conservar energia”. Palavras-chave Arquitetura escolar; Conservação de energia; Dispositivo zenital; Escolas sustentáveis; Iluminação natural; Ofuscamento e Seleção angular. (BERTOLOTTI, 2007)

- “Tecendo a sustentabilidade das escolas municipais de Ubatuba” Palavras-chaves: Educação ambiental; Escolas sustentáveis; Políticas públicas. (FERRAZ, 2008)

- “Educação ambiental: um estudo sobre a ambientalização do cotidiano escolar”. Palavras-chave: Educação ambiental; Escolas sustentáveis; Políticas públicas. (MACHADO, 2014)

Também localizei um trabalho no LUME (Repositório digital da UFRGS) denominado:

- “Avaliação de conforto térmico, acústico e lumínico de edificação escolar com estratégias sustentáveis e bioclimáticas: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Pacífico”. Palavras-chave: conforto ambiental; edificação escolar; sustentabilidade, satisfação do usuário. (GEMELLI, 2009)

No banco de teses e dissertações da PUCRS obtive seis resultados, entre os quais somente um relacionado a proposta de pesquisa, denominado:

- “Reflexões sobre o significado da escola amigos do verde na vida de pais, alunos e educadores”. Palavras-chave: ética com amorosidade; educação para a sustentabilidade; educação infantil e ensino fundamental. (CARNEIRO, 2006)

Nestes dois últimos trabalhos o termo escola sustentável, mesmo não constando entre as palavras-chave, foi mencionado em seus resumos. O Tabela 2 reúne detalhes dos trabalhos encontrados.

#### QUADRO RESUMO

Titulo	Autor(es)	Palavras-chave	Instituição	Titulação	Ano
Reflexões sobre o significado da escola amigos do verde na vida de pais, alunos e educadores.	CARNEIRO, Sílvia Lignon	Ética com amorosidade; educação para a sustentabilidade; educação infantil e ensino fundamental.	PUCRS	Mestrado	2006
Iluminação natural em projetos de escolas: uma proposta de metodologia para melhorar a qualidade da iluminação e conservar energia.	BERTOLOTTI, D.	Arquitetura escolar; Conservação de energia; Dispositivo zenital; Escolas sustentáveis; Iluminação natural; Ofuscamento e Seleção angular.	USP	Mestrado	2007
Tecendo a sustentabilidade das escolas municipais de Ubatuba.	FERRAZ, Maria Luiza, C. P.	Educação ambiental; Escolas sustentáveis; Políticas públicas	USP	Doutorado	2008
Avaliação de conforto térmico, acústico e lumínico de edificação escolar com estratégias sustentáveis e bioclimáticas: o caso da escola municipal de ensino fundamental Frei Pacífico.	GEMELLI, C. B.	Conforto ambiental; edificação escolar; sustentabilidade, satisfação do usuário.	UFRGS	Mestrado	2009
Sementes de primavera: cidadania planetária desde a infância.	TOMCHINSKY, Julia.	Educação Ambiental; Cidadania; Sustentabilidade; Participação Política; Gestão Ambiental Participativa; Projeto Eco-Político-Pedagógico; Currículo; Escola Sustentável.	USP	Mestrado	2011
Sustentabilidade e Educação Ambiental: processos culturais em comunidade.	RODRIGUES, Fernanda Freitas Rezende	Sustentabilidade; Escola Sustentável.	UFES	Mestrado	2012
Educação ambiental: um estudo sobre a ambientalização do cotidiano escolar.	MACHADO, Júlia Teixeira.	Educação ambiental; Escolas sustentáveis; Políticas pública.	USP	Doutorado	2014

Tabela 2- Pesquisas sobre Escolas Sustentáveis. Fonte: GROHE, Sandra

## Análise das Pesquisas

Como o objetivo deste capítulo é analisar as pesquisas relacionadas ao conceito de escola sustentável como política pública no Brasil, a partir de 2010, considere apenas os três últimos trabalhos destacados no quadro resumo.

A dissertação intitulada *Sementes da Primavera: Cidadania Planetária desde a Infância* de Tomchinsky (2011) tem como objetivo “analisar como o projeto Sementes de Primavera contribuiu para promover a cidadania planetária desde a infância [...] nas escolas da Rede Municipal de Osasco (2007 a 2009).” Dedicou o capítulo “Por uma escola sustentável” a reflexões sobre o conceito de escola sustentável.

De acordo com a autora, diante dos “questionamentos sobre a insustentabilidade da vida no planeta” (Id. Ibid., p.77) no século XXI, e do “processo de ressignificação da função social da escola” (Id. Ibid., p.78), diferentes grupos passaram a refletir sobre o conceito de escola sustentável. Tomchinsky apresenta a criação do Projeto Escolas Sustentáveis como sendo fruto dos desdobramentos do relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) de 2009, do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e do Decreto 7.083/2010, inciso V, art. 2º (BRASIL, 2010). A partir desses documentos, a autora traz as três diretrizes que fundamentam a metodologia do Projeto (TOMCHINSKY, 2011, p. 79):

- a. Cuidado: considera o sujeito historicamente situado, consciente de sua existência, seus sonhos, valores e sentimentos, porém entrelaçado no marco de um projeto coletivo da humanidade. É a Ética do Cuidado num contexto social mais amplo, que envolve cuidado com o corpo, a família, a escola, o bairro, o município, o estado, a nação, o planeta, o universo.
- b. Integridade: capacidade de exercer a visão complexa e vivenciar o sistema educativo desenvolvendo uma práxis coerente, entre o que se diz e o que se faz. Um espaço que proponha o enraizamento dos conceitos trabalhados na ação cotidiana.
- c. Diálogo: exercício constante de respeitar as diversas referências, acadêmicas ou populares, os valores de cada biorregião e a capacidade de transformar a escola em um espaço público – de todos e todas, de aprendizagem ao longo da vida – e de democracia.

Segundo Tomchinsky, a partir dessas diretrizes o MEC apostou no envolvimento da escola e comunidade em projetos que promovam o diálogo entre os diferentes tipos de conhecimentos, assim como reconhece a importância da escola. A partir de um diagrama sobre escola sustentável e de tirinhas (gibi) produzidas por crianças de Osasco (SP), Tomchinsky discorre sobre os seguintes temas: ecopedagogia, currículo, espaço e tempo,

relações, vivências e avaliação, onde reflete sobre “uma nova abordagem curricular para uma escola sustentável” (Id. *Ibid.*, p. 81). Segundo análise da autora o Projeto Sementes de Primavera possibilitou a reflexão sobre a cidadania planetária e também permitiu a oferta de indicadores para o alargamento do conceito de escola sustentável em termos curriculares. Para ela

O desafio é que as novas concepções de educação, espaço, tempo, relações, vivências, atividades, projetos e avaliação sejam intercambiadas entre sujeitos, instituições, governo e organismos internacionais que atuam para que o processo de ensino e aprendizagem seja realmente pertinente à proposta de sustentabilidade que se pretende construir. (TOMCHINSKY, 2011, p.104)

A dissertação *Sustentabilidade e Educação Ambiental: Processos Culturais em Comunidade* (RODRIGUES, 2012), tem como objetivo o de identificar os saberes-fazeres da comunidade Panelleiras de Goiabeiras<sup>42</sup>, assim como as aproximações em rede com dois Centros Municipais de Educação Infantil de Vitória, e o estabelecimento de relações com a sustentabilidade.

No capítulo intitulado “A ideia de escola sustentável”, Rodrigues contextualiza algumas abordagens sobre o tema escola sustentáveis em diversos países<sup>43</sup>, mas é no subcapítulo denominado “Tentativa de produção de políticas públicas no Brasil” que ela (2012, p.81), aborda o conceito de escola sustentável como proposta de política pública.

Relata, assim como Tomchinsky, a iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), estruturado em Grupos de Trabalho (GTs) e as discussões referentes à “eficiência energética e outras políticas de meio ambiente, energia, Educação Ambiental, visando à integração desses temas à educação brasileira” (RODRIGUES, 2012, p.82). Segundo suas pesquisas, em 2009, o conselho realizou o Colóquio de Sustentabilidade, Eficiência Energética e Educação Ambiental, que deu origem a um relatório sugerindo “incorporar princípios e conceitos da sustentabilidade, da Educação Ambiental e de eficiência energética no processo de formação de alunos/as e professores/as em todos os níveis de ensino” (*Id. Ibid.* p.89), assim como “indica que as instituições de ensino sejam incubadoras

---

<sup>42</sup> “A comunidade localizada no bairro de Goiabeiras, no município de Vitória-ES, é conhecida como Panelleiras de Goiabeiras, por conta da produção de painéis de barro.” (RODRIGUES, 2012, p.15)

<sup>43</sup> Sustainable school (Inglaterra), Whole - school (Enviroschools na Nova Zelândia; Green School Award, na Suécia; Green School Project na China; Foundation for Environmental Educational (FEE), Eco-Schools e Environment and Schools Initiative (ENSI) em outros países da Europa e Green School (Indonésia)

de mudanças concretas na realidade social articulando três eixos: edificações, gestão e currículo” (*Id. Ibid.* p.90).

O Decreto nº 7.083 que dispõe sobre o Programa Mais Educação, trazido por Tomchinsky, é retomado por Rodrigues, destacando o Art. 2º, inciso V, que incentiva “à criação de espaços educadores sustentáveis”.

Destaca o projeto de formação de professores/as e escolas, coordenado por três Universidades do Brasil, que “apostam na ideia da sustentabilidade da escola” (RODRIGUES, 2012, p. 93). Complementa o que Tomchinsky aborda dizendo que o projeto para escolas sustentáveis é uma aposta no

envolvimento de toda a comunidade escolar no reconhecimento e na interpretação do espaço físico da escola com um cardápio de ecotécnicas, capaz de reduzir a pegada ecológica da escola, aproveitando os recursos incorporados aos saberes e histórias das populações locais, possibilitando descobertas científicas na vida cotidiana. (RODRIGUES, 2012, p. 93)

Assim como aposta na sustentabilidade como “agenciamento coletivo na escola.” Para ela a sustentabilidade de uma maneira ou outra irá se espriar através de brechas, como planta que cresce “rente às estruturas cimentadas das escolas”.

A tese “Educação ambiental: um estudo sobre a ambientalização do cotidiano escolar”, de Machado (2014), tem o objetivo de “contribuir para a produção de conhecimentos que visem à constituição e promoção de estratégias de políticas públicas voltadas à inclusão efetiva da Educação Ambiental no ensino formal.” Machado acompanhou o curso intitulado Escolas Sustentáveis Oca/IE<sup>44</sup> e buscou “entender o que se compreende por escola sustentável.” (MACHADO, 2014, p.15)

A autora inicia o subcapítulo intitulado “Escolas Sustentáveis” relacionando o conceito de escola sustentável ao termo espaços educadores sustentáveis. Segundo Machado,

O termo espaços educadores sustentáveis, quando referido aos espaços escolares, apresenta três eixos articulados entre si, segundo a proposta do MEC, a saber, gestão, currículo, edificação, e passa a ser denominado de escolas sustentáveis. (2014, p.107).

Machado inclui cidadania como um quarto eixo, assim como os relaciona, aos cinco conceitos de Educação Ambiental trabalhada pela Oca: diálogo, identidade, comunidade, potência de ação e felicidade.

---

<sup>44</sup> “Oca, nome fantasia inspirado na ideia da grande casa indígena que recebe todas e todos, é o Laboratório de Educação e Política Ambiental (LEPA) da ESALQ/USP”. (MACHADO, 2014, p.24)

A autora ilustra a possibilidade de a pesquisa colaborar com o aperfeiçoamento da política de Educação Ambiental voltadas para a escola, assim como auxiliar na formulação de indicadores avaliativos. Identificou como desmotivação e despotencialização dos grupos a falta de continuidade do Curso Escolas Sustentáveis Oca/IE, o afrouxamento das parcerias<sup>45</sup>, o pouco envolvimento e participação das comunidades escolares somados ao ambiente escolar pouco fértil para inovações. (MACHADO, 2014, p.190)

O estudo de Machado defendeu a “organicidade entre as políticas ambientais e as políticas educacionais”, assim como defendeu “a necessidade de uma nova maneira de elaborar, desenvolver e avaliar as políticas direcionadas para a escola, subvertendo a lógica verticalizada entre Estado e cidadãos”. (MACHADO, 2014, p.193)

### **Considerações sobre as pesquisas**

As pesquisas consideradas neste trabalho mencionaram o conceito de escolas sustentáveis e seus desdobramentos de acordo com a definição do MEC. Todas citam o relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) de 2009, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Decreto 7.083/2010, inciso V, art. 2º (Programa Mais Educação).

Ressaltam a metodologia do Programa para Escolas Sustentáveis destacando as diretrizes: cuidado, integridade e diálogo; e discorrem sobre os eixos: currículo, gestão e edificações, ampliando e modificando para outros de acordo com suas pesquisas.

As pesquisas de Fernanda Rodrigues (2012), Júlia Machado (2014) e Júlia Tomchinsky (2011), defendem a pertinência de um diálogo horizontal entre os diferentes atores envolvidos com o processo de construção de escolas sustentáveis (alunos (as), professores (as), instituições, associações, governo e organizações internacionais) e apostam em um trabalho contínuo, fundamentado nos princípios da sustentabilidade como possibilidade e alternativa para a transformação a partir da escola.

As pesquisas analisadas contribuem para o alargamento do conceito de Escola Sustentável, assim como colaboram para avaliação do programa.

---

<sup>45</sup> Entre o poder público, a sociedade civil, a Instituição de Educação Superior e as escolas, representados, respectivamente, pela Secretaria Municipal de Educação, IE, Oca e as escolas participantes. (MACHADO, 2014, p.190),

## 2.2 RIO GRANDE DO SUL

Como a proposta de política para escolas sustentáveis vem acontecendo no Rio Grande do Sul?

Em um encontro com educadoras ambientais no município de Canoas/RS, em meados de agosto de 2013, comentei que estava iniciando pesquisas sobre a proposta de política para ESs no RS. Uma das educadoras me relatou que sua colega da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no município, estava envolvida nesse processo na Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul – SEDUC e sugeriu que eu a procurasse.

Ao entrar em contato com Marcela, coordenadora do Núcleo de Políticas e Ações Pedagógicas da Diversidade e Transversalidade da Educação Básica/NUPAPEDTEB e assessora referência da Educação Ambiental, ela prontamente aceitou conversar comigo. Primeiramente a conversa foi realizada através de bate-papo em uma rede social. Houve uma tentativa de nos encontrarmos pessoalmente, porém nossos horários não se ajustaram, então decidimos que eu enviaria algumas questões por email e as outras que surgissem conversaríamos pelo bate-papo.

Marcela ressalta que em todas as escolas em que lecionou considerou a temática ambiental e que esteve muito envolvida em projetos de educação ambiental, até que, em 2011, foi convidada para iniciar atividades na assessoria pedagógica da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC), na educação ambiental e coordenar o Núcleo de Políticas e Ações Pedagógicas da Diversidade e Transversalidade da Educação Básica (NUPAPEDTEB). *“Este núcleo contempla as temáticas de gênero e sexualidade, projetos culturais, esporte educacional, educação ambiental e a diversidade afro e quilombolas”*. Ressalta que a política da SEDUC, quanto ao tema de educação ambiental, incentiva às escolas para que tenham

*projetos contínuos e permanentes, contemplando todas as áreas de conhecimento e que todas as datas especiais, sirvam para fomentar ainda mais a educação ambiental no espaço escolar. Orienta-se às escolas que o tema transversal de educação ambiental esteja contemplado no Projeto Político Pedagógico/PPP, integrando proposta curricular, gestão democrática, espaço físico.*

Esse posicionamento vem ao encontro do projeto de política para ESs, descrito no livro *Vamos Cuidar no Brasil com Escolas Sustentáveis*, contemplando os três pressupostos pedagógicos: currículo, gestão, espaço físico (BRASIL, 2012, p.10), e também das DCNEA,

que prevê que “a EA seja trabalhada da educação infantil até a pós-graduação de forma integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades de ensino” (MARCUIZZO, 2013).

Segundo Marcela, a “Secretaria busca como base para a educação ambiental nas escolas estaduais, a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, que estabelece as DCNEA, em conformidade com as leis e documentos elencados no próprio documento”. Isso se comprova no Art. 13, da Lei estadual N.º 13.597, de 30 de dezembro de 2010, da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) do RS.

A educação ambiental deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1.º Na inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se o que segue:

I - a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, havendo necessidade de sua integração às disciplinas **de modo transversal, contínuo e permanente.** (*Grifo meu*)

A SEDUC, com o intuito de fortalecer a educação ambiental na rede estadual de ensino tem a práxis da formação continuada com a temática de educação ambiental, com os professores. “*Realizamos formações com os assessores das 30 Coordenadorias Regionais de Educação/CREs e estes com os professores das escolas da área de sua abrangência*” (Marcela).

No site da SEDUC<sup>46</sup> foi possível confirmar esse processo, sendo que após a III CNIJMA realizada, em abril de 2009, em Luziânia/Goiás, a primeira atividade realizada foi a formação para os professores das escolas que participaram da conferência no RS.<sup>47</sup> Como resultado dessas formações e de todo trabalho realizado em prol de escolas sustentáveis, muitas escolas estaduais passaram a trabalhar com projetos de ação voltados para a sustentabilidade. Em conversa com Dália (CJRS e COE), em um encontro com educadores ambientais no município de São Leopoldo, em dezembro de 2014, ela relatou que o Estado do RS, desde 2003, esteve envolvido com as formações para as CNIJMAs.

<sup>46</sup> Ver em: <[http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias\\_det.jsp?ID=7700](http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=7700)>. Acesso em 16 nov 2014.

<sup>47</sup> Disponível em: <[http://www.seduc.rs.gov.br/pse/html/noticias\\_det.jsp?ID=7671](http://www.seduc.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=7671)>. Acesso em 30 nov 2013.

Em 2012, a SEDUC, com o objetivo de preparar multiplicadores no processo da IV CNIJMA, ofereceu formação para os professores. Os encontros foram organizados pela assessoria em Educação Ambiental, com o apoio da COE<sup>48</sup> da conferência, reunindo assessores em Educação Ambiental das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), representantes da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, integrantes do Coletivo Jovem.<sup>49</sup>

Através de acompanhamento pelo site do MEC, foi possível verificar que houve um grande envolvimento das escolas municipais e estaduais do RS na IV CNIJMA, onde foram registrados 1.165 projetos escolares. Um número significativo comparado ao total de escolas municipais e estaduais do RS. De acordo com a Secretaria de Educação do RS (SEDUC) existem cadastradas em seu site 5.009 escolas municipais e 2.613 escolas estaduais, totalizando 7.622 escolas, ficando atrás dos estados do Ceará com 2.226 e Bahia com 1777 projetos inscritos. Segundo dados disponibilizados por Dália, na I CNIJMA 563 escolas aderiram a conferência no RS, na II CNIJMA 627 e na III CNIJMA 967.

Esse resultado crescente, em parte, se deu pela criação no RS, da COE, que teve o objetivo de “mobilizar as escolas da rede municipal e estadual de ensino para participarem da IV CNIJMA”<sup>50</sup>. Conforme Marcela, a IV CNIJMA

*[...] foi mais uma oportunidade de transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis, para internalizar as DNEA no currículo; criar condições para a transição das escolas em direção à sustentabilidade via gestão; oportunizar estudos sobre a utilização do espaço escolar, favorecendo reformas e adequações de sustentabilidade socioambiental nas edificações existentes e fortalecer a relação da escola com a comunidade para juntos transitarem rumo à sustentabilidade. Outrossim, foi um momento oportuno de estabelecer uma rede de parcerias locais que poderá auxiliar a comunidade escolar nessa jornada de transição para a sustentabilidade.*

---

<sup>48</sup> Essa comissão ficou responsável pela divulgação, formação e organização da conferência no Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>49</sup> Ver mais em: <[http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias\\_det.jsp?ID=9824](http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=9824)>. Acesso em: 16 nov 2014.

<sup>50</sup> Disponível em: ><http://conferenciainfanto-rs.blogspot.com.br/p/coe-comissao-organizadora-estadual.html>>. Acesso em: 29 set 2014.

### 2.3 SÃO LEOPOLDO

O Município de São Leopoldo está situado a 34 km da capital do RS, Porto Alegre. Pela cidade passam as rodovias BR116 e RS240. A taxa de urbanização é de 99,7% e rural 0,30%. De acordo com o Censo 2010, estima-se que a população se aproxime de 214.084 habitantes. Está em quarto lugar como município da Região Metropolitana que mais recebe pessoas de outros municípios para trabalhar e estudar.<sup>51</sup>



Figura 5- Mapa localização do Município de São Leopoldo

Eu sou uma delas. Moro em Porto Alegre e desde 2010 trafego pela BR116 em direção a EMEF Henrique Bier para lecionar. Passei a ser funcionária do município poucos anos após um dos maiores desastres ambientais da história do Estado do RS, provocando a morte de milhares de peixes ao longo do Rio dos Sinos e afetando a vida de milhares de pessoas. Foi considerado como a maior tragédia ambiental dos últimos 20 anos no Rio Grande do Sul (CORREIO DO POVO, 2006). Esse fato provocou a mobilização dos municípios da Bacia do Rio dos Sinos, resultando em iniciativas e criações de diversos projetos voltados à recuperação ambiental da Bacia. Constatei isso logo que cheguei em São Leopoldo.

Já trazia comigo interesses voltados às EA no espaço escolar<sup>52</sup>, sendo que estava iniciando o curso de especialização em EA. Percebi em São Leopoldo um diferencial, em relação aos municípios que já havia trabalhado no que se referia a EA. No município existia um Coletivo Educador Ambiental que se reunia bimestralmente para formações, através “da troca de experiências sobre temas socioambientais, a divulgação de tais ações na rede municipal e estadual, elaboração e concretização de práticas sustentáveis, enfatizando para isso a integração pedagógica no cotidiano escolar e não-formal” (MACHRY, 2012a). Procurei esse grupo e passei a fazer parte dele.

<sup>51</sup> Disponível em: <[www.saoleopoldo.rs.gov.br](http://www.saoleopoldo.rs.gov.br)>. Acesso em 02 dez 2014.

<sup>52</sup> Projeto Ressignificando o Espaço Escolar, comentado neste trabalho no capítulo “Caminhos Metodológicos”, podendo ser visualizado no blog: <<http://ressignificandooespacoescolar.blogspot.com.br/>>.

No grupo éramos incentivadas<sup>53</sup> a realizar ações com os alunos dentro e fora do espaço escolar. Recebíamos formações, assim como tínhamos que de alguma maneira contribuir trocando experiências voltadas para a prática escolar em EA. Em todos os encontros era reservado um espaço de tempo para uma escola apresentar suas ações.

Uma das preocupações trazidas para o coletivo era no que se referia a construção das Com-Vidas, sendo que o trabalho era baseado na Agenda 21 que, para Machry (2012b) é definida como

uma organização elaborada por um coletivo para elencar o(s) problema(s) que estão precisando soluções sustentáveis. É uma prática que prioriza a união de todos para melhorar o ambiente, os ecossistemas e assim termos qualidade de vida para todos os seres vivos. Para isso elaboram-se calendários, ações e se delegam funções de maneira planejada, orientada e antecipada.

Um exemplo foi o realizado na escola em que lecionava. Com a turma do 4º ano do Ensino Fundamental foi criado o Coletivo Educador Ambiental Mirim e este, em constante reflexão sobre os problemas ambientais encontrados no bairro, na qual idealizaram o projeto *Fazendo um mundo melhor*.<sup>54</sup>

Em 2012, com a mudança da gestão municipal o Coletivo Educador Ambiental de São Leopoldo encerrou suas atividades. Muitos registros existiam no site da prefeitura, porém poucos restaram para pesquisa pública, ocasionando uma grande perda e descontinuidade do projeto.

Em junho de 2013, foi criado pela nova gestão municipal o Núcleo Gestor de Políticas de Educação Ambiental (NGPEA). O Núcleo pertence à Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo. O NGPEA procura desenvolver trabalho participativo e integrador, abrangendo comunidade e órgãos públicos em prol da melhoria das condições ambientais em nível local e municipal.<sup>55</sup>

Tem como objetivos gerais:

---

<sup>53</sup> O Coletivo era composto em sua grande maioria por professoras.

<sup>54</sup> Esse projeto foi pensado e criado a partir de uma saída de campo pela vila, onde foram tiradas fotos pelos alunos e posteriormente analisadas em sala de aula. O maior problema encontrado foi o lixo descartado a céu aberto, principalmente dentro do arroio próximo a escola.

<sup>55</sup> Ver em: <<http://ngpea.blogspot.com.br/>>. Acesso em 20 dez 2014.

Mediar a compreensão das relações que a comunidade escolar estabelece com o ambiente local;

Propiciar novas experiências de aprendizagem e novas posturas em relação ao ambiente;

Chamar a comunidade para uma gestão ambiental compartilhada, proporcionando a intervenção em processos de prevenção e superação de problemas socioambientais, tais como: contaminação de rios e arroios, desmatamento, poluição do ar, poluição sonora, aterramento de áreas úmidas, usos da água e de energia;

Fomentar processos educativos críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, a comunicação e a mobilização social.

Para atingir esses objetivos o NGPEA passou a pensar em diversas estratégias e ações. Uma delas foi retomar o trabalho do Coletivo Educador. Em julho de 2013, reuniu os articuladores ambientais das escolas municipais de São Leopoldo, assim como representantes de outras instituições para o um encontro.



Figura 6- Coletivo educador- São Leopoldo. Foto: NGPEA.



Figura 7- Articuladores ambientais. São Leopoldo. Foto: NGPEA.

Dando continuidade às ações, em agosto de 2013, o NGPEA realizou a oficina de motivação e capacitação para a IV CNIJMA com professores e alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino que já vinham desenvolvendo ações voltadas para a EA, conferências e/ou possuíam Com-Vidas. Contou com a formação oferecida por Dália (CJRS e COE). Esse foi o meu primeiro contato com a EA do município com a nova gestão.



Figura 8- Capacitação para a IV CNIJMA- São Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.



Figura 9- Etapa municipal IV CNIJMA- São Leopoldo 2013. Foto:NGPEA.

Após a capacitação cada escola tinha que dar continuidade às conferências, criar suas Com-Vidas, seus projetos de ação e encaminhar para o MEC. No capítulo dedicado a EMEF Henrique Bier relatarei um pouco mais sobre essa experiência.

Em setembro de 2013, foi organizada pelo NGPEA a primeira Mostra/MOTIC São Leo - Mostra de Tecnologia e Inovação com Ciências. Neste evento as escolas puderam mostrar para a comunidade leopoldense os projetos que vinham desenvolvendo. Muitos dos trabalhos apresentados abordaram a EA na escola.



Figura 10- MOTIC - São Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.



Figura 11- Exposição de projetos. MOTIC- São Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.



Figura 12- Projeto EA- Motic- São Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.

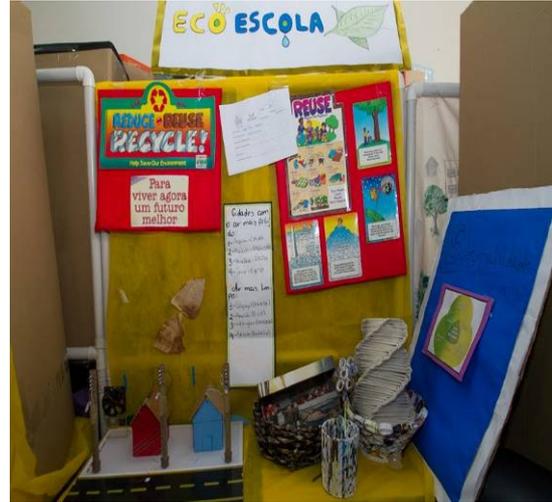


Figura 13- Projeto EA Motic- Sao Leopoldo 2013. Foto: NGPEA.

Um mês decorrido da MOTIC, após diversos estudos realizados pela Comissão de Educação Inclusiva – CEINC<sup>56</sup> sobre a legislação vigente no Brasil e contribuições da Secretaria de Educação e do Meio Ambiente, do Conselho de Defesa do Meio Ambiente, da ONG UPAN, assim como escolas, foram estabelecidas através do Conselho Municipal de Educação de São Leopoldo – CME/SL, as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Ambiental/ Resolução CME/CEINC N° 014/2013 (SÃO LEOPOLDO, 2013), nos mesmos “moldes” da proposta de política para as ESs, sendo que isso está explícito no Art. 7º que determina<sup>57</sup>

O SME/SL por meio das entidades mantenedoras deve assegurar a Educação ambiental e garantir às instituições educativas:

IV – condições para que as instituições educacionais constituam-se em *espaços educacionais sustentáveis*, com a intencionalidade de *educar para a sustentabilidade socioambiental* de suas comunidades, integrando *currículo, gestão e edificações*. (Grifo meu)

A resolução também normatiza e incentiva as escolas para “iniciativas de fortalecimento da Educação Ambiental a partir de espaços escolarizados e de outros espaços

<sup>56</sup> Desde 2008 o Conselho Municipal de Educação de São Leopoldo - CME/SL tem a Comissão de Educação Inclusiva que já propôs e instituiu normas para o Sistema Municipal de Ensino do município sobre as seguintes temáticas: Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena; Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Educação Ambiental. Ver mais em: <<http://conselhomunicipaleducacaosl.blogspot.com.br/2014/09/12-semana-de-acao-mundial-direito.html>>. Acesso em 30 dez 2014.

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B6KAQ61pMY4wdm9MUIVRYld4dDQ/edit>>. Acesso em 10 out 2014.

educativos” (SÃO LEOPOLDO, 2013). Uma contribuição na implementação da política para ESs no município.

A partir de então o NGPEA, com o intuito de fortalecer a EA em São Leopoldo através das diretrizes curriculares para a EA, em abril de 2014, realizou o primeiro encontro dos professores articuladores de Educação Ambiental. Neste encontro, foi proferida a palestra "Sustentabilidade e Educação, desafios para a atualidade", e foi discutida a aplicabilidade das diretrizes com as articuladoras.



*Figura 14- Primeiro encontro dos articuladores de educação ambiental de São Leopoldo - 2014. Foto: NGPEA.*

Passei a participar desse grupo no terceiro encontro. Foram realizados cinco encontros no ano de 2014. Percebi a presença de poucas educadoras ambientais que faziam parte do antigo Coletivo Educador Ambiental na qual eu fazia parte. O encontro ocorreu em setembro de 2014, em uma escola do município, onde foram divulgadas diversas ações realizadas e a serem realizadas como: a divulgação e encaminhamentos gerais da II Mostra de Tecnologias e Inovação com Ciências - MOTIC; Divulgação da Mostratec Jr que é uma mostra de trabalhos do ensino fundamental realizada pela Fundação Liberato, na cidade de Novo Hamburgo/ RS, vinculada a Mostratec<sup>58</sup>. Divulgação do Blog do NGPEA; divulgação e distribuição do Jornal “Amigos da Natureza”, publicações especiais para o desenvolvimento de temáticas socioambientais (coleta seletiva, água, energia, entre outras) juntos aos alunos; Apresentação da nova sistemática de coleta de resíduos recicláveis do município de São Leopoldo.

Nesse encontro tive a oportunidade de apresentar, juntamente com a Com-Vida, representada pela diretora da escola e a delega da comissão, o projeto desenvolvido na EMEF Henrique Bier. O que percebi foi que o grupo de articuladores de EA se aproximava dos mesmos objetivos do Coletivo Educador Ambiental da gestão municipal anterior. Incentivava a realização de ações com os alunos dentro e fora do espaço escolar; proporcionava formações; estimulava a troca de experiências e fortalecimento das Com-Vidas.

<sup>58</sup>Ver mais em: < <http://www.mostratec.com.br/pt-br/mostratec>>. Acesso em 02 dez 2015.

Segundo Angélica, coordenadora do NGPEA, iniciativas e ações em EA já existem há algum tempo em São Leopoldo, um exemplo é o Instituto Martim Pescador – Movimento de Preservação da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, criado em 2002.

É uma Instituição sem fins lucrativos que visa à preservação ambiental e a ordenação do desenvolvimento responsável da região em torno da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Para tanto, o “carro-chefe” da instituição é um barco, estilo Catamarã, com 16 metros de comprimento, seis metros de largura e dois metros e vinte centímetros de altura, com capacidade de 55 passageiros, sendo 48 sentados na parte inferior. [...] Desde a sua fundação o Instituto tem como principal finalidade à sensibilização da comunidade e dos estudantes de todo o Vale dos Sinos em relação às questões ambientais.<sup>59</sup>



Figura 15- Barco Martim Pescador. Foto: Blog Martim Pescador.



Figura 16 - Aula de EA. Foto: Blog Martim Pescador.

Outra iniciativa trazida por Angélica é a do COMITESINOS, integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, previsto na Lei no 10.350, de 30 de dezembro de 1994, que vem desenvolvendo atividades na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Conforme o Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - COMITESINOS, expressado no decreto Estadual no 37.034, de 21 de novembro de 1996, o Instituto foi criado em março de 1988. As reuniões plenárias do Comitê são abertas à comunidade.

Particpei de duas das iniciativas do Comitesinos, a *Celebração das Águas* e do *Projeto Dourado* que descreverei abaixo, porém existem outras, entre elas o Plano de Bacias e Projeto VerdeSinos.

<sup>59</sup> INSTITUTO MARTIM PESCADOR. Disponível em: <<http://www.martimpescador.org.br/index.htm>>. Acesso em 09 dez 2014.

Através do Comitesinos é realizada a *Celebração das Águas* onde na última edição, em 2014, dezenas de estudantes, professores, autoridades, religiosos, delegações de Caraá, Santo Antônio da Patrulha, Parobé, Taquara, Igrejinha, Sapiranga, Campo Bom, Novo Hamburgo, Estância Velha, Portão, Esteio e São Leopoldo, trouxeram as águas coletadas em seus



Figura 17- Mistura das Águas. Foto: Castor Becker Junior.

rios ou arroios e participaram da cerimônia de mistura, reforçando a reflexão sobre os recursos hídricos da Bacia do Rio dos Sinos. A celebração faz parte da *Romaria das Águas*, iniciada nos anos 90, pelo irmão marista Antônio Cecchin, na Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre<sup>60</sup>.

Outra iniciativa é o Projeto Dourado, uma parceria entre Comitesinos e Prefeituras, e “visa sensibilizar a população da necessidade de promover a melhoria da qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, usando o Peixe Dourado como espécie bandeira”<sup>61</sup>.

Foi iniciado em julho de 2002, com a criação das escolas-polo. A EMEF Henrique Bier, escola em que leciono, em 2014, por ser municipal, estar próxima a um arroio e desenvolver projeto de EA foi escolhida para ser a escola-polo do Projeto Dourado no município de São Leopoldo.



Figura 18 - Projeto Peixe Dourado São Leopoldo. Foto: NGPEA.

<sup>60</sup> “Em 1993 na Comunidade de Papeiros na Ilha Grande dos Marinheiros, Parque Estadual Delta do Jacuí, os moradores rodeados de água por todos os lados, não tinham água para beber, dependendo de carros-pipa. O irmão Cecchin viu que das toneladas de lixo que as águas carregavam - principalmente durante as enchentes costumeiras - os ilhéus poderiam retirar sustento e, ao mesmo tempo, contribuir para a despoluição. [...] Na separação dos materiais é encontrada dentro de um saco plástico uma imagem quebrada de Nossa Senhora Aparecida. Reciclada por mãos femininas a imagem é restaurada e devolvida ao culto sobre o altar. [...] Em 1994 - Inicia a Romaria das Águas. O evento nasce como afirmação da devoção ao lago. É criada a Procissão Fluvial Nossa Senhora Aparecida com o principal objetivo de, a parir da fé religiosa, reverter a poluição das águas e implantar o monitoramento participativo dos rios e arroios que formam o lago Guaíba.” Disponível em: <<http://romariadasaguasguaiba.blogspot.com.br/2010/08/anos-90.html>>. Acesso em 23 dez 2014.

<sup>61</sup> Ver em: <<http://peixedourado25dejulho.blogspot.com.br>>. Acesso em 26 dez 2014.



*Ouvir ou olhar,[...] é acompanhar um outro ser, seguir – mesmo se apenas por um breve momento – o mesmo caminho que este ser percorre pelo mundo da vida, e tomar parte na experiência que a viagem permite. Essencialmente, nesta jornada, tanto o observador quanto o observado viajam na mesma direção. (TIM INGOLD, 2010)*

*Figura 19- Contraste. Foto: Thalís Miorando.*

### 3 TRÊS EXPERIÊNCIAS

A partir deste capítulo descreverei como *vi* e *vivi* três experiências relacionadas à proposta de política para ESs no município de São Leopoldo. Antes de começar, gostaria de relatar como foi minha experiência pessoal enquanto professora-pesquisadora.

Como narrei no início deste trabalho a maioria das observações ocorreu durante minha prática como professora na EMEF Henrique Bier, em São Leopoldo. Foi um período de aprendizagem onde precisei *aprender a ver*. Uma habilidade que se adquire somente no “engajamento perceptivo direto com os elementos constituintes do mundo, humano e não humano” (CARVALHO, 2009, p. 97). No caso, documentos, prédios, pessoas, comunidade, município, enfim, o mundo ao meu redor.

Observar o lugar onde já estava imersa na cultura, nas práticas, nos costumes, nas vivências, de outro jeito, foi desafiador. Tive que perceber com uma lupa de pesquisadora as mesmas coisas de modo diferente. Logo me dei conta que não eram as mesmas coisas que observava, pois o mundo está em constante movimento. Tudo se transforma. Uma grande experiência para mim com o olhar tão direcionado, há mais de 20 anos, para as vivências escolares de sala de aula. Ser pesquisadora exigiu mais atenção, tomar parte em outras experiências, além do que já via e vivia (INGOLD, 2010, p.23). A professora se uniu à pesquisadora e quando isso aconteceu, as coisas passaram a mudar, ao menos para mim.

Quando iniciei o mestrado precisei rever meus horários na escola. Na época trabalhava como professora de terceiro ano do ensino fundamental vinte horas no município de Canoas e vinte horas na EJA da EMEF Henrique Bier. Ao analisar os horários percebi que não conseguiria conciliá-los, então conversei com a diretora da EMEF Henrique Bier que, sensivelmente, entendeu a situação e permitiu que eu realizasse horários diferenciados<sup>62</sup>. Auxiliava a escola dois turnos pela tarde no que necessitava (substituição, entrega de bilhetes, fotocópias, etc.) e continuei três turnos à noite na EJA como professora no laboratório de informática. Essa aproximação com a direção foi muito positiva para mim e a pesquisa, no qual veremos nos próximos capítulos.

Passei, por opção, a participar do Conselho Escolar. Em São Leopoldo, todas as escolas do município possuem um Conselho Escolar<sup>63</sup> ativo. Conforme a LEI N.º 7.320, Art. 3º

<sup>62</sup> Essa combinação também foi realizada junto a Secretaria de Educação de São Leopoldo, na qual o acordo foi justificado e protocolado.

<sup>63</sup> O Conselho Escolar é representado, conforme

O Conselho Escolar constitui-se no órgão máximo da gestão escolar e exercerá as funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação. (SÃO LEOPOLDO, 2010)

No Conselho Escolar foi possível conhecer os gastos realizados pela escola: de onde vêm e para onde vão as verbas. Assim como conheci os problemas enfrentados, tanto de infraestrutura quanto em relação aos conflitos internos. Passei a entender o quanto uma escola não se resume a uma sala de aula e também passei a perceber as visões distintas que temos. Do lugar, enquanto professora, via de um modo restrito o que ocorria na escola, sendo que por vezes nem percebia muitos dos acontecimentos.

Nas tardes que trabalhava na escola EMEF Henrique Bier, passei a dedicar o tempo de planejamento<sup>64</sup> a atividades diferenciadas com os alunos. Apresentei uma proposta de ação em EA para a diretora da escola com o intuito de dar continuidade ao projeto *Fazendo um Mundo Melhor*. A proposta era direcionada aos alunos que pertenciam ao projeto, os quais, se quisessem continuar, participariam por uma hora semanal de rodas de conversa no auditório da escola. Nessa época eles já estavam no 6º ano do Ensino Fundamental.

Com a autorização da direção, no primeiro semestre de 2014, passamos, com mais ou menos 25 alunos, a refletir sobre os problemas da escola e do bairro, buscando como resolvê-los. Nesse espaço o aluno era o protagonista. Eles podiam expressar seus pensamentos, criar, inventar, pesquisar e colocar em prática o que idealizavam. Os alunos, divididos em grupos, planejavam ações, apresentavam para o grupo e discutiam se era viável ou não. A próxima etapa era a apresentação da proposta aos professores, em sua maioria mulheres, das séries iniciais e, para os que tivessem interesse, era agendada uma data conforme disponibilidade da turma, na qual eram aplicadas as atividades. Quinzenalmente uma atividade era realizada por um grupo nas turmas que acolhiam a proposta. As atividades constaram de: contação de histórias, oficina de reciclagem, brincadeiras, jogos, teatro de fantoches, filmes, etc. Os alunos realizavam as atividades com autonomia, contando com o auxílio da professora titular ou R2

---

Art. 4º - “O Conselho Escolar será constituído pelo/a Diretor/a da Escola e representação paritária dos/as trabalhadores/as em educação docentes, trabalhadores/as em educação não docentes, pais/mães ou responsáveis legais pelos alunos/as, os/as estudantes e representante do Círculo de Pais e Mestres (CPM)”. Conforme LEI N.º 7.320, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010 que dispõe sobre a implantação e organização do Conselho Escolar nas Escolas Públicas Municipais de São Leopoldo.

<sup>64</sup> Duas horas semanais dentro da escola, mas fora da sala de aula, para planejar. Conforme LEI N.º 6573, de 24 de março de 2008.

da turma. O que se percebia era que a maioria dos alunos participavam do grupo por acreditar na proposta e/ou por estar em outro espaço que não o de sala de aula formal.

No decorrer do semestre um problema surgiu, eu tinha o tempo disponível para os encontros, mas os alunos não. Eles tinham que sair de sala em horário de aula para as rodas de conversa, pois eu permanecia na escola duas tardes, e não poderia estar em outro horário. No início os professores autorizavam as saídas, eram compreensíveis, entretanto, com o passar do tempo passaram a reclamar, pois os alunos estavam perdendo aula. Continuar com os encontros estava sendo impossível. Nesse momento passei a perceber que a EA não poderia estar centrada em uma pessoa ou isolada em um grupo.

A partir das pesquisas que vinha realizando isso não era o que se esperava para uma escola que caminha para a sustentabilidade. Um grupo pensava *para* a escola e não *com* a escola e a comunidade. Também estávamos muito distantes de uma articulação com os três eixos propostos pela política para ESs: gestão, currículo e espaço físico. Meu olhar já não era mais o mesmo, estava direcionado para além do que via e vivia.

A partir dos próximos tópicos descreverei três experiências, não comparativas (pois ocorreram com pessoas, prédios, histórias e em espaços distintos), que aconteceram em escolas análogas a muitas outras de nosso país e que contribuíram para o aprofundamento da pesquisa.

### **3.1 Escola e o Espaço Escolar**

A primeira experiência está relacionada ao espaço físico conforme a proposta de política para ESs. Pensei até o último momento se a traria para a pesquisa ou não, pois se tratava de uma experiência relacionada a uma escola de Educação Infantil. Até então, havia encontrado nos documentos do MEC a orientação para a participação na CNIJMA escolas “com pelo menos uma turma do 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série) do Ensino Fundamental, cadastradas no Censo Escolar de 2011 - INEP, públicas e privadas, urbanas e rurais, da rede estadual ou municipal, assim como escolas de comunidades indígenas, quilombolas e de assentamento rural”. (BRASIL, 2012).

Havia concluído que as escolas de Educação Infantil não faziam parte da proposta para ESs idealizada pelo MEC, porém ao conversar com Dália (CJRS e COE), ela me relatou que as escolas de Educação Infantil também faziam parte, tanto que algumas haviam recebido através da Resolução nº 18, de 3 de Setembro de 2014 a verba do PDDE- ES e que a intenção

era ampliar para todas as outras do Brasil. Dália também trouxe outro dado importante. No ano de 2014, mais de 70 mil escolas do Brasil haviam sido contempladas com o PDDE- ES e que a tendência é que esse número chegue a 200.000 nos próximos anos.

Ao averiguar o que ela relatou, encontrei na lista do PDDE-ES de 2014, que entre escolas e Centros de Educação Infantil, 89 foram relacionados para receberem a verba.<sup>65</sup> Para participar da IV CNIJMA teriam que ser escolas com pelo menos uma turma do 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série) do Ensino Fundamental, porém para receber a verba do PDDE- ES esse seria *um dos* critérios estabelecidos nas Resolução nº 18, de 21 de maio de 2013 e revogada pela Resolução Nº 18, de 3 de setembro de 2014.

Conforme a Resolução nº 18 os recursos financeiros de custeio e de capital, seguindo a dinâmica do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), serão destinados a “*escolas públicas de educação básica*, de acordo com os dados extraídos do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias (UEX)<sup>66</sup>, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares” (*Grifo meu*).

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, até 2008, o PDDE contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental. “Em 2009, com a edição da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009 (transformada posteriormente na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009), foi ampliado para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil” (FNDE, 2014).

Também entrei em contato com a equipe técnica da Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEAA do MEC, para saber mais e não cometer equívocos. Segundo integrante da equipe, quem participou da conferência recebeu a verba do PDDE-ES, assim como as escolas que contemplassem os critérios da Resolução Nº 18, de 3 de setembro de 2014, na qual traz como uma de suas considerações:

a educação ambiental como “componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em *todos os níveis e modalidades do processo educativo*, em caráter formal e não-formal”, conforme preconiza a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o

<sup>65</sup> Relação de escolas contempladas com o PDDE- Escolas Sustentáveis no ano de 2014. Ver em: <[http://pdeinterativo.mec.gov.br/arquivo/pdf/Escolas\\_Sustentaveis\\_PDDE\\_2014.pdf](http://pdeinterativo.mec.gov.br/arquivo/pdf/Escolas_Sustentaveis_PDDE_2014.pdf)>. Acesso 02 jan 2014.

<sup>66</sup> Conforme a Resolução nº 3, de 19 de março de 2004 a UEX “é uma associação sem fins lucrativos - comumente chamada Associação de Pais e Mestres, Caixa Escolar, Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres, Cooperativa Escolar etc. - composta de pessoas da comunidade interessadas em promover o bom funcionamento da escola pública e melhorar a qualidade do ensino por ela ministrado e com participação ativa e sistemática na sua gestão administrativa, financeira e pedagógica”. (BRASIL, 2004).

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que a regulamenta e cria o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). (*Grifo meu*)

A EMEI Arco-Íris não consta na relação do PDDE- Escolas Sustentáveis de 2013 e nem na de 2014, acredito que não tenha aderido à proposta ou não tenha contemplado os critérios estabelecidos na Resolução nº 18. Cheguei até ela através de pesquisas durante o processo de decisão do campo empírico. Minha intenção era observar a influência do espaço físico para o alargamento da EA e *ver se esse espaço educava para a sustentabilidade nos “moldes” da proposta para ES.* Por isso, a inclusão dessa escola na pesquisa.

Inaugurada em julho de 2010, a escola tem um diferencial em relação às outras EMEIs do município. O projeto arquitetônico compreendeu placas de células fotovoltaicas para captar energia do sol, coletores de água das chuvas (reutilizada nos banheiros) e uso de iluminação natural. Também contemplou as normas de acessibilidade com rampas, portas amplas e banheiros adaptados, além de uma plataforma elevatória unindo o pátio à cobertura.

Meu desejo foi ver e conhecer a escola. Em novembro de 2013, fui até ela. Logo na entrada percebi a rampa de acesso e a escola muito clara e iluminada para um dia chuvoso. Olhei para cima e vi o teto solar. Era todo de vidro.

Estavam à minha espera a diretora e a vice-diretora. Expus minhas intenções: Citar a Escola no trabalho de mestrado como uma referência de escola sustentável na cidade de São Leopoldo. Elas prontamente disseram que eu seria bem vinda e que só precisariam oficializar este contato com um documento<sup>67</sup>.



Figura 20- Rampa de acesso. Foto: Orene Maria Piovesan.



Figura 21 - Iluminação natural. Foto: Orene Maria Piovesan.

<sup>67</sup> Oficializada através de carta de apresentação dirigida ao secretário de educação de São Leopoldo.

Elas pontuaram que a escola ainda era nova e não tinha um trabalho bem definido voltado para a educação ambiental. Segundo elas, apenas uma professora R2 realizava trabalho de EA com três turmas. O projeto político pedagógico precisava ser reformulado. Também relataram que havia a necessidade de um trabalho mais estruturado com o grupo de professores.

Após esta rápida conversa, a diretora me acompanhou pela escola. Enquanto caminhávamos percebi a escola muito tranquila e serena. Fomos até o pátio onde ela apresentou a cisterna sob o solo. Ela me mostrou o local, mas não tínhamos como visualizá-la, pois estava abaixo da terra.

Uma parte do pátio estava coberta com areia, outra havia um piso elevado de madeira e ainda outra parte era revestida com piso ecológico. Ao lado, uma horta “*composta por oito canteiros de 2,80m x 80cm*” (Violeta), contendo flores e verduras.



Figura 22- Canteiro. Foto: Orene Maria Piovesan..



Figura 23- Hortaliças, leguminosas, ervas. Foto: Orene Maria Piovesan..

Um sombrite chamou minha atenção. Achei interessante e perguntei por que ele estava ali. A diretora disse que aquele lado da escola no verão era muito quente, pois ficava exposto ao sol, então para evitar o uso excessivo de condicionador de ar precisaram pensar em uma alternativa. Percebi que daquele lado não havia nenhuma árvore. Ao questionar sobre a possibilidade do plantio de árvores daquele lado a supervisora alegou que como estão próximos de uma antena de alta tensão não pode haver árvores naquele local. Bem ao lado dava para ver a antena. Como o problema foi apenas amenizado e não solucionado, a sala do berçário precisou receber um condicionador de ar.

Voltando para o interior da escola passamos por uma porta onde estava localizada uma rampa elevatória para acesso de cadeirantes, mas que, segundo a diretora, ainda não havia

sido usada por falta de cadeirantes. Entramos nas salas de aula. Cada uma possui dois banheiros adaptados aos pequenos.

A diretora chamou a atenção para as tomadas localizadas no refeitório, ambas foram colocadas embaixo, sendo de fácil acesso às crianças. Também chamou atenção para as janelas fechadas na parte inferior, dificultando a ventilação e causando umidade.

Fui até a sala da professora de EA, Violeta, que no momento atendia uma turma. Relatei o objetivo de minha pesquisa e ela prontamente se dispôs a colaborar. Combinei que entraria em contato e que em outro momento conversaria com ela.

A partir do que vi cheguei à conclusão, na época, que a Escola Arco-Íris era nova, tinha apenas três anos e poderia ser um referencial para as outras escolas que futuramente seriam construídas. Os pequenos problemas que estão enfrentando poderão ser solucionados de alguma outra maneira, assim como em uma próxima construção poderão ser evitados.

Ao sair da escola minha hipótese foi de que o espaço físico, mesmo necessitando de alguns ajustes, era adequado e sustentável, porém o projeto político-pedagógico da escola não. Sendo assim, cheguei a conclusão prévia de que o trabalho voltado para EA não se efetivava e não era possível a internalização de “valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente”. (CARVALHO e TONIOL, 2011, p.2). Essa hipótese foi desmistificada ao conversar com a professora Violeta. Mesmo sendo somente ela, com o auxílio de outra professora, a trabalhar com a EA, comprovou-me que ela acontecia.

Conversei com Violeta por três vezes durante os encontros das articuladoras ambientais realizados pelo NGPEA no ano de 2014. Conversávamos sobre a escola Arco-Íris, onde ela me relatava sobre as ações, possibilidades e dificuldades encontradas na escola.

Segundo Violeta, desde que ela começou a trabalhar na escola, em 2011, foi criado um projeto de EA com a intenção de envolver crianças, a comunidade escolar e colaboradores voluntários. O objetivo do projeto era, e continua sendo, através do cultivo de jardim e horta, “proporcionar às crianças a internalização de valores, como Respeito e Cuidado, contemplando as relações interpessoais e principalmente desenvolvendo a consciência ambiental.”. O projeto se estendeu até o ano de 2014 e foi aprovado pela escola e secretaria de educação para continuar no ano de 2015. Pelo que percebi Violeta é uma pessoa encantada com a EA e crente na internalização de atitudes a partir do cuidado do meio ambiente. Ela conta que

*“Professoras, junto com as crianças, iniciaram o cultivo, semeando, transplantando, colhendo e regando flores e hortaliças. O projeto desenvolveu-se com a colaboração de parceiros, que além de*

*disponibilizar recursos financeiros e materiais, também executaram trabalhos que não poderiam ser realizados pelas crianças” (Violeta).*



*Figura 24- Horta e parceiros. Foto: Orene Maria Piovesan.*

Foram cultivadas durante os anos diversas hortaliças, chás e temperos. Ela contabiliza o que foi cultivado e traz os números em um relatório. Um exemplo são as “100 porções de sementes de manjerição, incluindo receita e suas propriedades, distribuídas para visitantes, familiares das crianças, professores, funcionários, socializadas na Semana do Meio Ambiente e Eventos” no ano de 2012.

Também foi criado um canteiro destinado a receber o resíduo orgânico produzido pela escola e um minhocário. Segundo Violeta, o projeto proporcionou “a internalização de valores de respeito e cuidado, o hábito de cultivo de flores e hortaliças, o hábito do uso racional dos recursos naturais, utilizando água da chuva para regar o jardim e a horta com uso de garrafas e regadores e também foram desenvolvidas atividades e práticas de cuidados com o lixo”.



*Figura 25- Utilização da água da chuva. Foto: Orene Maria Piovesan.*



*Figura 26- Regando o jardim. Foto: Orene Maria Piovesan.*

Ela destaca a efetivação da internalização de valores no momento em que “os alunos manifestaram atitudes de partilha, de responsabilidade, de respeito, de cuidado, e de carinho no convívio com o meio ambiente”.

Ela também relata que a comunidade e funcionários da escola foram

*sensibilizados pelo projeto, o que foi demonstrado constantemente pelos comentários a respeito da beleza do jardim e da horta, pelos pedidos, de mudas e sementes para cultivarem em suas residências e solicitações de sugestões a respeito do cultivo de flores e hortaliças e ao trazerem materiais reciclados de suas casas para o desenvolvimento do trabalho.*



Figura 27- Jardim em frente a escola. Foto: Orene Maria Piovesan.



Figura 28 - Cultivo de hortaliças. Foto: Orene Maria Piovesan.



Figura 29- Canteiro em espiral. Foto: Orene Maria Piovesan..



Figura 30- Jardim suspenso. Foto: Orene Maria Piovesan..



Figura 31- Cultivo em casca de ovos. Foto: Orene Maria Piovesan.



Figura 32- Consumo de legumes, verduras e sementes. Foto Orene Maria Piovesan..

Para Violeta a função de um articulador (a) ambiental é o de mobilizador, tendo a *“função de despertar o interesse fazendo com que a comunidade escolar, (crianças, direção, professores, funcionários e familiares) sintam-se responsáveis pelas questões ambientais e mostrar através de ações na escola com os recursos disponíveis que a sustentabilidade é possível mesmo com poucos recursos”*.

Outra questão levantada por Violeta foi a referente ao espaço escolar, para ela, *“independente de ter uma estrutura física construída especialmente para a sustentabilidade, políticas educacionais e ações podem ser desenvolvidas de forma a alcançar resultados significativos relacionados ao meio ambiente”*.

Quando realizei as visitas na EMEI Arco-Íris a intenção foi a de observar a influência do espaço escolar no trabalho desenvolvido na escola. Durante o ano de 2014, a gestão da escola foi trocada e Violeta ficou sem sua colega de trabalho em EA. Em conversas informais Violeta relatou a dificuldade que enfrentou em realizar as ações voltadas para a EA, pois não tinha o tempo disponível para contemplar todas as turmas. A tendência é que ela, no ano de 2015, passe a ter esse tempo como professora articuladora.

Violeta é a mobilizadora das ações, porém trago uma questão, e se ela sair da escola as ações em EA continuarão? Em São Leopoldo existe uma tentativa, ainda não institucionalizada, de garantir a existência permanente de um professor articulador, com 20h semanais, para dedicação exclusiva a ações voltadas para a EA, assim como o oferecimento de formação continuada para estes.

O que se percebeu foi que sem o trabalho em conjunto com todos os seguimentos (professores, alunos, gestão, comunidade e currículo) as ações ficarão restritas ou centradas em uma pessoa.

### 3.2 Escola e as Verbas

No ano de 2013, como vimos no capítulo anterior, através da Resolução de nº 18 algumas escolas do Brasil passaram a receber verba através do PDDE – ES. Nesse mesmo ano, em São Leopoldo/RS, a EMEF Imperatriz Leopoldina foi a primeira e única escola a ser contemplada. Então decidi *ver* como estava acontecendo esse processo, *conhecer* o projeto que foi encaminhado e *saber* como iriam utilizar a verba. Visitei essa escola em diversos momentos durante o ano de 2014.

Na primeira visita à escola fui recebida pela supervisora. Relatei o objetivo de minha ida até lá, na qual ela se demonstrou surpresa, pois não tinha conhecimento sobre o recebimento da verba e nem da participação da escola na conferência. Disse que seria melhor que eu falasse com a gestão escolar anterior, pois a atual teria assumido a poucos meses e não estaria a par da situação.

Na época eu ainda tinha poucas informações sobre o PDDE-ES, também estava tentando entendê-lo. Relatei a supervisora que, conforme o que havia lido, o ideal seria que a escola contemplasse em seu projeto político-pedagógico a intenção de se tornar uma escola sustentável ou que deveria ter um projeto de ação em EA. A supervisora falou: *Pois é. ele (PPP) precisa ser reformulado.*

Olhei para a mesa da supervisora e visualizei o material da IV CNIJMA. Falei: *Olha! Esse material é sobre a conferência que vocês participaram.* Ela disse: *Ainda não tive tempo de lê-lo.* Falei: *Ele pode auxiliar vocês.* A supervisora então falou: *Sandra seria melhor você vir falar com a diretora da escola.*

Por telefone conversei com a diretora que me informou que a escola havia recebido a verba no valor de R\$ 10.000,00. Segundo a tabela trazida pela Resolução nº 18 as escolas receberam determinados valores conforme o número de alunos matriculados no censo do ano anterior ao repasse.

Número de alunos	Valores de Repasse (R\$)		
	Custeio (80%)	Capital (20%)	Total
Até 199	8.400,00	1.600,00	8.000,00
200 a 499	8.000,00	2.000,00	10.000,00
500 a 999	9.600,00	2.400,00	12.000,00
Acima de 999	11.200,00	2.800,00	14.000,00

Tabela 3- Valores de Repasse PDDE- ES. Fonte: Resolução nº18 de 2014.

A informação que a diretora tinha era que uma parte, R\$7.000,00, seria destinada para quem fez o projeto e a outra, R\$ 3.000,00, destinada à escola. Eu questionei sobre essa informação. Até então o que havia lido era que a verba seria utilizada conforme o Plano de Ação e dividida entre custeio e capital. Conforme o Guia de Orientações Operacionais do PDDE- ES (2014, p.17), despesas de custeio “são aquelas destinadas à aquisição de materiais de consumo e à prestação de serviços” e despesas de capital “são aquelas voltadas à aquisição de itens de grande durabilidade que se caracterizam como material permanente, que passa a integrar o patrimônio da escola”. A diretora então pediu para que eu fosse até a escola e participasse de uma reunião, para conversar diretamente com os professores e gestão anterior. O que percebi foi que a gestão por ser “nova” estava ainda se familiarizando com os processos e documentos de uma gestão escolar. Comentei sobre as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Ambiental de São Leopoldo, instituída em 2013, e perguntei se ela tinha uma cópia na escola. Ela respondeu que não. Então fiquei de levá-la na reunião.

Antes de me dirigir à escola, comentei com uma colega da escola em que lecionava sobre a verba recebida na EMEF Imperatriz Leopoldina. Ela havia trabalhado na Secretaria de Educação de São Leopoldo no ano de 2013. Segundo esta colega a escola em questão havia criado um projeto no ano de 2013 com a ajuda de Dália (CJRS e COE) e da Secretaria de Educação e havia enviado para o MEC. E garantiu que o projeto detalhava onde deveriam aplicar os recursos.

Fui à escola disposta a conversar com os professores. Minha intenção era conhecer o projeto. Saber quem o fez. Quem participou do processo. Descobrir o destino que seria dado à verba.

Na EMEF Imperatriz Leopoldina, em uma sala de aula, estavam organizados em círculo, mais ou menos 20 professores. Logo a diretora me apresentou ao grupo e pediu para que eu começasse a explicar o motivo pelo qual estava ali. Expliquei que em primeiro lugar estava lá para realizar uma pesquisa e, se possível, ao mesmo tempo contribuir. relatei sobre a verba destinada para a escola através do PDDE-ES e apresentei o Programa Nacional Escola Sustentável, como uma proposta do MEC.

Questionei sobre o projeto da escola que possibilitou o recebimento dos R\$ 10.000,00 e todos ficaram se entreolhando. Depois de um breve silêncio uma das professoras, Íris, relatou que no ano passado (2013), quando souberam que iriam receber a verba tiveram que criar um projeto. Perguntei pelo projeto e outra professora falou que trabalhava na escola no ano anterior, mas não lembrava. “*Faz muito tempo que temos projetos de educação ambiental aqui, mas não lembro quem o fez*”.

Íris ressaltou que tiveram que construir dois projetos quase contíguos. *“Um projeto detalhando onde gastaríamos os R\$ 10.000,00 e outro para participar da conferência pelo meio ambiente”*. Tornei a questionar: *E onde estão esses projetos? Como será usada a verba?* Segundo Íris uma *“parte será usada para o pagamento de oficinas e outra para uma cisterna”*. E continuou dizendo que o projeto foi construído pela Com-Vida. *“Realizamos conferência e encontros”*.

Ao perguntar se o grupo continuou com o projeto a diretora disse que o trabalho na escola, relacionado à EA, é realizado por duas professoras R2s. Elas estavam presentes na reunião e expuseram que trabalhavam com todas as turmas da escola um período semanal (mais ou menos 40 minutos) e que tentam proporcionar momentos de reflexão e conscientização. *“Trabalhar com a sensibilidade dos alunos”*. Levam textos para reflexão e tentam se afastar de trabalhos com reciclagem. Deram exemplos: *“Tentamos não usar caixinhas, garrafas pet...esse não é o objetivo da EA. Eles precisam refletir sobre suas ações.”*

Outra professora de séries iniciais pediu para expor seu pensamento: *“Eu acho que a escola deveria começar a educar a partir do espaço de sala de aula. Ele é muito importante para as crianças, principalmente no que diz respeito à organização”*.

A supervisora relatou que participou de uma reunião na secretaria de educação e que ela não tinha ideia da dimensão dessa proposta (escola sustentável) e comentou:

*“Começando pela alimentação dos alunos, principalmente os alunos que estão no primeiro ano. Olha quanta coisa industrializada eles trazem de casa e olha quanto resíduos eles produzem após o lanche. Tínhamos que começar por aí. O que a escola está fazendo em relação a isso? A proposta para ES é muito boa, assim como a proposta do PNAIC, mas tem gente que não vê assim.”*

Uma professora que ainda não tinha se manifestado exclamou: *“Mas hoje em dia tudo é pacto!”* E a supervisora continuou: *“Mas tem que ser, pois é um pacto que estamos fazendo. Um pacto por uma educação de qualidade e os projetos são bons. Nós é que não sabemos aproveitar”*.

Nesse momento uma professora da disciplina de Geografia me olhou e disse: *“Tá! E agora qual é o próximo passo?”*

Na hora tentei ser o mais coerente possível ressaltando sobre o ganho que o município teve com a aprovação das Diretrizes Municipais para a Educação Ambiental, assim como a proposta do MEC, refletida no momento, na escola, com o recebimento da verba do PDDE-ES. Restituí a pergunta: *Qual é o próximo passo?*

Como não pertencia àquela escola, propus a realização de outros encontros e a possibilidade de intercâmbios entre as escolas EMEF Henrique Bier e a EMEF Imperatriz Leopoldina, na qual estavam envolvidos com a proposta para ES. Orientei que para que retomassem os projetos realizados na escola, fortalecendo o que já haviam construído até o momento. Meu objetivo foi alcançado em parte. Não consegui conhecer o projeto enviado ao MEC e nem saber onde aplicariam a verba, porém um vínculo foi estabelecido com o grupo.

Em outro momento, já na EMEF Henrique Bier, conversei com a articuladora ambiental da escola e a diretora, e comentei sobre a possibilidade da realização de encontros juntamente com representantes da EMEF Henrique Bier. Ambas acolheram a ideia e sugeriram que na próxima reunião da escola o grupo fosse convidado. E assim aconteceu. O convite foi enviado, porém ninguém pode se fazer presente. Outras tentativas foram realizadas, porém sem sucesso.

Após algumas semanas retornei à EMEF Imperatriz Leopoldina para entrevistar a professora Íris, ex-diretora da escola, e que esteve presente durante o processo das conferências e construção do projeto para uso da verba do PDDE-ES. Na sala dos professores, em um espaço mais reservado e silencioso, conversamos. Íris falou um pouco sobre sua trajetória profissional e ambiental descrita no início deste trabalho, assim como o que seria para ela uma ES:

*“Nessa questão, eu penso que a gente precisa ter um pouco mais de tempo, tem muita burocracia que a gente precisa resolver. Então falta tempo para fazer a articulação. Porque, o que acaba acontecendo, eu posso simplesmente falar para ti, tu podia Sandra te engajar no projeto ambiental e tal, só que eu preciso estar a par. O Diretor precisa estar a par, ele precisa estar envolvido. Porque a Iris não terá força suficiente. Em algum momento precisa ser imposto algumas coisas. Não imposto, mas aquela outra voz que precisa estar auxiliando o professor, que está gerenciando esse processo.”*

Ela destacou a importância da formação para os professores e o acompanhamento da secretaria de educação. Contou sobre um projeto que foi realizado na escola sobre alimentação saudável que teve grande repercussão entre os professores. Isso se deu pelo apoio que receberam da secretaria da educação que esteve presente, mais ou menos cinco vezes, nas reuniões administrativo-pedagógicas. Realizavam palestras e contribuía com ideias de como

trabalhar em sala de aula e isso fez com que vários professores se engajassem no projeto. Ela disse que: *Você tem que encantar a pessoa. Se ela não tiver o encantamento... muitas acabam não fazendo, ou dizem que fazem, mas acabam não fazendo nada.*”

Ao questioná-la sobre o projeto enviado no ano de 2013 para o MEC ela disse que no ano de 2013 a supervisora em exercício na época foi chamada pelo NGPEA e foi informada que a escola havia recebido a verba do PDDE-ES. Conforme Íris, a supervisora não sabia do que se tratava. Elas sabiam que desde muito tempo a escola, através de duas professoras, já desenvolviam projetos de EA na escola, mas não sabiam exatamente a qual projeto se referia essa verba. Segundo Íris, a coordenadora do NGPEA, Angélica, juntamente com Dália (CJRS e COE), orientaram para a necessidade da construção de um plano de ação para ser enviado ao MEC em um prazo muito curto.

A secretaria da educação, através do NGPEA, foi até a escola e com a ajuda de Dália (CJRS e COE) auxiliaram a escola na construção do plano de ação, com a formação da Com-Vida. Segundo Íris, como não sabiam sobre a proposta para ES, o que se pensou para o projeto foi criar a Com-Vida e trazer formação para a escola sobre esse assunto. Concomitante a construção do Plano de Ação, participaram da IV CNIJMA.

Ao questionar sobre a existência no momento da Com-Vida na escola, Íris relata que ela foi criada com o propósito da conferência e para o planejamento do projeto para recebimento da verba. Como a verba ainda não havia chegado até a escola, a comissão não foi retomada. Segundo Íris: *“Quando vier a verba a Com-Vida precisa ser montada”*. Nesse ponto percebo o quanto a proposta para ES se encontra no início de sua implementação, pois segundo as leituras realizadas a Com-Vida deveria ser formada em uma escola independente do recebimento de verbas federais. É através dela que se criam os espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade.

Em relação ao envio do projeto, Íris relata que ele foi enviado via PDDE (online). Preenchido com todos os valores planejados e enviado pelo sistema do PDDE-ES, inclusive a ata. *“A gente tinha que ir preenchendo, até zerar”*. Conforme o sistema a cada ação planejada um valor era estipulado e do total, R\$ 10.000,00, os valores iam sendo reduzidos até reduzir a zero.

Também perguntei para Íris se ela achava positivo os projetos propostos pelo PDDE Interativo e ela falou que é *“trabalhoso”*. Pelo fato de não se ter conhecimento. *“Quando tu não conheces. Quando tu não tens uma luz. Tu estás tateando e não sabe onde está tateando. Eu acho que precisaria um pouquinho mais de explicação”*. E continuou:

*“A gente precisa de um suporte maior, porque a gente tem que resolver as outras coisas da escola, mas também tem que estar pensando nisso. A gente precisa de alguém que te de o suporte. Que te de uma resposta mais concreta, pois querendo ou não é o teu nome que está ali.”*

O cadastro, planejamento e uso das verbas enviadas pelo MEC através do PDDE-ES, assim como os outros programas do governo, ligados ao PDDE Interativo, são acessados através do CPF dos diretores de escola. As verbas deverão ser usadas conforme o que foi proposto no plano de ação.

Relatos semelhantes ao de Íris, em relação ao uso dos recursos do PDDE – ES, também foram observados em dois eventos que participei. Um ocorreu no município de Rio Grande, RS, no ano de 2014, denominado VI EDEA - Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, no qual, em uma roda de conversa, foi discutido sobre a proposta de política para ES. Uma das professoras presentes relatou que teve acesso a algumas escolas que receberam a verba do PDDE-ES e que a maioria não sabia *por que e para que* estavam recebendo a verba. Depoimento parecido a este escutei, no mesmo ano, em outra roda de conversa na X AnpedSul, em Florianópolis, Santa Catarina. Também foi relatada a falta de comunicação interna na escola. As escolas estão desinformadas sobre os projetos planejados e não têm conhecimento *de quem e para quem* foram construídos os Planos de Ação.

Devido ao meu envolvimento com a pesquisa e ações na EMEF Henrique Bier e EMEF Imperatriz Leopoldina, fui convidada, em julho de 2014, para trabalhar um turno semanal (uma manhã) no Núcleo de Gestão em Políticas de Educação Ambiental (NGPEA). Nesse período auxiliei o NGPEA, além de outras atividades, no processo de cadastramento do Plano de Ação das escolas contempladas com o PDDE-ES de 2014. Nesse ano, 18 escolas foram contempladas com a verba. A EMEF Imperatriz Leopoldina não fazia parte dessa relação, pois já havia recebido a verba no ano de 2013.

Conforme o Guia de Orientações Operacionais do PDDE-ES (BRASIL, 2014b, p. 10), para o cadastro do Plano de Ação, primeiramente a Secretaria de Educação, no caso em São Leopoldo, o NGPEA, teria que ativar o perfil de cada diretor das 18 escolas contempladas no sistema do PDDE Interativo. Esse procedimento foi realizado com a utilização de uma senha exclusiva. Logo após, as escolas teriam que preencher o diagnóstico de 2014 no sistema.

O Diagnóstico é uma das etapas mais importantes de todo planejamento, pois representa o momento em que os planejadores se defrontam com a realidade que pretendem alterar. Afinal, um planejamento existe para modificar uma situação. O principal objetivo do diagnóstico é ajudar a escola a fazer o seu "raio X", ou seja, conhecer a situação presente e, a cada

momento, tentar identificar os principais problemas e desafios a serem superados. E para que ele reflita bem essa realidade escolar, precisa ser elaborado com a participação da comunidade escolar. (BRASIL, 2014b, p.7)

A terceira etapa se resumia na realização de uma reunião com a comunidade escolar para decidir sobre como o recurso seria utilizado e com o preenchimento do Plano de Ação no sistema. No sistema além do preenchimento do Plano de Ação a reunião deveria ser registrada em ata.

Para melhor realizar o acompanhamento das escolas e poder auxiliá-las o NGPEA criou uma tabela de controle (Ver Tabela 4) com os nomes das escolas, endereços, contatos e, também com o login de acesso ao PDDE-ES. A tabela era acessada por quatro pessoas do NGPEA. Quando uma escola concluía o Plano de Ação para ser enviado ao MEC, o NGPEA tinha que analisá-lo, se algo não estivesse condizente com as normas trazidas no Guia, o Plano era devolvido à escola e essa, após os ajustes, devolvia ao NGPEA. Somente o NGPEA poderia finalizar o processo e enviar o Plano de Ação ao MEC.

	A	B	C	D	E
1	PROGRAMA ESCOLA SUSTENTÁVEL - 2014				
2	ESCOLA	CPF CADASTRADO	SENHA PDDE Escola Sustentável	STATUS	PDDE WEB - CADASTRO
3	SMED (vigente)	00999999999	Casa15		
4	SMED	90888888804	smedsusten		
5	A	63333333331	igreja	avaliar	
6	B	70111111118	bola		avaliada
7	C	66666666667	meia	avaliar	
8	D	48777777787	dado		avaliada
9	E	88999999944	uva	avaliar	
10	F	23777777773	copo		avaliada
11	G	67000000007	vaso	avaliar	
12	H	51333333337	faca		avaliada
13	I	42222222253	nuvem	avaliar	
14	J	61444444487	gato	avaliar	
15	K	35555555504	lapis	avaliar	
16	L	69111111100	caixa	avaliar	
17	M	7f444444449	mesa		avaliada
18	N	85555555520	sapo		

Tabela 4- Relação de Escolas PDDE-ES – São Leopoldo. Fonte: NGPEA

Olhando para a tabela, que apresenta CPFs e senhas fictícias, esse processo a princípio pareceu ser simples, porém as dificuldades apresentadas pela EMEF Imperatriz Leopoldina, assim como outras, também surgiram em diversas escolas. A princípio o NGPEA alertou as escolas contempladas através de email para adesão ao PDDE-ES. Havia um prazo para que as escolas completassem o plano. Após diversos contatos, quase que diários e muitas orientações, mais da metade das escolas ainda não havia preenchido os planos. Alegavam não ter conhecimento do Projeto de Ação enviado para o MEC através da IV CNIJMA: apresentaram dificuldade para preenchimento do plano (mesmo com o envio do Guia), não haviam encontrado tempo para a reunião com a comunidade escolar e estavam tendo dificuldades para contemplar no plano as necessidades da escola. Contudo, com prazos

prorrogados pelo MEC por duas vezes, no último dia estipulado pelo MEC, todas as 18 escolas de São Leopoldo enviaram seus Planos de Ação para o NGPEA.

O município de São Leopoldo, possui 37 Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, destas ,18 participaram da IV CNIJMA e constavam na relação do MEC para o recebimento da verba do PDDE-ES. Todas as 37 escolas receberam orientação do NGPEA no ano de 2013 para a adesão à CNIJMA e criação de seus projetos de ação, porém apenas 18 aderiram à proposta e foram contempladas com o PDDE-ES. Terão, assim como as outras escolas contempladas no Brasil, o ano de 2015 para utilizarem a verba recebida. Do mesmo modo a EMEF Imperatriz teve o ano de 2014 para utilizar a verba recebida através do PDDE-ES de 2013.

No mês de novembro de 2014 entrei em contato com a EMEF Imperatriz para saber se haviam utilizado a verba recebida e a resposta não foi positiva, pois não haviam encontrado o Plano de Ação enviado no ano de 2013. Então, fui até a escola para conversar com a diretora. Como no NGPEA só tínhamos acesso ao PDDE-ES das 18 escolas contempladas no ano de 2014, não teria como acessar o Plano de Ação da EMEF Imperatriz Leopoldina. De acordo com o regulamento, as escolas contempladas com o PDDE-ES têm até o dia 31 de dezembro, do ano de repasse, para a utilização da verba, contemplando o Plano de Ação enviado ao MEC.

Na EMEF Imperatriz Leopoldina a diretora me mostrou o extrato da conta bancária onde foi possível averiguar a existência da verba do PDDE-ES. Juntamente com a diretora, acessei o PDDE Interativo e não visualizamos o Plano de Ação encaminhado. Ela relatou que esse seria o primeiro ano que estava tendo acesso ao sistema. No momento também não pude auxiliar, porém fiquei de dar um retorno na mesma semana.

Busquei ajuda com a diretora da EMEF Henrique Bier, que tinha conhecimento do sistema há mais tempo. Nesse período (final de ano), foi complicado para ela dedicar esse tempo para mim. As escolas, principalmente a direção, estão muito atarefadas com prestação de contas para enviar para o MEC, Conselho de Classe com os professores, fechamento de cadernos de chamada, reuniões na secretaria de educação, entre outras atividades internas.

A título de ilustração e para melhor entendimento do sistema PDDE Interativo, a seguir trago algumas imagens<sup>68</sup>. Cada diretor de escola tem sua senha de acesso ao sistema.

---

<sup>68</sup> No Guia de Orientações Operacionais do PDDE-ES, disponível no sistema, é disponibilizado todo o passo a passo para entrar no sistema e preencher o plano de ação.



Figura 33- Sistema PDDE Interativo. Fonte: MEC

Através do sistema é possível acessar todos os planos de ação em que a escola está cadastrada.



Figura 34- Plano de Ação EMEF Imperatriz Leopoldina.

Ao acessar, especificamente, o PDDE Interativo de 2014 da EMEF Imperatriz Leopoldina, na aba “Principal”, encontramos os planos dos anos anteriores.

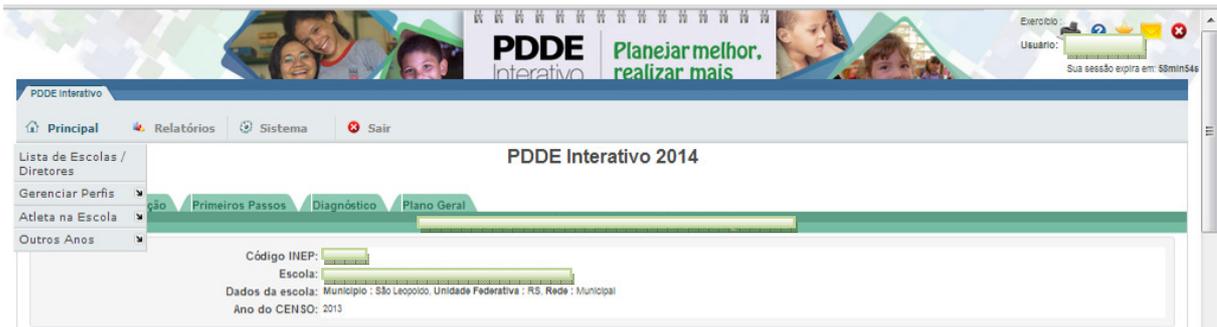


Figura 35- PDDE Interativo. Plano de ação dos anos anteriores. Fonte: MEC

Na aba “Outros Anos”, encontramos o Plano de Ação do PDDE – ES do ano de 2013, assim como a ata de reunião digitalizada onde constava o nome de todos os participantes no dia do encontro e decisão sobre o futuro uso da verba.



Figura 36 - Plano de Ação PDDE-ES. Fonte: MEC

Ao preencher o Plano de Ação, em 2013, a escola poderia fazer a opção por contemplar três ações passíveis de financiamento:

1. Apoiar a criação e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida);
2. Promover a adequação do espaço físico, visando à destinação apropriada de resíduos da escola, eficiência energética e uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes; e
3. Promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola.

A EMEF Imperatriz Leopoldina deu prioridade ao item 1.

Plano de Ação	
Ações	
1 - Apoiar a criação e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida)	
Matriz Orçamentária	Nome da Ação
13.	Produção de vídeo
12.	chamadas ambientais para a rádio comunitária.
11.	Elaboração e atualização de um blog.
10.	Produção de boletins bimestrais
9.	Oficina de Educomunicação
8.	Fórum da Agenda 21 escolar
7.	Oficina de Futuro
6.	Oficinas de Mapeamento Socioambiental Participativo
5.	Saídas de Campo para reconhecimento da realidade Global/Local
4.	Seminário 02: Redes e Educomunicação Socioambiental
3.	Seminário 01: Educação Ambiental e Métodos Participativos
2.	Palestra Mudanças Ambientais Globais
1.	Palestra Agenda 21 escolar
2 - Adequar o espaço físico, visando à destinação apropriada de resíduos da escola, eficiência energética e uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes	
3 - Promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola	
Anexar Ata do Plano de ação	
Ata do Plano de Ação:  Ata Escola Sustentável W.pdf	
Descrição do documento: ATA DE ASSEMBLEIA DA REUNIAO DA COMUNIDADE ESCOLAR	

Figura 37- Plano de Ação PDDE ES - EMEF Imperatriz Leopoldina. Fonte: MEC

Ao acessar a ata de reunião foi possível contatar que estiveram presente no dia da reunião para a tomada de decisão “professores, funcionários, outros profissionais da educação, alunos, pais de alunos e outros membros da comunidade escolar”. A decisão primordial da EMEF Imperatriz Leopoldina foi por criar e fortalecer a Com-Vida da escola, para isso optaram por realizar (conforme ata de reunião):

- Palestra sobre o histórico da Agenda 21 no Brasil e seu desenvolvimento no espaço escolar;
- Palestra sobre o papel da escola no enfrentamento das alterações ambientais globais impostas pelo homem, nas dimensões éticas, políticas, culturais, sociais, econômicas e ecológicas; Histórico da Educação Ambiental e seus métodos participativos de intervenção na realidade; Apresentação do processo de redes no Brasil e na Educação Ambiental e de processos de Educomunicação Socioambiental;
- Quatro saídas de campo destinadas a locais públicos e ou aberto a visitação para constatação de conhecimento previamente discutidos;
- Duas oficinas sobre história e estruturas de apoio;
- Duas oficinas sobre ambiente e socioeconomia;
- Duas oficinas sobre base populacional e diversidade;
- Duas oficinas sobre conflitos e atores;

- Duas oficinas sobre arenas, foros e coletivos divididas em várias etapas na qual dividirei em blocos:
  - 1º Bloco - Etapa um: de uma árvore dos sonhos; Etapa dois: Pedras no Caminho; Etapa três: Jornal mural;
  - 2º Bloco – Etapa um: Com-Vida para ação; Etapa dois: Espaços de decisões coletivas;
  - 3º Bloco – Etapa um: Rádio; Etapa dois: Vídeo; Etapa três: Jornal e Fanzine; (boletins bimestrais sobre o projeto e demais informações entregues para a publicação; elaboração e atualização de um blog como instrumento de divulgação e debate socioambientais; produção de chamadas ambientais com informações do projeto e demais informações para a radio comunitária; produção de um vídeo atividades do projeto);
- Aquisição de um notebook, material didático pedagógico, contratação de serviços de formação para os professores e aluguel de ônibus e vans.

Como percebemos foram muitas as ações planejadas pela escola para serem realizadas no ano de 2014. Seria impossível que em apenas um mês a escola conseguisse contemplar essas ações. Então li novamente o Guia do PDDE-ES e encontrei um item que dizia: “Quem recebeu o recurso e não executou no mesmo ano deve reprogramar. Para reprogramar é necessário preencher o formulário intitulado *Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa e de Pagamentos Efetuados*<sup>69</sup>” (BRASIL, 2014b, p.18). O formulário deveria ser preenchido e entregue à secretaria de educação até o dia 31 de dezembro do ano de 2014. Outra orientação era que na *prestação de contas* realizada pela escola no final do ano fosse informado o motivo da reprogramação do saldo. “O recurso do PDDE Escolas Sustentáveis poderá ser 100% reprogramado para utilizar no ano seguinte ao do crédito” (Ibidem, P 18).

Em visita à escola EMEF Imperatriz Leopoldina, passei todas as informações diretora, assim como também o Projeto criado pela Com-Vida e enviado para o MEC referente a IV CNIJMA no ano de 2013<sup>70</sup>. Ela me atendeu muito rapidamente, sendo que teve que trancar a porta de sua sala para que não fôssemos interrompidas. Por diversas vezes fomos interrompidas. Ela relatou que havia agendado uma visita com a Diretoria Administrativo-Financeira localizada na Secretaria de Educação de São Leopoldo, para receber orientações

<sup>69</sup> Formulário Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-consultas>>. Acesso em: 20 nov 2014.

<sup>70</sup> Projetos cadastrados na IV CNIJMA por UF – Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/noticias/9-outros-destaques/109-projetos-cadastrados-na-iv-cnijma-por-uf>>. Acesso em 20 nv 2014.

quanto à realização da prestação de contas e a reprogramação da verba do PDDE- ES. No mês de dezembro de 2014, entrei novamente em contato com a escola e a diretora me informou que havia realizado a reprogramação da verba do PDDE-ES e estava concluindo a prestação de contas.

O que pude perceber foi o modo, por ser uma proposta recente, como PDDE-ES está chegando às escolas. A falta de comunicação foi evidente, em relação a todos os seguimentos (MEC, SEDUC, SEC), porém essa falta se evidenciou mais localmente, no interior da escola. A passagem de uma gestão escolar para outra deveria ser um processo contínuo. Afinal, todos são professores e estão na escola para trabalhar *para e com* a educação.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas o recurso do PDDE-ES passa a ser um incentivo e acredito que será uma grande contribuição para a construção de ESs. São os primeiros movimentos de um projeto permanente de educação para a sustentabilidade que busca ir ao encontro de cada realidade local. Minha curiosidade está em *ver* como serão os resultados desse processo nos anos que se seguem.

### **3.3 Escola e a Política Pública**

Nesse tópico trarei o relato de experiência da participação da EMEF Henrique Bier na IV CNIJMA e seus muitos desdobramentos. Como relatei no início deste capítulo na EMEF Henrique Bier, eu tinha o tempo disponível para realizar encontros com os alunos do Projeto *Fazendo um Mundo Melhor*, porém eles não. E isso não era o que se esperava para uma escola que se propõe a caminhar para a sustentabilidade. Essas ações ocorreram até final de maio do ano de 2014, quando através das pesquisas sobre as ESs descobri a IV CNIJMA.

As orientações trazidas no livroto *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis* eram para que fosse organizada uma conferência na escola, definida como “um processo democrático de diálogo e participação no qual as pessoas se reúnem, discutem os temas propostos, expõem diversos pontos de vista, deliberam coletivamente e, a partir dos debates, escolhem representantes que levam adiante as ideias acordadas entre todos” (BRASIL, 2012, p.6). E também como a que tem a intenção de estimular “o debate de propostas para tornar ainda mais efetiva a aplicação das leis que normatizam a educação, em particular o Plano Nacional de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei nº 9.394/1996) e a Lei nº 9.795/1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental”. (BRASIL, 2012, p. 4).

Como vimos, desde 2003, a juventude brasileira vem recebendo o incentivo dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente para a participação nas decisões políticas referentes a educação ambiental, através de conferências. A primeira edição de CNIJMA ocorreu em 2003, com o tema Vamos Cuidar do Brasil, a segunda em 2005/2006, Vamos Cuidar do Brasil – Vivendo a Diversidade na Escola e a terceira em 2008/2009, com o tema Mudanças Climáticas.

A IV CNIJMA (em 2013) ampliou o tema de discussão para Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis. O livreto com o passo a passo para essa conferência sugeria, assim como as conferências anteriores, que fosse

- Criada uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – Com-Vida e esta precisaria organizar conferências estendendo a participação à comunidade com o tema Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis;
- Elaborado um Projeto de Ação, baseado em conhecimentos adquiridos na escola e nos materiais disponibilizados pelo MEC para a realização da IV CNIJMA;
- Criado um material de educomunicação<sup>71</sup> para divulgar o projeto;
- Escolhido um delegado ou delegada (e suplente); e
- Partilhado o resultado do trabalho com outras escolas e com a comunidade.

Após a conferência na escola as próximas etapas seriam em nível regional, estadual e nacional. A partir de então, como já havia um grupo na escola Henrique Bier que estava discutindo sobre assuntos relacionados aos problemas socioambientais, os encontros passaram a seguir os mesmos rumos da conferência. Foi apresentada a proposta aos alunos do projeto e estes decidiram participar do processo. O que mais os deixou estimulados foi a possibilidade de algum deles ir para Brasília, representando a escola na última etapa da conferência.

Em 2013, foi realizada a primeira CNIJMA na EMEF Henrique Bier. Participaram desse encontro, além dos alunos do projeto *Fazendo um Mundo Melhor*, professores, líderes e vice-líderes das turmas, familiares, associação de bairro, entre outros atores. Os alunos e professores do turno da manhã também foram convidados, porém o problema permanecia: Os alunos do turno da tarde tinham que sair de sala em horário de aula.

Nesse mesmo período, preocupada com os conflitos internos (principalmente relacionados à violência física e depredações) a supervisora da escola, Hortência, buscou soluções. Visitou várias escolas e leu estudos realizados por estas com a intenção de conhecer

---

<sup>71</sup> “Educomunicação é uma maneira de unir educação com comunicação que defende o direito que as pessoas têm de produzir e difundir informação e comunicação no espaço educativo” (BRASIL, 2012, p.7).

os projetos bem sucedidos, “*porém nenhum refletia a realidade da escola Henrique Bier*” (Hortência).

A EMEF Henrique Bier está localizada em uma das regiões mais carentes e violentas do município da cidade de São Leopoldo/RS. Não há ruas asfaltadas e o saneamento básico é precário. A escola é frequentada por aproximadamente 900 alunos, sendo vários filhos de catadores de resíduos ou de funcionários da usina de reciclagem localizada no bairro. Além disso, alguns, pais e alunos, estão relacionados ao tráfico de drogas e a prostituição.

Pensando na realidade da comunidade e nos problemas internos da escola, Hortência criou uma proposta de projeto que tinha como objetivo o de, a partir das “*situações de conflitos, buscar oportunidades de crescimento e aprendizagem*” (Hortência). Primeiramente ela pensou em como diagnosticar o motivo da existência dos problemas na escola através de um instrumento de pesquisa, porém já estávamos no meio do ano e isso tomaria muito tempo e segundo ela “*não se sabia ao certo que instrumento aplicar*”. Hortência, então procurou a coordenadora do PSE – Programa Saúde na Escola<sup>72</sup> e a coordenadora do NGPEA e apresentou a proposta de ação que consistia, em algumas etapas: 1ª Etapa: Aplicação de instrumento diagnóstico; 2ª Etapa: Criação de Grupo de Mediação de Conflitos; 3ª Etapa: Capacitação do Grupo de Mediação de Conflitos; 4ª Etapa: Ações do Grupo de Mediação de Conflitos. A última etapa incidia em produção de jornal interno; utilização da rádio da escola; incentivo ao recreio saudável; resgate do Grêmio Estudantil, que na época estava desativado; incentivo ao esporte; promoção de eventos de integração entre escola e comunidade; ações na comunidade; formação de grupo de convivência para identificar as necessidades da comunidade; fortalecimento da Rede Socioassistencial e parcerias que visassem promover uma cultura de paz na comunidade.

Em conjunto, coordenadora do PSE, coordenadora do NGPEA e supervisora Hortência tomaram a decisão pela realização do diagnóstico através de conferências, “*uma vez que o prazo, de um trimestre, estava se esgotando e, realizando questionário, a tabulação dos dados seria demorada*” (Hortência). A alternativa “conferência” foi levantada pela coordenadora do NGPEA justamente pela ocorrência da IV CNIJMA.

Hortência então procurou o projeto *Fazendo o Mundo Melhor* que já estava iniciando esse processo, passou a se aprofundar sobre o tema “conferência” e, concomitante a isso, a

---

<sup>72</sup> Instituído pelo Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, com o objetivo de “contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde”.

SMED, como apoio à proposta, cedeu 20h semanais para execução do projeto. Segundo o livreto *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis*

Pode ser recomendável que a direção da escola destaque uma pessoa de referência para respaldar a ação da Com-Vida, a fim de facilitar a continuidade das iniciativas. Essa pessoa deve ser preferencialmente alguém do corpo funcional permanente da instituição, com carga horária disponível para esse trabalho e que atue como facilitador na formação e consolidação da Com-Vida, sobretudo do ponto de vista operacional. (BRASIL, 2012, p. 33)

Em conversa com Angélica (coordenadora do NGPEA) ela salientou “*a importância deste investimento da SMED num professor articulador que planeja as ações para construir conhecimentos percebendo o ambiente local*” e também destacou “*a importância da busca das articulações com outras Secretarias do governo nas ações de entorno. Isso é caminhar para a construção de um ambiente melhor*”.

A partir de então as conferências passaram a ser realizadas quinzenalmente, tanto pela manhã como pela tarde. Os alunos não precisaram mais sair de sala de aula em período de estudos, pois passaram a frequentar os encontros no turno oposto ao de aula. Hortênsia assumiu um papel fundamental para a ampliação dos projetos já existentes na escola, principalmente o projeto *Fazendo um Mundo Melhor*. Ela passou a incentivar a comunidade escolar a se reunir em conferência com o propósito de debater sobre os temas socioambientais da escola e seu entorno.

Como já havia relatado, esse processo teve início em junho de 2013, através de encontros realizados no auditório da escola. Contou com a participação de representantes de turmas (líderes e vice-líderes) e demais alunos que tivessem interesse, assim como Grêmios Estudantil, Programa Mais Educação, PSE, professores, equipe diretiva, Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres. No primeiro encontro foi apresentada a história das conferências e explicado o passo a passo a ser seguido, através de vídeo<sup>73</sup>, assim como foi dado destaque à importância da criação de uma Com-Vida.

---

<sup>73</sup> Video Passo a Passo para CNIJMA- Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=t\\_3gRibbAHs&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=t_3gRibbAHs&feature=youtu.be)>. Acesso em: 15 jun 2013.



Figura 38- CNIJMA EMEF Henrique Bier. Foto: Sandra Grohe.



Figura 39- Ata CNIJMA – EMEF Henrique Bier. Foto: Sandra Grohe.

Ao todo foram realizadas quatro conferências, onde foram identificados os problemas encontrados na escola e comunidade, através de rodas de conversa e explanação para o grande grupo. Os principais problemas identificados foram: Na escola – A violência física e verbal, o *bullying*, a depredação e o descarte indevido de resíduos. No bairro – Falta de lixeiras e calçadas nas ruas; queima das matas e de resíduos; poluição do arroio; falta de áreas de lazer; descarte indevido de resíduos; desperdício de água, violência e falta de segurança.

A partir desse diagnóstico as ações do projeto criado por Hortênsia foram revisadas e estruturadas. Um exemplo foi a proposta para criação de uma comissão de mediação de conflitos, que se efetivou com a criação de uma Com-Vida. Essa comissão contou com a participação de dois representantes de 5º a 9º anos, totalizando trinta alunos, mais três representantes do Grêmio Estudantil, dois representantes da comunidade e pais, dois representantes dos professores, um representante da direção, e Conselho Escolar.

A Com-Vida foi representada por uma delegada, escolhida entre os alunos de 6ºs e 9ºs anos. Aqueles que demonstraram interesse em ser delegado (a) teriam que defender o motivo pelo qual estavam se candidatando. Verônica foi muito convincente ao alegar que gostaria de ajudar a comunidade a melhorar a qualidade de vida. O voto para a escolha da delegada foi aberto e democrático. Verônica disse: “*Quero ajudar a mudar a realidade do bairro, pois penso no futuro de meus filhos e não é essa realidade que quero para eles*”. Conforme a *Cartilha Passo a Passo para a Conferência na Escola* o (a) delegado (a) tem a missão principalmente de “animar a turma para acompanhar e colocar em prática tudo o que foi decidido durante a Conferência na Escola por meio da Com-Vida e fazer parte da rede de jovens comprometidos com questões ambientais que está se formando em todo o Brasil” (BRASIL, 2012, p.30).

Com a criação da Com-Vida, passou-se a refletir sobre as mudanças ambientais globais através dos quatro elementos (Terra, Fogo, Água e Ar) trazidos na *Cartilha Passo a Passo para a Conferência na Escola+ Educomunicação* (BRASIL, 2012) e *Cadernos Mudanças Ambientais Globais: pensar + agir na escola e na comunidade* (BRASIL, 2008), assim como foram relacionados aos problemas da escola e comunidade apresentados em conferencia. Para complementar os estudos e identificar com maior clareza os problemas trazidos, a comissão realizou uma saída de campo sob a orientação de um biólogo<sup>74</sup>, onde foi verificada a situação do bairro. Nesta saída foram encontrados muitos resíduos espalhados dentro e fora das casas, falta de saneamento básico, ruas sem calçamento, animais doentes e o arroio visivelmente recebendo resíduos e dejetos.



Figura 40- Descarte indevido de resíduos. Foto: Cristina Santos.



Figura 41- Coleta para análise. Foto: Cristina Santos.

Depois da saída de campo, a Com-Vida se reuniu para discutir e elaborar uma proposta de ação. Após algumas discussões, acertos e desacertos, foi criado o projeto *Água Viva*. De acordo com a argumentação de uma das alunas o nome do projeto está baseado na realidade encontrada e na necessidade de água para que todo ser vivo possa sobreviver. Outro motivo foi porque a água traz vida e também está “viva”, isso foi constatado durante as observações realizadas no arroio, onde encontraram muitos micro-organismos, insetos e animais vivendo nele.

A Com-Vida, com o intuito de relatar os resultados sobre a qualidade da água do arroio e apresentar um cronograma com as ações pré-estabelecidas a partir dos problemas

<sup>74</sup> O biólogo coordena, na EMEF Henrique Bier, um programa de ação socioeducativa, vinculado à Diretoria de Ação Social da Unisinos, que envolve alunos da escola em projetos mediados por trabalhos na horta no contraturno escolar.

trazidos pela comissão, elaborou um vídeo comprovando a contaminação e poluição do arroio e problemas encontrados e apresentou em conferência para 47 pessoas, entre elas professores, alunos, familiares e representantes da comunidade.

A partir de então foi definido um objetivo para o projeto, o de “sensibilizar a comunidade local para os perigos e consequências de se conviver próximo a locais com água contaminada e poluída”. O cronograma foi elaborado a partir das orientações trazidas na *Cartilha Passo a Passo para a Conferência na Escola* (BRASIL, 2012, p.22).

O quê?	Quem/Com quem?	Como?	Quando?	Materiais e custos
I Conferência na Escola	Professores, Equipe Diretiva, PASEC, PSE, CONDADE, CPM, CE, GE, Mais Educação, Alunos e Comunidade.	Através de convite e Power Point	05/06/13	Reserva do auditório da escola, sistema de som (caixa de som e microfone), computador projetor, cartazes para divulgação do evento.
Proposta de projeto para apresentação na II Conferência na Escola	COM-VIDA	Através de reunião e saída de campo	12/06/13	
II Conferência na Escola	COM-VIDA, alunos, professores e comunidade.	Através de convite e Power Point	19/06/13	Reserva do auditório da escola, sistema de som (caixa de som e microfone), computador projetor, cartazes para divulgação do evento.
Coleta dos dados/amostras	COM-VIDA e PASEC	Através de coleta da água do arroio em diversos pontos	17/07/13	Dois pares de luvas de borracha, dois pares de botas de borracha, uma rede entomológica aquática, álcool 70% e cinco recipientes de vidro com tampa de rosca.
Análise dos dados coletados	PASEC	Através de análise sensorial e laboratorial	18/07/13 a 18/08/13	
Análise dos resultados e elaboração das ações a serem desenvolvidas.	COM-VIDA e PASEC	Através de reuniões	19 a 30/08/13	
III Conferência na Escola.	Professores, Equipe Diretiva, PASEC, CPM, CE, GE, Mais Educação, Alunos	Apresentação em Power Point dos resultados e ações pré-estabelecidas	04/09/2013	Reserva do auditório da escola, sistema de som (caixa de som e microfone), computador projetor, cartazes para divulgação do evento.

*Tabela 5- Cronograma ilustrativo de algumas ações. Fonte: Com-Vida EMEF Henrique Bier.*

Após a apresentação do projeto em conferência e acordado entre os membros da Com-Vida, o próximo passo foi a divulgação, através de cartazes e panfletos, construídos pela Com-Vida, para a escola e a bairro. Um grupo com mais ou menos cinco alunos passaram nas salas de aula, assim como outro passou nos estabelecimentos comerciais e algumas casas da comunidade.

Nas salas de aula foi realizada uma exposição de todo o cronograma planejado e nos estabelecimentos e casas da comunidade foi realizada uma conversa, na qual os alunos contavam o que estava acontecendo na escola, assim como realizaram entrevista com questionamentos voltados ao descarte indevido de resíduos no bairro. Por fim, era anexado às portas e paredes registro de visita, para que os outros componentes da Com-Vida, que fossem realizar a visita no turno oposto, identificassem a casa que já havia sido visitada.



Figura 42- Apresentação do Projeto Água Viva para escola.  
Foto: Com-Vida.



Figura 43- Divulgação do projeto na comunidade. Foto:  
Com-Vida.

Setenta e duas casas, localizadas próximas ao arroio, foram visitadas entre manhã e tarde. Em outro momento, no laboratório de informática, as entrevistas foram separadas pela Com-Vida, conforme respostas dadas. Esse processo levou algumas semanas, pois havia a necessidade de uma professora acompanhar os alunos no laboratório. Então uma tarde por semana o laboratório era usado pelos alunos da Com-Vida. Os alunos liam as respostas e as separavam conforme afinidade. Com as respostas separadas, ambas eram tabuladas em um programa de computador.



Figura 44- Analisando respostas. Foto: Sandra Grohe.



Figura 45- Tabulando respostas. Foto: Sandra Grohe.

Foram construídos gráficos representativos em formato de pizza para melhor visualização dos resultados obtidos. Para isso foi necessário pedir auxílio da professora de

Matemática que disponibilizou algumas horas de seu planejamento para ensinar os alunos a construir os gráficos. Exemplos de algumas perguntas e alguns resultados obtidos:

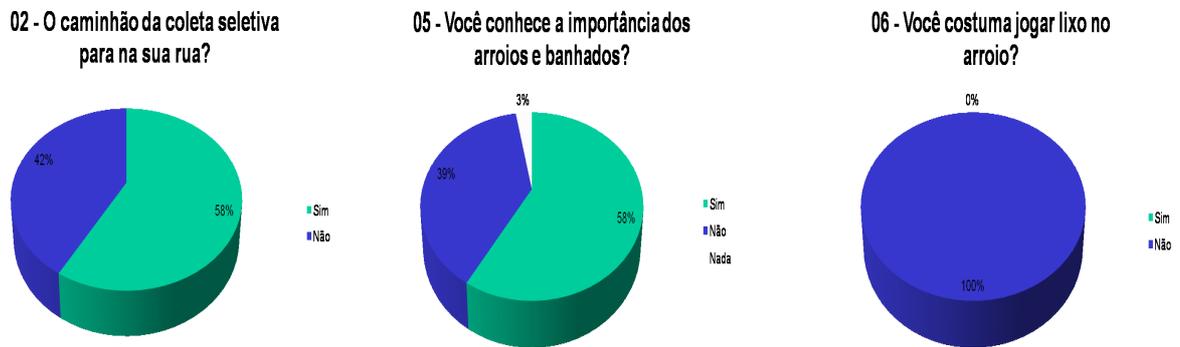


Figura 46- Gráficos construídos pela Com-Vida.

Como podemos perceber, no terceiro gráfico, das setenta e duas famílias visitadas nenhuma assumiu a responsabilidade pelo descarte indevido do “lixo” no arroio. Porém assinalaram que o motivo de o arroio estar poluído era por “culpa” das pessoas do próprio bairro. E alguns disseram: “*É assim mesmo. Eles jogam pela janela!*”. A pesquisa foi importante para que houvesse o entendimento da Com-Vida de que nem todos moradores do bairro tem ciência da importância do arroio, ou como eles denominam, valão. Uma das alunas durante as análises disse: “*Professora é um buraco e quando chove a água leva o lixo embora, por isso jogam ali*”. Pode parecer obvio que ao jogar “lixo” no arroio estamos poluindo a água que sai da torneira. A Com-Vida ao compartilhar o motivo da pesquisa e apresentar o projeto fez um alerta para a responsabilidade que cada um tem com o arroio, o lugar onde vivem. A intenção foi a de alertar e envolver a comunidade quanto a proteção de um bem comum.

A próxima etapa consistia em apresentar o projeto para os gestores municipais com o intuito de solicitar apoio para a realização das ações planejadas. Segundo o livreto *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis* é importante fazer com que o projeto chegue aos gestores públicos, aos vereadores da cidade, aos deputados federais e às autoridades locais. Desta forma, é possível “de fato transformar a realidade e influenciar a política pública do lugar onde vivemos” (BRASIL, 2012, p.44).

Através das fotografias tiradas em saída de campo, foi apresentado o projeto às autoridades que se fizeram presentes na escola, entre elas representante da Secretaria da Educação (SMED), Secretaria de Meio Ambiente (SEMMAM), Secretaria de Serviços Públicos (SESP) e Secretaria de Serviço de Água e Esgoto (SEMAE). A Com-Vida revelou o que não estava visível aos olhos dos gestores e provocou desconforto. Segundo Tim Ingold

(2010,p.21), “mostrar alguma coisa a alguém é fazer esta coisa se tornar presente para esta pessoa, de modo que ela possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentindo.” Até então do lugar onde as autoridades estavam, não podiam *ver* a realidade encontrada no bairro. Elas foram sensibilizadas através das fotos e depoimentos dos alunos, que relataram os problemas e manifestaram seus desejos.



Figura 47- Apresentação da Com-Vida para gestores municipais. Foto: Cristina Santos.



Figura 48- Com-Vida e Gestores Municipais. Foto: Crisitna Santos.

Após a apresentação, as entidades presentes realizaram, a convite dos alunos, uma caminhada pelo bairro para *ver* de perto os problemas socioambientais apontados no projeto. Segundo Hortência, “*essa apresentação foi muito importante para a comissão, escola e bairro, pois conseguiram sensibilizar as entidades para os problemas que a comunidade está enfrentando, além de firmar parcerias*”. A parceria foi firmada e a proposta de outro encontro foi sugerida, porém fora do espaço escolar. Então foi acordado um próximo encontro, que foi agendado para acontecer na SMED.

Como combinado, reuniram-se integrantes da Com-Vida, vice-prefeito, associação do bairro e representantes de secretarias, para discutirem sobre possíveis ações que trariam melhorias para escola e bairro. Uma nova configuração de papéis, de linguagens, de espaços e de tempos se estabeleceu. Tanto a voz do vice-prefeito quanto a voz dos alunos passaram a ser ouvidas.



Figura 49- Reunião do MBM na SMED. Foto: Cristina Santos.

A relação passou a ser horizontal através do exercício do *compartilhar com*. A partir dessa parceria foi criado o *Movimento Bairro Melhor (MBM)* que passou a realizar encontros mensalmente para discutir os problemas da comunidade.

A escola passou a ser vista como referência em EA no município, assim como a Com-Vida foi convidada a participar de diversos eventos fora do espaço escolar. Esses desdobramentos, ainda que iniciais, foram se configurando em outros modos de ser, ver e dizer, assim como, possibilitou outros modos de perceber a realidade.

A Secretaria Municipal de Educação, através do NGPEA, juntamente com a Administração Pública, através de várias Secretarias e Instituições passaram a protagonizar ações de forma conjunta para uma melhoria da qualidade de vida da comunidade. O grupo determinou como objetivos: “possibilitar o protagonismo comunitário; sensibilizar a comunidade para a importância de preservar o bairro onde vivem; e estimular a construção de uma identidade de pertencimento com o espaço social e ambiental, visando a qualidade de vida”<sup>75</sup>. Esses objetivos vão ao encontro da reflexão trazida por Júlia Machado (2014, p.181) sobre a transformação da escola a partir da capacidade “de promover ações articuladas com as políticas públicas centrais, empoderando a comunidade no protagonismo das transformações que a escola precisa passar”.

A primeira ação do MBM, ainda que simbólica, foi a realização de um mutirão de limpeza na comunidade, porém como a escola já havia passado por essa experiência, sabia-se que seria apenas uma ação pontual. O cuidado com o lugar, no caso o bairro, ainda estava restrito ao espaço da casa de cada morador e em muitas vezes, como vimos nos registros fotográficos, nem a casa. O que se percebia era uma comunidade ainda em processo de construção do sentimento de pertencimento.

Pelos relatos de professores e alunos mais antigos na escola, quando ela foi inaugurada, em 2001, não existiam muitas casas na comunidade. O bairro foi se constituindo a partir do ano de 1989 através de ocupação irregular. Segundo o livro *Memória Escolar: Escolas Municipais de São Leopoldo* (RAHMEIER et al, 2008) diversas famílias “vieram de vários pontos do interior do estado, assim como dos estados do Paraná e Santa Catarina, em busca de alternativa de trabalho e também como participantes do MST (Movimento dos Sem Terra)”.

Mesmo tendo ciência dessa realidade, o MBM, como forma de iniciar o movimento, realizou o mutirão com o auxílio de diversas secretarias municipais, Com-Vida e comunidade, totalizando umas cinquenta pessoas. Essa foi uma ação de sensibilização para a situação do bairro, uma forma de chamar atenção para os problemas encontrados.

---

<sup>75</sup> Objetivos extraídos do Memorando Circular de nº03 /2013, enviado pelo Vice- Prefeito de São Leopoldo aos secretários municipais. Data: 06 nov 2013.



Figura 50- Mutirão por um bairro melhor.Foto: Cristina Santos.



Figura 51- Limpeza ao redor da escola.Foto: Cristina Santos.

Essa atividade se estendeu durante a semana de sua realização e culminou em um evento na associação de moradores. Durante esse evento a professora Hortência, juntamente com a Com-Vida, apresentou o projeto *Água Viva*. O evento contou com apresentação de teatro, hip-hop, sebo itinerante, atendimento médico, ouvidoria (os moradores podiam dar sugestões de melhorias para o bairro).



Figura 52- Com-Vida apresentando projeto para a Comunidade. Foto: Dilce Rosa.



Figura 53- Ouvidoria na comunidade. Foto: Dilce Rosa.

Foi um evento pontual, porém positivo, pois mobilizou moradores e, conforme depoimento de alguns dos presentes, foi um momento para que as autoridades olhassem para o bairro e, também, a comunidade pudesse se olhar. A sugestão foi que esses momentos se repetissem e que não se resumissem apenas ao evento, mas que continuasse com a efetivação das ações.

É sabido que o poder público também passa por dificuldades financeiras, sendo uma das barreiras para a implementação de políticas públicas capazes de contribuir para a melhoria e qualidade de vida de um bairro.

Nenhum governo sozinho pode, neste momento, dar conta de tantos problemas. [...] O que aparece como uma luz no fim do túnel é o compartilhar responsabilidades, somar esforços e coordenar ações, a fim de melhor aproveitar os recursos materiais e humanos. Isto significa envolver a sociedade na formulação e implementação de políticas públicas redefinindo prioridades para incluir a proteção do bem comum e os desejos e anseios da população. (BRANDÃO, 2005, p.162)

Porém também temos o conhecimento da construção vertical ( de cima para baixo) das políticas públicas, distantes da realidade de quem irá implementá-las (MACHADO, 2014). A experiência iniciada na EMEF Henrique Bier partiu de um problema interno e se entendeu para os problemas externos. A escola foi influenciada a *ver* sua realidade a partir de uma proposta que veio de cima, planejada e pensada por “outros”. O diferencial desta proposta é que ela se propõe à criação de “um pacto com a totalidade da comunidade escolar, buscando a sinergia entre a gestão, o currículo, os espaços físicos e as relações de cidadania” (MACHADO, 2014, p.185).

Um pacto foi estabelecido através do MBM, mas ele estava a perigo, pois com a chegada do final do ano o “medo” era que ele enfraquecesse ou até mesmo se diluísse. Com o intuito de fortalecer os laços e dar continuidade ao movimento foi proposta uma reunião, na Associação de Moradores, onde foi realizada uma avaliação das ações até então concretizadas. Durante o encontro a Com-Vida explanou suas constatações em relação ao mutirão.



Figura 54- Encontro MBM na Associação de Moradores.  
Foto: SANTOS, Cristina.

Através de uma saída de campo alguns dias antes da reunião, foi constatado que muitas das ações que foram acordadas, não se consolidaram. Uma delas foi a referente a limpeza do arroio. A secretaria responsável pela ação estava presente no encontro e alegou que o equipamento a ser usado estava estragado e no momento não havia como realizar a limpeza. Em relação à limpeza das ruas, a equipe de limpeza enviada pela prefeitura recolheu os resíduos apenas ao redor da escola. O MBM então, após primeira análise das possibilidades e viabilidade de uma nova ação, acordaram que durante as férias escolares de verão, entre

dezembro e fevereiro, as secretarias responsáveis pela limpeza dos arroios e ruas do bairro continuariam o trabalho. As anotações realizadas pela ouvidoria foram encaminhadas às secretarias municipais responsáveis e ambas ficaram de averiguá-las.

Em relação aos desdobramentos da IV CNIJMA, a escola não participou da etapa estadual e nacional, pois não encaminhou a tempo o projeto *Água Viva* para a Comissão Organizadora Regional – COR. Ao entrar em contato com a Coordenadoria Regional de Educação – CRE, o prazo já havia expirado, por esse motivo não foi contemplada para participar da seleção para a Conferência Estadual e Nacional. Porém realizou o cadastramento dos resultados da Conferência na Escola no site da Conferência no prazo estipulado pelo MEC. A IV CNIJMA é dividida em quatro etapas: Conferência na Escola, Conferência Regional, Conferência Estadual e Conferência Nacional.

De volta às aulas, em 2014, a Com-Vida realizou o primeiro encontro do ano, com o intuito de retomar o projeto *Água Viva*, assim como repensar o objetivo e caminhos do grupo. O encontro se resumiu em discutir sobre algumas questões: Por que participar da Com-Vida? O que cada um quer com essa participação? Essas questões foram refletidas em pequenos grupos e depois discutidas em roda de conversa no grande grupo. A sugestão foi que a partir do que refletiram fosse em um próximo encontro criada uma poesia ou um Rap contemplando as respostas trazidas pelos alunos.

No segundo encontro, no mês de março, algumas inquietações foram trazidas pelos alunos. Uma delas foi à constatação de que “*o bairro continuava do mesmo jeito*”. Para averiguar as afirmações, foi combinada uma saída de campo com alguns componentes do grupo. Em relação à escola os alunos sugeriram uma ação mais rigorosa quanto ao destino dos resíduos. Então ficou combinado que durante a semana os alunos pensassem em como solucionar esse problema.

Também foi sugerida a criação de uma página na internet para que o trabalho realizado pela Com-Vida fosse compartilhado com as pessoas da própria escola, assim como outras escolas do município. Alguns alunos alegaram que com a partilha das ações poderiam conhecer outras escolas que já realizavam ações parecidas, assim como poderiam partilhar e ampliar o que já haviam realizado. Eles já haviam criado cartazes para divulgação interna, assim como apresentações em Power Point.

Segundo o livreto *Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação (BRASIL, 2012)* o ideal é sistematizar as ações planejadas através de um material de Educomunicação. Então foi criada com o auxílio das professoras de Informática a página na Internet da Com-Vida da EMEF Henrique Bier. Nela foram inseridas inicialmente

fotos de algumas ações, assim como o Rap da Com-Vida que foi criado a partir das reflexões do coletivo.

### **Com-Vida em Ação**

#### **Rap Com-Vida Emef Henrique Bier**

Eu venho pra Com-Vida pra aprender  
Mas não se engane assim tão fácil  
é difícil de entender

Pra entrar na Com-Vida  
tem que ter responsabilidade  
Entrando nesse mundo  
você sai da malandragem

A Com-Vida tem várias atividades  
Então preste atenção  
que isso é realidade

Nosso bairro um dia vai ter que mudar  
Todos juntos parar pra pensar

A Com-Vida está aqui para ajudar  
E você pode cooperar

Acreditar que sonhar é preciso  
Cuidar do Rio dos Sinos  
deixando nossos peixes vivos

A Com-Vida quer ajudar  
o meio ambiente  
Para mudar  
aquilo que é a gente

O que se percebe é o pensamento do grupo voltado para o bairro e cidade. A possibilidade de mudança é trazida a partir da ação em conjunto, porém para isso há a exigência de responsabilidade e cooperação. Esse passou a ser o “hino” referência da Com-Vida da EMEF Henrique Bier. Uma construção significativa e coletiva.

A Com-Vida, preocupada com os problemas persistentes no bairro, agendou uma reunião com o MBM. A reunião aconteceu na SMED e a partir dos relatos dos alunos a Secretaria de Serviços Públicos - SESP solicitou a realização de um mapeamento das áreas de acúmulo de resíduos do bairro. Então Hortência, com um grupo de alunos da Com-Vida realizou uma saída de campo para averiguar o estado do bairro. Com uma câmera digital em mãos os alunos foram registrando os pontos com maior acúmulo de resíduos, assim como

foram anotando os endereços dos locais. Com as informações em mãos a Com-Vida, juntamente com Hortência, criaram um mapa ilustrativo com os pontos “Limpos” e “Não limpos”.



Figura 55- Acúmulo de resíduo. Foto: Com-Vida.

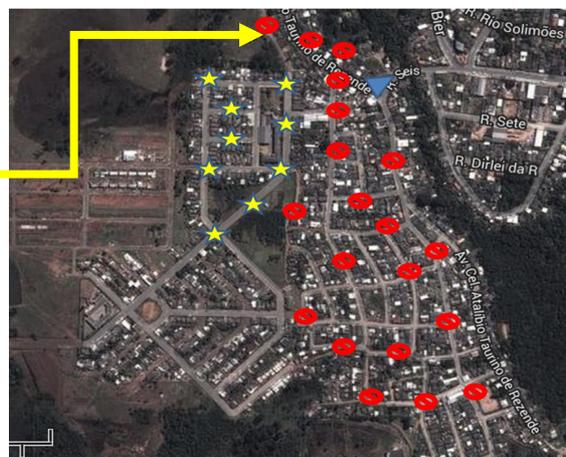


Figura 56 – Mapa do bairro. Locais limpos e não limpos. Foto: Cristina Santos.

Foi averiguado que apenas ao redor da escola (estrelas) não existiam resíduos jogados a céu aberto, no restante do bairro foi identificado locais de descarte de resíduos indevidamente. Também foi possível identificar que existem apenas dois locais com lixeira públicas. Um contêiner em uma esquina e uma construção com tijolos que no momento estava transbordando.

Hortência apresentou para o restante da Com-Vida os resultados encontrados e um dos alunos, presidente do Grêmio Estudantil, argumentou que muitos dos resíduos descartados eram depositados no bairro por moradores de outras localidades e que a não existência de lixeiras se dá pela depredação dos moradores. “*Se colocarem contêiner eles roubam para vender o ferro e se colocarem lixeiras de plástico eles queimam*”. Então a sugestão dos alunos para uma solução possível foi que fosse construída lixeiras de tijolos e que o “caminhão do lixo” passasse com mais frequência para recolher os resíduos.

A principal fonte de renda dos moradores é a coleta de materiais recicláveis e o trabalho na Usina de Reciclagem localizada no bairro. Os resíduos encontrados nas ruas são aqueles que estão misturados e não podem ser reciclados, denominados pela Associação de Recicladores do bairro como “lixo”. Em visita a Associação de Recicladores, uma das trabalhadoras destacou que os resíduos encontrados a céu aberto no bairro são aqueles que os moradores não podem reciclar, rejeitos, como: embalagens de salgadinho, sacolas molhadas, móveis usados, etc. Para a presidente da Associação de Recicladores “*o ideal seria uma campanha no bairro para que os moradores dessem um destino correto para os resíduos que*

*não serão reciclados*”. Também Hortência buscou informações sobre a coleta realizada pela prefeitura e descobriu que pelo fato do bairro ter se constituído de forma irregular, através de invasão, e ainda conter áreas não legalizadas, o “caminhão do lixo” não pode passar por algumas ruas, pois elas “*não existem*”. Nesse momento percebi que o trabalho da Com-Vida era muito mais complexo do que se imaginava e o apoio das secretarias municipais era fundamental.

Nesse período a Usina de Reciclagem com o intuito de colaborar com melhorias para o bairro entrou em contato com a Associação de Moradores e se propôs a revitalizar a praça localizada naquele espaço. Quando os encontros do MBM foram realizados na Associação ficava observando as crianças jogando futebol no chão batido e andando de skate em pequenos espaços disponíveis nas calçadas. Segundo a diretora da escola EMEF Henrique Bier “*a escola é o único espaço de lazer no bairro*”.

A EMEF Henrique Bier oferece tudo que está a seu alcance à comunidade, além das aulas regulares, durante a semana oferece, no contraturno, dança, música, esporte e lazer, através do Programa Mais Educação que se constitui “como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral”<sup>76</sup>, assim como atividades na horta da escola através do Programa de Ação Socioeducativa na Comunidade - PASEC. O objetivo principal do PASEC é “contribuir para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes por meio do fortalecimento dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social na convivência familiar e comunitária”<sup>77</sup>. Também abre suas portas à comunidade nos finais de semana oferecendo oficina de informática, jornal, artesanato e futebol através do Programa Escola Aberta, potencializando “a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno”<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup>

Disponível

em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16690&Itemid=1115](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115)>. Acesso em 02 dez 2014.

<sup>77</sup> Ver mais em: <<http://www.unisinos.br/carreiras/site/para-aluno/voluntariado/programa-de-acao-socioeducativa-na-comunidade/10>>. Acesso em: 10 out 2014.

<sup>78</sup> Ver mais em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=16739&Itemid=811](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16739&Itemid=811)>. Acesso em 15 nov 2014.

A restauração da praça veio para ampliar o acesso a áreas de lazer e convívio público. Durante a semana e finais de semana ela pode ser utilizada pela comunidade. Está localizada em lugar fechado, seguro e aberto aos moradores.



*Figura 57- Revitalização de pracinha. Foto: Associação de Moradores.*



*Figura 58- Pracinha na Associação de Moradores. Foto: Associação de moradores.*

Logo após a inauguração da praça, Hortência precisou se licenciar, pois estava a espera de seu primeiro filho. Esse momento era esperado por todos, porém a escola não estava preparada: Quem ficaria em seu lugar? Como ficaria o projeto?

O “desafio da continuidade” (MACHADO, 2014) estava lançado. A diretora da EMEF Henrique Bier, Érica, foi colocada a par da situação e por perceber o quanto o projeto era importante para a escola e entender que havia a necessidade da continuidade, assumiu o lugar de Hortência. Para isso precisou por diversas vezes realizar encontros com a Com-Vida, assim como leituras para um melhor entendimento do que vinha acontecendo. Nesse momento pude, enquanto professora- pesquisadora me aproximar mais da gestão escolar, pois também fazia parte desse processo. Até então o envolvimento da diretora com o projeto era pontual, devido às tantas atividades internas e externas, ela havia deixado “nas mãos” da Com-Vida o projeto.

Essa mudança me fez pensar sobre outro acontecimento ocorrido na EMEF Imperatriz Leopoldina. Assim como a diretora precisou se interar do projeto e das ações, o mesmo já havia ocorrido na EMEF Imperatriz Leopoldina, na qual não tinham conhecimento do projeto encaminhado para a IV CNIJMA, assim como não conheciam o projeto de ação do PDDE-ES. Então fiz um “teste” com alguns professores da escola EMEF Henrique Bier. Muitas mobilizações, dentro e fora da escola, estavam acontecendo através do projeto Água Viva e Com-Vida. A hipótese era que todos os professores e alunos da escola estavam acompanhando esse processo. Ao perguntar aos professores se sabiam o que era a Com-Vida

e se tinham conhecimento das ações realizadas por essa comissão, fiquei surpresa com as respostas: “*Olha Sandra, eu vejo que estão fazendo alguma coisa, mas não sei bem o que*”. “*Sei que se encontram, mas não sei o que fazem*”. “*Sei que é um trabalho de EA*”. Mesmo que os alunos da Com-Vida tenham passado nas salas para expor o projeto, os professores não sabiam ao certo o que era a Com-Vida e, conseqüentemente, nem os alunos.

Relatei à diretora Érica minha constatação e ela sugeriu que o projeto fosse apresentado em uma reunião para os professores presentes. Ela recomendou que durante a reunião os professores parceiros da Com-Vida, também relatassem o trabalho desenvolvido em sala de aula. E como combinado, em reunião o projeto *Água Viva*, foi apresentado por alguns alunos da Com-Vida.



Figura 59- Apresentação do projeto *Água Viva* aos professores.  
Foto: Com-Vida.

O projeto *Inventário dos Banhados* idealizado pelo professor de Ciências também foi apresentado. O objetivo do projeto consistia em localizar as áreas úmidas do bairro, a fim de contribuir com o cuidado e proteção. Uma vez ao mês um grupo de alunos, incluindo alunos da Com-Vida, faziam uma saída de campo pelo bairro, acompanhados pelo professor, para: Localizar e catalogar as nascentes dos arroios; Localizar e descrever, os trajetos, dos arroios; Alistar plantas aquáticas; e Identificar os macroinvertebrados das áreas úmidas. Na época esse processo ainda era inicial. Destaco esse projeto como uma das tentativas de trabalho de iniciação científica que buscou unir “*informações a realizações de conservação*” e que veio ao encontro dos objetivos do projeto *Água Viva*.

A professora R2 que trabalhava assuntos relacionados a Educação Ambiental<sup>79</sup> em suas aulas, Perpétua, também contribui apresentando sua proposta. Destaco dois momentos de sua apresentação. O primeiro foi o referente ao trabalho coletivo, através da elaboração de painéis e cartazes em grupo. Segundo Perpétua, “*como havia muitos conflitos nas relações entre os alunos, era preciso desafiá-los à vivência de grupo e produção coletiva*”. Ela trouxe o exemplo da construção de cartazes, que a princípio parece ser uma atividade corriqueira,

<sup>79</sup> Assim como vimos na EMEI Arco-Íris, a professora Perpétua também era professora R2 e havia apresentado proposta de trabalho voltada para a EA.

mas que segundo ela “*promoveu discussões sobre passos e estratégias de elaboração valorizando o processo de construção*”.



Figura 60- Construção de cartazes. Foto: Leocádia Schoffen..



Figura 61- Apresentação de cartazes. Foto: Leocádia Schoffen..

Outro ponto que destaco foi o trabalho desenvolvido em sala de aula que “*ultrapassou os muros da escola*”, e aqui relacionei esta atividade com o posicionamento da coordenadora do NGPEA, Angélica. Para ela a “*EA só é EA quando ultrapassa os muros da escola*”. Perpétua realizou a atividade denominada: *Vencendo a invisibilidade de seres humanos na escola: aula com as servidoras da limpeza*, com o intuito de colaborar com a limpeza da sala de aula, porém a atividade foi além do esperado. De acordo com Perpétua os alunos não sabiam os nomes das “*tias da limpeza*” e nem quem elas eram. Para Perpétua o trabalho foi “*tão simples e tão sensacional, regado a emoção, curiosidade, estabelecimento de relações entre pessoas que convivem no mesmo espaço, ignorando não só o nome, mas a importância de cada uma para o coletivo*”. As “*tias da limpeza*” foram convidadas a participar de algumas aulas de EA.

As apresentações começaram pelo nome de cada uma que, pela constatação de Perpétua, eram desconhecidos dos alunos. Eles realizaram perguntas: *Vocês têm filhos? Onde ficam os filhos enquanto vocês trabalham? Vocês gostam deste trabalho? Quanto ganham por este trabalho? Quais as salas mais sujas? Se pudessem escolher outro trabalho o que fariam? Vocês não cansam de limpar o que os outros sujam? Entre outras.*



Figura 62- Funcionárias da limpeza. Foto: Leocádia Schoffen..

Segundo Perpétua elas responderam a todas as questões, “*falaram da organização do trabalho, das dificuldades que enfrentam, da satisfação em trabalhar na escola, na felicidade*

ao encontrarem salas onde os alunos colaboram mais com a limpeza”. Perpétua destacou um dos depoimentos trazidos por uma das funcionárias:

*“Eu nunca me senti tão valorizada como eu me senti neste trabalho. Porque nunca foi enxergado a gente neste trabalho de limpeza. Foi sempre ‘a tia da faxina’. Eu vi que nós fomos valorizadas, fomos enxergadas e os próprios alunos que não tinham educação com a gente, agora têm educação com a gente, passam pela gente e cumprimentam, enxergam a gente como gente mesmo, porque antes a gente não era enxergada como gente. Eram as tias que limpavam ali, pintavam e bordavam e era o trabalho das tias limpar. Agora eles enxergam o que a gente está fazendo. Adorei muito o teu trabalho, porque desta vez nós fomos valorizadas, fomos enxergadas.”*  
(Funcionária – 9 anos na escola)

A Com-Vida ficou entusiasmada ao ouvir os relatos trazidos pela professora Perpétua. Percebi ao ouvir seus comentários: *“Vamos fazer oficinas na sala dela”*. *“Vamos procurar as tias da limpeza!”* *“Precisamos ajudar!”*

Diante dos acontecimentos relatados, percebe-se o quanto é importante a existência de uma Com-Vida na escola, porém, de acordo com a estrutura de escola que temos, é também possível perceber o quanto é importante o trabalho realizado em sala de aula. O ideal seria que a escola, como um todo, trabalhasse *com e pelo* mesmo objetivo, porém sabemos que não é desse modo que ocorre. A escola ainda tem a concepção de que precisa “vencer” os conteúdos e preparar os alunos para testes e provas. Também sabemos que existem muitas iniciativas de escolas que buscam ir por outro caminho, porém a “escola de meus sonhos” pode não ser a mesma dos sonhos de outros professores, de outras crianças e da comunidade. A escola dos sonhos precisa ser construída com todos.

Segundo Perpétua,

*“No contexto atual torna-se imprescindível trabalhar a temática da Educação Ambiental por uma questão de sobrevivência e defesa da vida, em todas as suas dimensões. Neste sentido, a escola, enquanto um espaço educativo por excelência e que atinge a todos, não pode negligenciar nem se omitir de tão importante tarefa. Muitos assumiram a educação ambiental como um tema transversal, ficando a cargo do professor sua inclusão nas diferentes situações do cotidiano. Todavia, o que se percebe, na prática, é que muitos profissionais não possuem consciência planetária e deixam de atuar com a urgência que esta abordagem requer. Assim sendo, penso ser extremamente importante e pertinente que a escola inclua no currículo um espaço para educação ambiental, ministrado por professores engajados nesta causa e a transpirem (de dentro para fora, com qualidade e coerência).”*

O depoimento de Perpétua traduz a realidade de muitas escolas. A escola ao assumir a EA como tema transversal pode, dependendo dos objetivos, dos ideais, da política, não ser contemplada, pois ela assume só no “papel”. Perpétua, pontua a importância de a escola incluir no currículo um “*espaço para EA*”. Ainda estamos presos a espaços fechados, com o protagonismo do professor. E pelo que percebo essa realidade permanecera por algum tempo.

Nesse ponto retomo Dione Kitzmann (2007), quando ressalta a importância da ambientalização do currículo, a partir da adaptação de iniciativas já existentes. Mas como vimos não é algo tão simples, a mudança precisa ser a partir do “querer” do todo e não de uma parte. Dione Kitzmann também destaca que de que “nada adianta ótimas intenções concretizadas num conteúdo que não passará disto à medida que as estratégias de intervenção não levarem em conta as características dos alunos e de como estes aprendem e se relacionam com o seu entorno”. (2012, p.280). Relacionando esse posicionamento à proposta de ES, “para além de ser um documento, o currículo de uma escola sustentável precisa ser um convite para uma existência mais sustentável; o que também significa repensar as concepções de espaço, tempo, relações, vivências, atividades, projetos e avaliação” (TOMCHINSKY,2011, p.85). Penso que a gestão escolar também poderá contribuir para a mudança através de ações sensibilizadoras, tomando o exemplo da Com-Vida ao sensibilizar e envolver os gestores municipais.

Perpétua conclui dizendo que “*os educadores precisam ser agentes e protagonistas de práticas simples e significativas para que muita aprendizagem para a vida seja possível, para além dos conteúdos do currículo*”. Essa fala traduz a visão de uma professora que trabalha diariamente em sala de aula como protagonista e no momento se faz essencial como fomentadora de reflexões e incentivadora de novas aprendizagens. Quando ela se refere a aprendizagem “para a vida, para além dos conteúdos do currículo”, está se referindo a aprendizagens que partiram do desejo dos alunos, que não estavam impostas na “grade curricular”.

A partir da reunião com os professores, a Com-Vida, preocupada com as questões internas da escola, principalmente em relação a limpeza da escola, relatada em reunião pela professora Perpétua, realizou uma vistoria nas salas para se certificar da quantidade de lixeiras existentes. Foi constatado que em todas as salas havia lixeiras, porém em algumas não existiam duas para a separação correta, principalmente do papel. Com os resultados obtidos um grupo foi conversar com a diretora da escola, Érica, prontamente providenciou para que

todas as salas contivessem duas lixeiras<sup>80</sup>, assim como reservou um espaço no pátio para o armazenamento de papel. Também preocupada com a comunicação e divulgação dos projetos existentes na escola, disponibilizou nos corredores *banners* informativos. Desse modo todos poderiam ver, ler e conhecer as ações desenvolvidas na escola.



Figura 63- Comunicação interna na escola. Foto: Com-Vida.



Figura 64- Coletor de papel. Foto: Com-Vida.

Em encontro com a Com-Vida foi discutido sobre a compra de lixeiras e o espaço reservado para a coleta de papel. Um dos alunos levantou uma questão: *Ter lixeiras nas salas de aula não quer dizer que o papel será separado e não amassado*<sup>81</sup>. Então um dos alunos sugeriu que fossem realizadas “*fiscalizações*”. Mas como isso seria possível? A ideia foi que todos os dias a Com-Vida passasse nas salas de aula para orientar os alunos quanto a limpeza do pátio e sala de aula, assim como verificar se estavam separando o papel adequadamente. No momento eles foram questionados quanto ao comprometimento nesta ação. Seria um trabalho diário e durante o ano todo. Porém eles alegaram que seria possível. Essa ação recebeu dos alunos o nome de *Operação Lixo no Lugar Certo*. Como a diretora fazia parte da Com-Vida, também participou da decisão e apoiou a ideia.

Os alunos foram divididos, conforme disponibilidade, em dias da semana. Por exemplo, todas as segundas-feiras, cinco alunos da Com-Vida, iam à escola no contraturno de aula, para passar nas salas. Uma vez antes do recreio e outra após o recreio. Essas duas visitas diárias se deram pelo fato dos alunos de 6º a 9º anos não permanecem em salas fixas. Na EMEF Henrique Bier cada sala é preparada para uma disciplina, com livros, jogos, decoração, etc. O professor permanece em sala de aula, durante a troca de períodos quem sai de sala são os alunos. Então, as salas de aula não foram avaliadas e sim as turmas que nela estavam.

<sup>80</sup> Segundo Érica, a escola tinha verba para ser investida na compra de lixeiras através de recurso para projetos de EA disponibilizados pelo Plano Desenvolvimento na Escola (PDE).

<sup>81</sup> Segundo orientação do MMA: “Papéis devem estar secos. Podem ser dobrados, mas não amassados”, para ser reciclado. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8521-como-e-porqu%C3%AA-separar-o-lixo>>. Acesso em 23 jul 2014.

Esse projeto foi executado até o final de 2014. Diariamente, os alunos com uma planilha em mãos e crachá no peito, passavam nas salas de aula. Percebia-se o quanto se sentiam “importantes” realizando essa ação. Eles não poderiam atrapalhar a aula. Pediam permissão para entrar, silenciosamente observavam e somente quando saiam da sala anotavam na planilha o estado da sala. Os professores regentes e R2s acompanharam e auxiliaram em todo o processo.



Figura 65- Operação Lixo no Lugar certo. Foto: Com-Vida.



Figura 66 - Fiscalização no pátio da escola. Foto: Com-Vida.

A limpeza das salas e pátio foi instantânea. Tanto que as “tias da limpeza”, assim como professores, foram procurar o grupo para elogiar a iniciativa. Mas o que foi mais visível foi a mudança de comportamento dos integrantes da Com-Vida. Eles passaram a ter outra postura, passaram a ser mais responsáveis pelo cuidado dos espaços da escolar, passaram a se comunicar com mais clareza, passaram a ter uma relação mais harmoniosa com as pessoas, enfim com a escola. Uma das regras criadas por eles: “Aquele aluno da Com-Vida que não se comportar durante a *Operação lixo no Lugar Certo* será excluído do grupo”. Ninguém queria ser excluído. Se algo não ocorresse como o combinado, eles procuravam a diretora ou vice-diretora para conversar e decidir o que fazer. Durante toda a operação somente um aluno precisou ser afastado do grupo.

Como a diretora não teria todos os dias disponíveis para acompanhar os alunos na operação, quem ficou responsável por organizar a entrada da Com-Vida no contraturno foi a vice-diretora. Os alunos de alguma maneira ou outra tentavam burlar a entrada, pois queriam estar na escola todos os dias. Ocorreram dias em que eram para entrar cinco alunos, porém lá estavam dez. Segundo a vice-diretora, o que ela percebia era que “*estando na escola eles poderiam ‘fugir’ da realidade, muitas vezes cruel, de suas casas e também era uma maneira*

*de receberem atenção*”. De acordo com esse pensamento, a vice-diretora acabava permitindo a entrada de mais alunos que não constavam na lista da operação.

Por muitas vezes cheguei à escola e tinham alunos me esperando com a intenção de participar da Com-Vida. Em conversa com a diretora tivemos que limitar um número de vinte alunos em cada turno, pois não tínhamos como acompanhá-los, principalmente com a saída de Hortência. As reuniões continuaram ocorrendo quinzenalmente e foi necessário escolher mais duas delegadas que passaram a auxiliar todos os dias na organização dos alunos que participavam da *Operação Lixo no Lugar Certo*. Elas se tornaram referência na escola e comunidade e muitos passaram a desejar ser delegado ou delegada.

Com a repercussão do trabalho da Com-Vida na comunidade e, conseqüentemente, no município, uma revista regional, ao procurar o NGPEA para realizar uma matéria sobre o trabalho desenvolvido no núcleo, recebeu a indicação do trabalho desenvolvido na EMEF Henrique Bier. Então uma repórter entrou em contato com a escola e agendou uma entrevista com a Com-Vida. A intenção era conhecer o projeto e publicá-lo na revista.



Figura 67- Entrevista para uma revista. Foto: Com-Vida.

Essa ação aumentou extremamente a autoestima dos alunos. Um dos alunos chegou a declarar: *“Agora somos importantes!”* Eles não percebiam, mas já eram “importantes”. Ter essa percepção é fundamental para que eles entendam e deem “importância” para suas vidas. Se não conseguirem perceber o quanto são “importantes” o restante não significará muito para eles. Nesse ponto se percebe o quanto a escola tem um “importante” papel: o de promover a autoestima e a valorização da vida.

A Com-Vida da EMEF Henrique Bier com todo o reconhecimento, recebeu o convite para o lançamento Programa de Educação Socioambiental (Pessoa) do município, onde a delegada teve a oportunidade de ser ouvida pelas autoridades. Ela primeiramente falou abertamente sobre o cotidiano dos jovens do bairro e dos desafios diante de uma realidade difícil, de violência, de carências econômicas e de desrespeito à vida. Depois leu um texto elaborado por ela, na qual citou a letra de duas músicas.

“Dizem que o sol, deixou de brilhar  
Que as flores mais belas não perfumam mais

Os jovens teriam deixado de amar  
De crer na esperança de poder mudar  
Que as lutas e os sonhos o vento espalhou  
E que envelheceram as forças do amor

Se fosse assim que digam vocês  
De quem é o rosto que ainda sorri  
De quem é o grito que nos faz tremer  
Defendendo a vida, o modo de ser  
De quem são os passos marcados no chão  
Unindo o compasso de um só coração”

( Jorge Trevisol)

É com esse jeito inovador e jovem de querer mudar que os  
jovens da Henrique Bier querem mostrar que é possível  
fazer diferente, por ser jovem e querer  
provar que a juventude não é só um bando  
de “aborrescentes” revoltados com tudo.

É querer provar que a nossa  
revolta é justa, muito justa, porque não queremos viver  
em uma vila onde há abandono, pois isso traz muita dor, e  
essa dor leva muitos jovens ao caminho da destruição e violência.

Queremos igualdade, queremos condições de vida melhores,  
para que ninguém mais seja humilhado e  
discriminado pelo lugar onde mora!  
Queremos e vamos conseguir, porque jovem é isso: lutar,  
sonhar, persistir e conseguir.

Eu acredito, nós acreditamos  
e é essa força que influência  
e faz a diferença na escola,  
na comunidade e em nossas vidas.

A nossa luta já começou,  
já conseguimos muitos avanços,  
mas ainda há muito que se fazer  
e isso nos dá mais força para continuarmos.

“Sonho que se sonha só  
É só um sonho que se sonha só  
Mas sonho que se sonha junto é realidade”.  
(Raul Seixas)

Paz, justiça e igualdade.

(Verônica, Delegada da Com-Vida)

Ao término de sua leitura ela foi muito aplaudida. O Secretário de Educação do Município a elogiou e disse: “*Depois de tudo que Verônica falou não tenho mais nada para falar. Ela falou tudo.*” Essa escuta precisa ser ampliada para todos os jovens. Quantas

delegadas iguais à Verônica existem na escola? E em todas as escolas do Brasil? Foi dada a voz para uma jovem e ela usou esse momento para expressar o sentimento de tantos outros jovens do bairro onde mora.

A Com-Vida procurou conhecer outros grupos que já estavam nessa caminhada a algum tempo. A intenção era saber como eles se organizavam e concretizavam suas ações.<sup>82</sup>Então o grupo passou a se comunicar, por indicação de Acácia (envolvida com o Programa Nacional Escolas Sustentáveis), com uma Com-Vida localizada em Porto Velho, Rondônia. Segundo Camélia, coordenadora do Programa Mais Educação e da Com-Vida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Qualidade de Vida, em Rondônia, essa comissão foi instituída a partir da III CNIJMA. Recebeu apoio e patrocínio de um coordenador do setor de EA de uma empresa de energia do estado e, conseqüentemente, pela repercussão foi procurada pela a mídia local e representante da Seduc. Ao conversar com Camélia ela relata que

*“Hoje as ações vão além dos muros da escola, envolvendo não somente a comunidade escolar, mas toda a comunidade externa a ela e a família dos alunos. Hoje contamos com a família dos alunos, empresas parceiras (08 empresas), funcionários, pessoas de perto e até mesmo de longe da escola. Hoje o nosso trabalho é referência a nível local, nacional e até mesmo internacional, pois fazem intercâmbio com uma escola na Espanha e recentemente estão em contato com uma escola em Moçambique – África.” (Camélia).*

Segundo Camélia o protagonismo dos alunos, não aconteceu de imediato, aconteceu no decorrer do processo. Houve um período de preparação, *“com muitas leituras e diálogos, técnicas de trabalho em grupo entre outros, para depois partir para o protagonismo. Hoje os alunos são capazes de discutir e buscar soluções aos problemas sozinhos sem a minha participação ou interferência”*.

Verônica, assim como outros alunos da Com-Vida passaram a acompanhar a página da Com-Vida de Rondônia e a se comunicar com a delegada. O que foi possível perceber é que a escola busca constantemente realizar atividades *na* e *com* a comunidade e é uma comissão já consolidada na escola.

---

<sup>82</sup> Essa é uma das propostas trazidas no livreto Vamos Cuidar do Brasil com escolas Sustentáveis, na qual traz a ideia de “criar uma rede de Com-Vidas que conversem entre si por meios virtuais, mas que também se encontrem periodicamente para debater ações, problemas e conquistas” (2012, p. 42).

Segundo Camélia a comissão está funcionando como um colegiado e em breve irá criar um fórum de discussão no bairro. Pelo trabalho constante realizado com a comunidade a Com-Vida de Rondônia é procurada para auxiliar na solução de alguns problemas locais.



Figura 68 - Com-Vida de Porto Velho - Rondônia. Foto: Carmem Andrade.

Camélia levanta três questões pertinentes em relação à Com-Vida e a construção de ESs. Em relação à construção dos prédios ela destaca a importância de um trabalho prévio com os gestores estaduais.

*“[...] quando se criou este tema Escolas Sustentáveis, antes de se realizar as conferências infanto-juvenis, o MEC e MMA deveriam realizar conferências com os gestores estaduais, para sensibilizá-los e instigá-los a construir prédios escolares, já com normas sustentáveis de acordo com o bioma onde a escola está inserida, assim como a outros fatores presentes no meio urbano ou rural. Pois muitos prédios que hoje são construídos no país por esses gestores, não têm sequer noções de sustentabilidade.”*

Em relação a Com-Vida ela chama atenção para a disponibilidade de um professor por um período de 40 horas para acompanhar a comissão.

*“Vejo como uma proposta que poderá, dar certo no espaço escolar. Falo que poderá, porque se junto com a criação da Com-Vida na escola, estimulasse a busca de parcerias e a liberação das 40 horas para um professor coordenador, e gratificações, que é o caso da minha escola. Pois só está dando certo, pelo fato da escola ter criado essa liberação. Enquanto que em 08 escolas que foram criadas Com-Vidas aqui em minha cidade, ou até mesmo em outros estados, não deu certo pela falta dessa liberação do professor.”*

E em relação à busca de parcerias e recursos financeiros, Camélia (Rondônia) destaca desresponsabilidade do poder público e o papel da escola diante dos problemas encontrados em seu entorno.

*“Hoje a Escola é colocada para resolver o problema das diferenças, da violência; das drogas, e outros, não seria diferente, se não a delegasse a resolver os problemas ambientais. Acredito sim que a Escola, não pode virar as costas a esses problemas, mas acho também que o poder público vem tirando um pouco das suas responsabilidades e passando para a escola. Por isso, quando o poder público coloca a escola para resolver esses problemas, entre eles a EA, deveria também enviar meios financeiros para a mesma desenvolver e resolver tais problemas. Um exemplo está na nossa escola, não viramos as costas a esse problema visível na escola e na comunidade do entorno, porém se fazemos algo, é porque temos empresas parceiras que nos apoiam nas soluções de tais problemas.”*

Diante de todos esses relatos, sabendo das dificuldades e possibilidades de uma Com-Vida, a EMEF Henrique, seguindo o mesmo caminho da Com-Vida de Rondônia, também buscou ajuda. Com a finalidade de buscar recursos para a escola e comunidade, a Com-Vida inscreveu o projeto *Água Viva* em um concurso regional, promovido por uma empresa multinacional alemã de especialidades químicas. O objetivo era que o projeto fosse contemplado com o valor de R\$ 10.000,00. Esse valor seria investido em ações que promovessem a redução do descarte de resíduos orgânicos e lixo doméstico, através de construção de lixeiras de tijolos (como sugestão dos alunos), instalação de composteiras domésticas nas residências da comunidade (conforme orientação da Associação de Reciclagem), palestra para a comunidade sobre o descarte indevido de resíduos domésticos, teatro para escola e comunidade.

A escola, por ter participado da IV CNIJMA, já estava aguardando os recursos do PDDE- ES, porém a verba seria disponibilizada somente no final do ano<sup>83</sup>. Essa seria uma oportunidade de contribuir e ampliar o projeto, através do investimento em ações que trariam melhoria e qualidade de vida para a comunidade. As secretarias municipais já estavam comprometidas com o bairro através do MBM e realizando o que era legalmente possível.

---

<sup>83</sup> Como o previsto a EMEF Henrique Bier constava na relação de escolas a serem contempladas com o PDDE-ES em 2014. Para isso teve que realizar os mesmos procedimentos já descritos no subcapítulo dedicado as verbas. Entrou no site do PDDE Interativo, preencheu o diagnóstico, entrou na aba "Plano geral" e depois na aba "Escola Sustentável" e elaborou o seu "Plano de Ação" com a colaboração da Com-Vida, professores e comunidade. Como nesse período o projeto *Água Viva* já havia se desdobrado em outras ações o que havia sido enviado durante a IV CNIJMA precisou ser revisitado. A verba foi planejada para ser usada em ações relacionadas ao conforto térmico.

Buscar recursos foi uma alternativa possível para ampliar as ações que já vinham sendo desenvolvidas.

Entre dez projetos inscritos o projeto *Água Viva* ficou em primeiro lugar e isso foi muito positivo. A verba seria usada para resolver alguns problemas trazidos pelos alunos e destacados pela comunidade. Assim que o prêmio foi anunciado os representantes da empresa procuraram a escola para retomar as ações pré-estabelecidas. Em primeiro momento foram realizadas oficinas para a comunidade sobre compostagem e teatro sobre reciclagem para todos os alunos do turno da manhã e tarde, assim como foi oferecido para a comunidade no turno da noite, juntamente com os alunos da EJA.



Figura 69- Oficina de compostagem. Foto: Com-Vida.



Figura 70- Teatro sobre reciclagem. Foto: Com-Vida.

Um estudo dos pontos de descarte de resíduos foi realizado, pela secretaria municipal responsável, para averiguar os pontos onde serão instaladas as lixeiras de tijolos. Como já havia relatado, o bairro possui áreas irregulares e será necessária a realização de uma análise detalhada de locais legalmente disponíveis para a construção. As palestras seguirão ocorrendo durante o ano de 2015, assim como a realização de uma campanha com visitas da Com-Vida às casas dos moradores, com entrega de adesivo informativo sobre os riscos de conviver próximo a lugares com lixo e orientação para a entrega de resíduos orgânicos na escola (pontos de coleta). Outra ação será a contratação de um carro de som para a divulgação das principais ações vinculada ao projeto. Também serão comprados três kits de lixeiras seletivas para a escola, camisetas, máquina fotográfica entre outros itens para a Com-Vida.

O projeto e as ações da Com-Vida cada vez mais foram ampliados, porém não se tinha ideia de sua dimensão. Em um dos encontros do MBM uma questão foi levantada: “*discute-se muito sobre os problemas do bairro, porém há a necessidade de uma ação maior*”. Então com o intuito de dar maior credibilidade ao movimento foi sugerida a realização de um

seminário na escola, com o objetivo de multiplicar a experiência realizada pelo movimento, bem como buscar parcerias de outras instituições.

Nesse mesmo período o programa de Mestrado em Planejamento Urbano da Universidade de Michigan (University of Michigan- UM) entra em contato com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em busca de um “cliente” no Brasil, para a realização de uma atividade de imersão, com a intenção de resolver um problema de planejamento urbano local. O objetivo do grupo é o de elaborar um projeto de desenvolvimento que minimizasse um problema local. Para isso dez estudantes e dois professores se propõem a passar dez dias no Brasil para conhecer a realidade e elaborar um projeto voltado ao planejamento urbano.

A EMEF Henrique Bier por já ser conhecida pelo engajamento nas políticas locais de sustentabilidade ambiental e ter se tornado uma referência no município de São Leopoldo foi indicada para ser a “cliente” do programa desenvolvido pela UM. Ao relatar para a diretora, Érica, sobre essa possibilidade ela ficou eufórica, porém ao mesmo tempo amedrontada: *“Estou com medo! Não sei se terei braço para tudo isso!”* A Coordenadora do NGPEA ao se deparar com a fala da diretora exclamou: *“Vocês trilharam um caminho e não tem mais como voltar atrás”*. É compreensível o desespero da diretora Érica, pois todas as demandas, obrigações, ocorrências, decisões, problemas, etc., estão sob sua responsabilidade.

Em reunião com os professores Érica relatou sobre o prêmio, sobre o projeto de intercâmbio e sobre o seminário. Por mais que durante o intervalo (recreio), quando é possível, Érica se dirija a sala dos professores para conversar e relatar as ocorrências da escola, muitos não ficam sabendo sobre os acontecimentos. As notícias foram recebidas por uns com grande receptividade e por outros com desaprovação. Alguns questionaram: *Para que esse seminário? Teremos aula?* Outros exclamaram: *Eles (UM) vêm aqui só para usar a escola e depois vão embora!*

A diretora precisou argumentar sobre os benefícios que a escola estaria tendo com o seminário, assim como com a vinda dos estudantes de Michigan. Alegou que com o seminário a escola estaria buscando mais parcerias e melhorias tanto para escola como para o bairro e, com a vinda dos estudantes, teríamos pessoas de fora do país, pensando por seis meses na escola e no bairro e elaborando um projeto de urbanização para a comunidade.

O que se percebe é o que já havia relatado anteriormente, estamos, e aqui me incluo, pois sou professora, “acostumados” a dar aula. Quando a proposta não é essa, não conseguimos entender *para* quê e *porque* motivo de outra atividade ou ação dentro de um espaço dedicado a ensinar. Em nossa formação nos é “falado” para trabalharmos de acordo

com a realidade, mas o como “fazer”, isso passamos aprender e/ou desaprender dentro da escola.

Mesmo sem o entendimento de alguns professores e com o engajamento de outros o *Seminário Caminhos para uma Comunidade Sustentável* foi realizado. Nesse dia os alunos foram dispensados para que todos os professores pudessem participar do evento.

Os mais de oitenta convidados foram recepcionados pelos alunos da Com-Vida. Eles orientavam para que fosse assinada uma lista de presença e entregavam uma sacola retornável, confeccionada pela secretária da escola, com a programação do evento dentro.

A banda e um grupo de dança da escola realizaram a abertura do evento. O evento contou com a apresentação do projeto *Água Viva* pela Com-Vida, da proposta do MBM pela coordenadora do NGPEA, da proposta do programa de mestrado da Universidade de Michigan (a professora responsável pelo projeto, veio exclusivamente ao Brasil para divulgar a proposta e firmar parceria), do projeto Horta Mãe da Terra, apresentado pelo coordenador. O prefeito de São Leopoldo também fez seu pronunciamento e a Associação de Recicladores realizou o encerramento com o intuito de firmar parcerias<sup>84</sup>.



Figura 71- Divulgação do seminário em jornal local. Foto: Márcia Scherer.

A intenção era que novas parceria fossem firmadas, porém o que mais preocupava no momento era a sensibilização dos professores e reformulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Já se sabia o rumo que a escola estava tomando, porém como vimos, nem todos os

A maioria dos representantes das secretarias municipais estava presente, assim como grupo de escoteiros, universidade local, representantes de empresas locais, entre outros. A repercussão foi imediata, sendo que um dia após o seminário o telefone da escola não parava de tocar.

<sup>84</sup> A Com-Vida firmou parceria com a Associação de Recicladores, na qual ela será responsável pela coleta do papel recolhido e separado pela Com-Vida, através da *Operação Lixo No Lugar Certo*.

professores estavam de acordo. Havia a necessidade de saber, depois de tudo que a escola já havia realizado o que pensavam os alunos, os professores e a comunidade.



Figura 72-Pensando a filosofia da escola. Foto: Márcia Kehl.

O que se buscou foi a construção conjunta de uma política para a EMEF Henrique Bier. Então a diretora propôs uma reunião em que os professores tiveram por duas vezes espaço para discutir sobre os objetivos e filosofia da EMEF Henrique Bier. Dois encontros não foram suficientes e, com o final do ano letivo, não havia tempo hábil para outras reuniões.

Então a solução foi disponibilizar na sala dos professores, das cozinheiras, dos funcionários da limpeza e nos corredores da escola, cartazes onde todos pudessem escrever sobre os objetivos e filosofia da escola. Esse processo não pode ser concluído no ano de 2014 e continuará no ano de 2015.

Como vimos, a EMEF Henrique Bier, a partir da participação na IV CNIJMA, tenta caminhar em direção a construção de uma ES. Buscou parcerias, ultrapassou os muros, enfrentou dificuldades. A Com-Vida foi essencial em todo o processo, pois como destacou Angélica (coordenadora do NGPEA), foi o “*coração da comunidade para o planejamento e discussões das ações*”.

No momento a escola está tentando dar prioridade a outras atividades que não estejam somente relacionadas à separação de resíduos. Uma delas será a busca - em parceria com a Com-Vida, MBM, Universidade e comunidade - de atividades relacionadas ao esporte, a cultura e o lazer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio desta pesquisa foi o de “*aprender a ver*” enquanto professora e pesquisadora. A partir do que vi chego a algumas considerações que poderão amanhã não serem mais as mesmas. Digo isso, pois estamos em constante transformação. O que vi já não está da mesma maneira.

Ao acompanhar os desdobramentos da proposta de política para ES, a princípio foi possível constatar que ela foi fundamentada em políticas e documentos que caminham em direção à sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, ao questionar se essa proposta era capaz de promover movimentos locais de ambientalização e atitudes ecologicamente corretas, não tinha ideia do que iria ver. Passei a seguir documentos e pessoas em busca de uma resposta. Nesse trajeto, seguindo o pensamento de Isabel Carvalho e Rodrigo Toniol, houve vários momentos em que percebi a escola proporcionando movimentos locais de ambientalização através da internalização de “valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente” (CARVALHO e TONIOL, 2011, p.2).

O processo de ambientalização acaba por ser um dos fins intrínsecos da política para ES, pois contribui para a construção de espaços educadores sustentáveis, através do estímulo a ambientalização do currículo, a gestão democrática e o espaço físico repensado, assim como, é um programa que privilegia o diálogo e incentiva processos educativos sensibilizadores.

A CNIJMA, principalmente a última, a qual acompanhei, foi identificada como o elo entre a proposta para ES e as escolas, sendo provocadora de movimentos locais de ambientalização, assim como as Com-Vidas, entendida como peça principal para o incentivo de mudanças. E aqui destaco a fala de Angélica, coordenadora do NGPEA: “*A metodologia da conferência foi a ‘grande jogada’, foi a forma de pulverizar a discussão nas escolas. É o início. É preciso dar sequência, se não morre*”. Segundo ela, “*semeamos o espaço de participação, o coletivo e o planejamento. Agora precisamos aprofundar o OLHAR para a comunidade, fora dos portões da escola.*”

Outro aspecto positivo percebido foi o engajamento na proposta de ES de pessoas que não vinham de uma trajetória de vida ambiental e que a partir da CNIJMA e com Com-Vida passaram a se preocupar com questões voltadas para o cuidado com o meio. Um exemplo foi o da diretora Érica da EMEF Henrique Bier que, após a saída de Hortência, professora articuladora, passou a se apropriar dos problemas socioambientais, estudar e

consequentemente a incentivar mudanças expressivas na escola. Passou a declarar que em toda sua vida profissional nunca havia participado de uma proposta tão envolvente e fascinante. “*Não quero desistir desse projeto!*” (Declaração de Érica durante reunião de professores). Érica passou a participar da Com-Vida e Movimento Bairro Melhor, assim como Hortência e outros professores, alunos e pessoas da comunidade.

Percebi que, de acordo com as três escolas que acompanhei, o currículo, a gestão e o espaço físico precisam caminhar lado a lado, como define a proposta de política para ES, porém sem pessoas disponíveis para sensibilizar e provocar a internalização de “valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente”, essa proposta não terá êxito. No estado de Rondônia, a professora Camélia trouxe o relato de que oito escolas de sua cidade desistiram da proposta pela falta de liberação de professores. Esse relato vai ao encontro do que ocorreu na EMEF Henrique Bier quando a articuladora Hortência precisou se afastar da escola e a diretora precisou assumir em seu lugar, assim como na EMEI Arco-Íris que tem apenas uma professora dedicada a trabalhar com a EA. A proposta de política para ES exige um novo modo de fazer educação, com pessoas, espaços e tempos disponíveis.

Essa questão está relacionada ao “desafio da continuidade” trazida na tese de Júlia Machado (2014) ao observar o curso Escolas Sustentáveis Oca/IE, na qual constatou que em muitas escolas que tinham o desejo de “incluir em seu cotidiano a dimensão ambiental”, ocorreu a descontinuidade das propostas pela “deficiência de estrutura nas escolas, como a falta de tempo para formações dentro das escolas, a rotatividade dos professores e da coordenação escolar” (MACHADO, 2014, p.151). A ex-diretora da EMEF Imperatriz Leopoldina também levantou essa questão dizendo que: “*a gente precisa ter um pouco mais de tempo, tem muita burocracia que a gente precisa resolver. Então falta tempo para fazer a articulação*”.

Um exemplo positivo é o trazido pelo município de São Leopoldo que está tentando nos últimos anos instituir e garantir às escolas, que tenham interesse na proposta de política para ES e projetos voltados para a EA, professores disponíveis para atuarem como articuladores ambientais, assim como a oferta de formação permanente e continuada. É necessário que os três eixos (currículo, gestão e espaço físico) estejam articulados, porém eles precisam ser articulados por pessoas.

A proposta de professores articuladores em EA recebeu grande incentivo da SMED de São Leopoldo, através do NGPEA, porém um fato inesperado ocorreu, as gestoras, idealizadoras dessa proposta, foram afastadas do núcleo, no final do ano de 2014. Pela trajetória do município de educação voltada para a sustentabilidade, trazida no início do

último capítulo, é possível que a proposta continue. Outro motivo para acreditar na continuidade da proposta é pelo município já assegurar no Art. 7º das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Ambiental a “formação continuada para trabalhadores/as em educação, docentes e não docentes, com vistas à efetivação de práticas pedagógicas, cujo foco seja a Educação Ambiental como projeto da instituição com acervo de material produzido por profissionais locais” (SÃO LEOPOLDO, 2012).

Como vimos, ainda que havendo necessidade de outros estudos que comprovem essa afirmação, para a efetivação desta proposta será necessária a disponibilidade de pessoas para provocar e acompanhar as ações voltadas para a educação para a sustentabilidade. Segundo Angélica, agora ex-coordenadora do NGPEA, *“precisamos de professores provocadores (articuladores) dentro da escola, com paradigmas claros. O dia a dia da escola absorve muitas outras questões. Precisamos ter lideranças focadas, pela urgência que temos de fomentar valores necessários para essa sociedade atual.”*

O processo formativo “Escolas Sustentáveis e Com-Vida”, mesmo com os problemas identificados (MACHADO, 2014), é essencial para o fortalecimento da política para ES, porém ele não está presente em todos os estados do Brasil. No ano de 2014, apenas os estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo, aderiram ao processo.

Concordo com Júlia Machado (2014), Fernanda Rodrigues (2012) e Júlia Tomchinsky (2011), pesquisadoras da proposta para ES, na qual defendem a “pertinência de um diálogo horizontal” entre os diferentes atores envolvidos com o processo de construção para escolas sustentáveis. Ao acompanhar, principalmente a EMEF Henrique Bier, nas conferências, nos encontros da Com-Vida, nas reuniões do MBM, nas reuniões com os professores, assim como no seminário e nos encontros com os articuladores ambientais, também pude identificar esses movimentos como momentos essenciais para além do diálogo, a sensibilização. Quando participava dos encontros do MBM, todas as vozes passaram a ser ouvidas: alunos, pais, professores, funcionários, prefeito, secretário de educação, brigada militar, entre outros. Através desse engajamento o movimento construiu, conjuntamente, a Agenda 21 Local.

E através das trocas com a comunidade, escolas, Com-Vida de Rondônia e Universidade de Michigan, a escola vem ampliando sua agenda para um nível mais global. Ela não é mais uma “ilha”, está engajada e imersa no mundo, descobrindo novos caminhos possíveis para transformar sua realidade.

Por fim, percebeu-se que cada escola está tentando e buscando alternativas, seja a partir da vontade de uma professora, seja através do PDDE- ES, seja através do trabalho

realizado pela Com-Vida, assim como outras iniciativas, para se tornar uma escola sustentável, proporcionando movimentos locais de ambientalização. A proposta de política para Escolas Sustentáveis está aos poucos se firmando no Brasil com o intuito de transformar as escolas em espaços educadores sustentáveis. O que se espera é que esta prática seja sistêmica, fortalecida pelos processos formativos, legislações, conferências, assim como outros movimentos e, com isso, provocadora de mudanças locais e, conseqüentemente, globais. O Programa Nacional Escolas Sustentáveis, em aprovação, é um dos documentos que foi criado com a intenção de fortalecer a inserção da EA de “forma permanente nas práticas pedagógicas das escolas de educação básica”. O ideal é que continuemos acompanhando os próximos desdobramentos dessa proposta de política pública.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sustentabilidade: A retórica esvaziada. **Instituto Ciência Hoje. Edição 305. Vol.51. jul. 2013f.**

BERTALANFFY, L. Von. (1977) **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Ed. Vozes. 2ª. ed. (Coleção Teoria dos Sistemas; 2).

BERTOLOTI, D. **Iluminação natural em projetos de escolas: uma proposta de metodologia para melhorar a qualidade da iluminação e conservar energia**. Dissertação (Mestrado) São Paulo: FAUUSP, 2007.

BORGES, Carla. **Espaços educadores sustentáveis**. Salto para o Futuro. Ano XXI Boletim 07, Junho, 2011.

BRANDÃO, C. R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável**. 2. ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o programa mais educação**. Diário Oficial da União, Brasília, 27 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 7.480, de 16 de maio de 2011. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 17 de maio de 2011, Pág 1

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007. **Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências**. Diário Oficial da República do Brasil, Brasília, DF, 22 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.795, 27 abr. 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, 28 abr. 1999.

\_\_\_\_\_. **Manual do PDDE Interativo 2014**. Coordenação Geral de Gestão Escolar/DAGE/SEB MEC - Ministério da Educação. Brasília. 01 jan 2014b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. FNDE – **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Apresentação Programa Dinheiro Direto na Escola**. Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 05 jul 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de**

**Educação Ambiental** – ProNEA. 3ª ed. Brasília: MMA, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Cadernos Secad 1. Brasília, DF: Secad/MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais**. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. **Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação : escolas sustentáveis**. Brasília : 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. **Mudanças ambientais globais. Pensar + agir na escola e na comunidade. Água**. Brasília : 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Local**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em 10 jan 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 10 jul 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Declaração de Estocolmo de 1972**. Disponível em: <[www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc)>. Acesso em: 26 jul 2013.

\_\_\_\_\_. Parecer de nº 14/2012, de 15 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Seção 1, Pág. 18. 2012

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 883, de 5 de julho de 2012. **Dispõe sobre a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente**. Diário Oficial da União. 6 jul 2012, MEC, pag. 24.

\_\_\_\_\_. Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE- Escolas Sustentáveis. **Guia de Orientações Operacionais**. SECADI/MEC. Brasília. 2014a.

\_\_\_\_\_. Resolução/CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013. **Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Diário Oficial da União nº 97 de 22 de maio de 2013. Seção 1, pág. 16.

\_\_\_\_\_. Resolução CD/FNDE nº 18, de 3 de setembro de 2014. **Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2014. Seção 1. p.14

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3, de 19 de março de 2004. **Estabelece as normas e diretrizes para financiamento de projetos educacionais no âmbito do Programa FUNDESCOLA para o**

ano de 2004. Diário Oficial da União de 07 de Abril de 2004. Seção 1. P.15

\_\_\_\_\_. **Relatório Final da I Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente 2003.** Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br>>. Acesso em 11 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final e Carta de Responsabilidades da III Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente 2009.** Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br>>. Acesso em 12 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental** / Organização: Rachel Trajber, Patrícia Ramos Mendonça. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília.2007.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

CARNEIRO, Sílvia Lignon. **Reflexões sobre o significado da escola amigos do verde na vida de pais, alunos e educadores.** Dissertação (Mestrado)PUCRS, Porto Alegre, 2006.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Isabel. C. M. **Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 1, p. 46-55, 2008.

\_\_\_\_\_. Leituras da paisagem: notas sobre uma educação da atenção. In: MOLON, S.; DIAS, C. M. S.. (Org.). **Alfabetização e educação ambiental: contextos e sujeitos em questão.** 1ed.Rio Grande: Editora da FURG, 2009, v. 1, p. 95-104

\_\_\_\_\_. e TONIOL, Rodrigo Ferreira. **Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. Esp., p.1-12. 2010.

\_\_\_\_\_. & STEIL, Carlos Alberto. **Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica.** Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, V. especial, março, 2013.

CDES- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Colóquio reúne especialistas para debater educação e eficiência energética.** Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br>>. Acesso em: 11 mar 2014.

COE/RS – Comissão Organizadora Estadual. Disponível em: <<http://conferenciainfanto-rs.blogspot.com.br/>>. Acesso em 3 nov 2013.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum.** 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORREIO DO POVO. **Milhares de peixes aparecem mortos no Sinos.** 9 de outubro de 2006 Porto Alegre – RS. Disponível em:

<<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A112/N9/HTML/16MILHAR.htm>>. Acesso em: 15 dez 2014.

D'AMATO, Claudio; TORRES, João P. M. MALM, Olaf. DDT (Dicloro Difênil Tricloroetano): Toxicidade e Contaminação Ambiental - Uma Revisão. **Química Nova**. vol.25, nº.6. Nov./ dec. São Paulo .2002

FERRAZ, Maria Luiza, C. P. **Tecendo a sustentabilidade das escolas municipais de Ubatuba**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Fórum de ONG Brasileiras. **Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONG e dos movimentos sociais brasileiros**. Rio de Janeiro: Fórum de ONG Brasileiras. 1992.

GEMELLI, C. B. **Avaliação de conforto térmico, acústico e lumínico de edificação escolar com estratégias sustentáveis e bioclimáticas: o caso da escola municipal de ensino fundamental Frei Pacífico**. Dissertação (Mestrado). UFRGS, Porto Alegre. 2009.

GPEA. **Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte**. Escolas Sustentáveis. Disponível em: <<http://gpeaufmt.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 out 2013.

GROHE, Sandra Lilian Silveira; CORRÊA, Luciara Bilhalva. Resignificando o espaço escolar: uma proposta de educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Universidade Federal do Rio Grande. 2012. p. 403-418.

GUERRA, A. F. S. ; FIGUEIREDO, M. L. . **Caminhos e desafios para a ambientalização curricular nas universidades: panorama, reflexões e caminhos da tessitura do Programa Univali Sustentável**. In: RUSCHEINSKY, Aloísio; GUERRA, Antonio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; LEME; Patrícia Cristina Silva; RANIERI, Victor Eduardo Lima; DELITTI, Welington Braz Carvalho. (Org.). **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil : caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. 1ed.São Carlos-SP: EESC/USP, 2014, v. 1, p. 145-164.

INGOLD, Tim. **Da transmissão de representações à educação da atenção**. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

KITZMANN, Dione. Ambientalização de Espaços Educativos: aproximações conceituais e metodológicas. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**. I ISSN 1517 - 1256, v. 18, janeiro a junho de 200778, 2010.

\_\_\_\_\_. ASMUS, Milton. Ambientalização Sistêmica – do Currículo ao Socioambiente. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 269-290, Jan/Abr 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um conceito?** Proposta, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LEGAN, Lucy. **Criando habitats na escola sustentável: livro de educador**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Pirenópolis, GO: Ecocentro IPEC, 2009.

MACHADO, Júlia Teixeira. **Educação ambiental: um estudo sobre a ambientalização do cotidiano escolar**. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - USP. Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Piracicaba, 2014.

MACHRY, Débora Cristina Schilling. **4º Encontro do Coletivo Educador Ambiental da SMED- São Leopoldo**. 5 nov 2012. Disponível em: <<http://agenda21sinos.blogspot.com.br>>. Acesso em: 30 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **2º Encontro do Coletivo Educador Ambiental – Saberes e suas Multiplicações**. 5 jul 2012b. Disponível em: <<http://agenda21sinos.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 30 dez 2014.

MARCUZZO, Sílvia Franz. Sustentabilidade para além da fachada. **Jornal Extra Classe**. Porto Alegre, 2013.

MENDONÇA, P. R. (Org.); TRAJBER, R. (Org.). **O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?** 1. ed. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, (Secad) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).[on line] 2006. v. 23. 252 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154576por.pdf>. Acessado em: 10 de julho de 2009.

ODUM, E. P. (1986) **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry; STRASBURG, Quênia Renee (Orgs.). **Memória Escolar: Escolas Municipais de São Leopoldo**. São Leopoldo/RS: CEBI, 2008. 366p.

RODRIGUES, Fernanda Freitas Rezende. **Sustentabilidade e Educação Ambiental: processos culturais em comunidade**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Espírito Santo, 2012.

RUPEA. Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Relatório do projeto **“Mapeamento da Educação Ambiental em instituições brasileiras de Educação Superior: elementos para discussão sobre políticas públicas”**. 2a. versão Setembro/2005. São Carlos (SP) / Brasília: RUPEA / MEC, 2005. 134 p.

SÃO LEOPOLDO. RESOLUÇÃO CME/CEINC N° 014/2013. **Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Ambiental, no Sistema Municipal de Ensino de São Leopoldo**. CME – Conselho Municipal de Educação, 30 out 2013.

\_\_\_\_\_. LEI N.º 7.320. **Dispõe sobre a implantação e organização do Conselho Escolar nas Escolas Públicas Municipais de São Leopoldo**. Câmara Municipal de Vereadores. 29 nov 2010.

\_\_\_\_\_. Lei 6573/08. **Estabelece o plano de cargos e carreiras dos trabalhadores em educação - docentes, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências**. 24 mar 2008.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio-ago.2005.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. 4ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TOMCHINSKY, Julia. **Sementes de primavera: cidadania planetária desde a infância**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Educação. Área de Concentração: Cultura, Educação e Organização) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. **Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. especial, p. 70--78, 2010.

## ANEXO A – Carta de Apresentação



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ilmo. Secretario da Educação Luís Arthur de Bitencourt Schmitt,

Venho por meio desta, apresentar a aluna de Mestrado Sandra Lilian Silveira Grohe vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) sob a minha orientação.

Sandra realizará atividades de pesquisa de campo e documental para coleta de dados na Escola de Educação Infantil Jardim Verde, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Pasqualini e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Marta, no município de São Leopoldo/RS. Sua pesquisa de mestrado tem o objetivo de investigar como o conceito de Escola Sustentável passou a ser difundido dentro do campo da Educação Ambiental, e como ele vem se firmando como política pública no Brasil. Para isso, pretende realizar pesquisa documental sobre as políticas voltadas para este conceito em nível local, regional e nacional. A pesquisa documental será complementada pelo estudo do processo de construção do projeto político-pedagógico de uma Escola Sustentável.

Do ponto de vista metodológico, Sandra precisa acompanhar as atividades das escolas, analisar documentos de políticas públicas e projeto político pedagógico da escola. Ela também deverá entrevistar educadores e gestores e fotografar cenas com os alunos e alunas realizando atividades escolares. Este projeto deve ser realizado de janeiro de 2014 até dezembro de 2014. Espera-se assim, contribuir ao campo da pesquisa em Educação Ambiental bem como com a valorização das políticas públicas voltadas para o conceito de Escola Sustentável.

Desde já agradecemos a acolhida de nossa atividade de pesquisa e nos colocamos a disposição para qualquer outro esclarecimento.

Porto Alegre, 22 de abril de 2014.

Cumprimentos,

Dra. Isabel C. M. Carvalho

Professora do PPGEDU/PUCRS

**PUCRS**

**Campus Central**

Av. Ipiranga, 6681 – P. 15 – sala 318 – CEP 90619 900  
Porto Alegre – RS – Brasil

Fone: (51) 3320-3620 – Fax (51) 3320 – 3635

E-mail: [educacao-pg@pucrs.br](mailto:educacao-pg@pucrs.br)

[www.pucrs.br/faced/pos](http://www.pucrs.br/faced/pos)

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_ concordo em participar da pesquisa Escola Sustentável como Proposta de Política Pública no Brasil, de autoria de Sandra Lilian Silveira Grohe, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orientada pela Professora Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho.

O referido estudo investigará como o conceito de Escola Sustentável passou a ser difundido dentro do campo da Educação Ambiental, e como ele vem se firmando como política pública no Brasil. Para isso, pretende-se realizar pesquisa documental sobre as políticas voltadas para este conceito em nível local, regional e nacional. A pesquisa documental será complementada pelo estudo do processo de construção do projeto político-pedagógico de uma Escola Sustentável.

Declaro ter sido devidamente informada pela pesquisadora dos objetivos da pesquisa, das metodologias e dinâmicas que seriam empregadas durante a pesquisa e dos possíveis desdobramentos da mesma.

( ) Autorizo a pesquisadora utilizar as informações que forneci (em entrevista individuais e/ou em grupo, gravados) na elaboração da sua tese de mestrado e de outras possíveis publicações (contanto que me sejam previamente informadas).

( ) Autorizo o pesquisador utilizar minha imagem (registrada através de fotografias e filmagens) na elaboração da sua tese de doutorado e em outras possíveis publicações (contanto que me sejam previamente informadas).

( ) Autorizo o pesquisador utilizar, em sua tese de mestrado e em outras possíveis publicações, meu nome verdadeiro.

Data: \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Sandra Lilian Silveira Grohe (Pesquisador)

\_\_\_\_\_  
Assinatura (Participante da Pesquisa)

## APÊNDICE C – Entrevista Semiestruturada – Questões/Guias

### I - Dados de identificação:

Nome da entrevistada:

Data da entrevista:

Hora de início:

Hora de término:

Local da entrevista:

Breve perfil da entrevistada:

### II . Roteiro de perguntas:

1. Você pode contar um pouco sobre sua trajetória ambiental? Como e quando você passou a se interessar pelas questões ambientais? Quais suas principais experiências profissionais na área ambiental?
2. Nos últimos anos o conceito de sustentabilidade vem gerando várias controvérsias, para alguns ele é visto como um conceito ambíguo e esvaziado de sentido, muito genérico, que foi apropriado pelo discurso oficial. Como você se posiciona em relação a este conceito? Como você definiria sustentabilidade?
3. A política pública (ou programa) do MEC para escolas sustentáveis (ES) está diretamente relacionada ao conceito de sustentabilidade. Qual sua opinião sobre essa política pública?
4. Minhas leituras indicam que você esteve presente desde o início do processo de formulação da política para ES. (Como foi esse processo? Quem foram os (as) envolvidos (as)? Foi um processo participativo? Quais foram as potencialidades e dificuldades enfrentadas?)
5. Que escalas (níveis) participam da política para ES (Escola? Município? Professores? Secretarias de Educação? Universidades? Centros/estruturas/Grupos de pesquisa?). Como se relacionam?
6. Que agentes ganham protagonismo em cada escala de gestão? (Organizações, grupos organizados, cidadãos).
7. As escolas e os professores, em sua opinião, estão preparados para a política para ES?
8. Algumas experiências apontam para a importância de um (a) professor (a) articulador (a) com carga horária disponível para acompanhar a Com-Vida? Qual a importância do professor (a) articulador (a)? Qual seria sua função (papel)?
9. Qual a relevância da Com-Vida para o programa ES?

**10.** Que experiência(s) você destacaria como mais bem sucedidas na aplicação dos princípios da ES no ambiente escolar, currículo e gestão?

**11.** Você gostaria de dizer algo mais que eu não perguntei sobre as escolas sustentáveis?

## ANEXO D - Carta de Aceite



Administração  
2013/2016

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

Estado do Rio Grande do Sul

### SMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Praça Tiradentes, nº 119 - Centro

São Leopoldo - RS - CEP 93010-020

Fones: (0xx51) 3589-1829; 3589-6822; 3589-6666; 3589-1655

E-mail: [smed.gabinete@saoleopoldo.rs.gov.br](mailto:smed.gabinete@saoleopoldo.rs.gov.br)



Administração Municipal  
**São Leopoldo**  
Cuidando de Todos para uma Cidade Melhor

São Leopoldo, 30 de abril de 2014.

À PUCRS  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Ilma. Dra. Isabel C.M. Carvalho

A Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo, através do Núcleo Gestor de Políticas de Educação Ambiental, agradece o interesse e motivação de Sandra Lilian Silveira Grohe, mestranda do PPGEDU dessa PUC, em realizar seu Projeto de Pós-Graduação tendo como objetivo investigar como o conceito de Escola Sustentável passou a ser difundido dentro do campo da Educação Ambiental, e como ele vem se firmando como política pública no Brasil.

Colocamos a rede escolar municipal à disposição para colaborar com o projeto de pesquisa proposto pela mestranda.

Agradecemos a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

  
**Luís Arthur de Bitencourt**  
Secretário Municipal de Educação

*São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil.*



2013-2016  
ALEMANHA + BRASIL

## Catlogação na Fonte

G874e Grohe, Sandra Lillian Silveira  
Escolas sustentáveis: três experiências no município de São Leopoldo - RS / Sandra Lillian Silveira Grohe. – Porto Alegre, 2015.  
135 f.  
Diss. (Mestrado) – Faculdade de Educação, PUCRS.

Orientador: Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho.

1. Educação - Políticas Públicas. 2 Sustentabilidade.  
3. Escolas Sustentáveis. 4. Ambientalização. I. Carvalho, Isabel Cristina de Moura. II. Título.

### **Bibliotecário Responsável**

Ginamara de Oliveira Lima

CRB 10/1204